



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR .
MESTRADO PROFISSIONAL

GEÓRGIA DANTAS MACEDO

**A EFICÁCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL (PNAES) PARA PERMANÊNCIA DOS INGRESSANTES
DO SISTEMA DE COTAS NA UFPB**

JOÃO PESSOA

Dezembro, 2017

GEÓRGIA DANTAS MACEDO

**A EFICÁCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
(PNAES) PARA PERMANÊNCIA DOS INGRESSANTES DO SISTEMA DE COTAS
NA UFPB.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba para obtenção do título de Mestre. Linha de pesquisa: Políticas públicas e gestão da educação superior.

Orientador: Prof. Dr. Swamy de Paula
Lima Soares

JOÃO PESSOA, PB

Dezembro, 2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M141e Macedo, Geórgia Dantas.

A eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do sistema de cotas na UFPB / Geórgia Dantas Macedo. - João Pessoa, 2017.
113 f. : il.

Orientador: Dr. Swamy de Paula Lima Soares.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior - Avaliação. 2. Assistência estudantil - UFPB. 3. Sistema de cotas - UFPB. I. Soares, Swamy de Paula Lima. II. Título.

UFPB/BC

Geórgia Dantas Macedo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa “Políticas Públicas de Gestão e Avaliação”, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Aprovada

Em 11/12/2017.

BANCA EXAMINADORA


Dr. Swamy de Paula Lima Soares
Orientador


Dr.ª Ana Lúcia Felix dos Santos

Titular externo (Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPE)

Dr.ª Uyguciara Veloso Castelo Branco

Titular interno (MPPGAV/UFPB)

Dr. Edineide Jezine Mesquita Araújo

Suplente (MPPGAV/UFPB)

Dr. João Wandemberg Gonçalves Maciel

Suplente externo (PROFLETRAS/UFPB)

Dedico à minha amada e saudosa mãe, Sônia Lúcia (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A elaboração desse trabalho dissertativo tem um significado peculiar para minha vida acadêmica, e principalmente para minha vida pessoal. Os resultados dessa pesquisa aqui realizada, retratam a história de vida de pessoas que tiveram dificuldades para chegarem até a universidade. Enfrentaram os desafios das escolas públicas, a necessidade de trabalhar, as poucas condições financeiras da família, os limites de acesso às políticas de assistência estudantil, e, dentre essas pessoas, também fui uma das que teve que superar tudo isso para alcançar o sonho da Graduação. Entretanto, tenho a clareza que chegar até aqui não seria possível sem as oportunidades de acesso à educação superior pública e o apoio daqueles que estiveram comigo em todos os momentos.

Minha gratidão,

A Deus por me dar saúde, inspiração e felicidade para realização desse trabalho.

À minha mãe, Dona Sônia, que está presente diariamente no meu coração e nos meus sonhos. Ao meu pai, seu Sebastião, por me ensinar, desde que aprendi as primeiras palavras, sobre como a educação é importante, mesmo que devido às suas condições objetivas de vida, não tenha alcançado a conclusão da educação básica.

Agradeço também à minha irmã Cibele, única e preferida, por me ouvir quando eu mais precisava, ao meu cunhado Davidson e principalmente, por me presentear com a chegada de Lara. Aqui, também agradeço a essa pequena, que com sua ternura e largos sorrisos, motivaram à conclusão do mestrado para que eu pudesse curti-la.

Ao meu amado namorado, esposo e companheiro Diego Gomes de Lima, por me apoiar, compreender meus diversos estados de humor durante a escrita desse trabalho e me fazer feliz diariamente. Gratidão também à família Gomes, e em especial à Dona Lourdes pelo apoio e carinho.

Aos meus grandes amigos: Mauricélia, Ana Aluska, Juliana, Emily Nascimento, Sérgio, Patrícia, e a minha amada afilhada Emily, pelo carinho de sempre.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Swamy Soares por dispendir da sua elegância intelectual, competência e compreensão crítica durante as orientações e reflexões que tivemos.

Às queridas Professoras Ana Lúcia Felix dos Santos e Uyguciara Veloso Castelo Branco pelas valiosas contribuições enquanto examinadoras.

A todos os amigos da Turma 2, os docentes e TAEs do MPPGAV/UFPB, e ainda ao Grupo de Pesquisa GEPES, pelos debates calorosos sobre o projeto de universidade que defendemos.

À UFPB e a UEPB, estimadas instituições públicas de educação superior que me receberam na condição de estudante, e, especialmente à UFPB por me proporcionar orgulho de estar em um espaço de trabalho que sinto felicidade.

Gratidão também aos queridos amigos do Núcleo de Assistência Estudantil do Campus Bananeiras e da PRAPE e COAPE - UFPB por me compreenderem e apoiarem em todos os momentos.

Aos estudantes de Graduação da UFPB, pela oportunidade de compartilharmos desafios e possibilidades para uma educação superior pública, gratuita e de qualidade!

Grata a tod@s!

*Fracassei em tudo o que tentei na vida.
Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui.
Tentei salvar os índios, não consegui.
Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.
Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.
Mas os fracassos são minhas vitórias.
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.*

Darcy Ribeiro

RESUMO

O sistema de cotas e a assistência estudantil são políticas públicas implementadas para democratização do acesso e permanência na educação superior pública brasileira. Sendo assim, esse estudo teve o objetivo de avaliar a eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para a permanência de ingressantes cotistas nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba, no período de 2012 a 2016. Para alcançar esse objetivo, desenvolvemos os seguintes objetivos específicos: 1. Compreender a estrutura e desenho do PNAES e do sistema de cotas para acesso ao ensino superior público no Brasil; 2. Caracterizar a política de assistência estudantil e a política de cotas no âmbito da UFPB; 3. Verificar as repercussões da Política de Assistência Estudantil para a permanência de cotistas na UFPB. Este trabalho está demarcado pelos referenciais teóricos sobre as políticas sociais, a exemplo de Behring (2008), o percurso histórico de desenvolvimento do PNAES com Kowalski (2012), e, ainda, na discussão sobre as ações afirmativas para a diversidade social, étnica e cultural as contribuições de Taylor (1998) e Rawls (2000). Acerca dos procedimentos metodológicos, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental através de estudo exploratório baseado no método histórico-dialético. Para a avaliação da eficácia dessa política pública, consideramos as categorias demanda/benefício, gestão dos recursos, caracterização do perfil dos ingressantes cotistas com PNAES e alguns elementos sobre qualidade da permanência nessa IFES para estudantes cotistas, com acesso ao PNAES e os cotistas sem acesso ao PNAES. A pesquisa apontou que a UFPB recebeu o quantitativo de estudantes como estabelece a Lei de Cotas, entretanto, 35% (trinta e cinco por cento) abandonaram os cursos. Os resultados da avaliação da eficácia do PNAES mostram que o programa atingiu seus objetivos quanto à qualidade da permanência dos cotistas com acesso à assistência estudantil, entretanto, não atingiu plenamente os objetivos nas categorias de demanda/benefício e gestão dos recursos.

Palavras-Chave: Educação superior; Avaliação de políticas; Eficácia; Assistência Estudantil; Cotas.

ABSTRACT

The quota system and student assistance are public policies implemented for the democratization of access and permanence in Brazilian public higher education. Therefore, this study had the objective of evaluating the effectiveness of the National Program of Student Assistance (PNAES) for the permanence of quota participants in the undergraduate courses of the Federal University of Paraíba, from 2012 to 2016. To achieve this goal, we developed the following specific objectives: 1. To understand the structure and design of the PNAES and the quota system for access to public higher education in Brazil; 2. To characterize the student assistance policy and the quota policy within the UFPB; 3. To verify the repercussions of the Student Assistance Policy for the permanence of quota holders in the UFPB. This work is framed by theoretical references on social policies, such as Behring (2008), the historical development path of the PNAES with Kowalski (2012), and the discussion on affirmative action for social, ethnic and cultural contributions Taylor (1998) and Rawls (2000). About the methodological procedures, we carried out a bibliographical and documentary research through an exploratory study based on the historical-dialectical method. In order to evaluate the effectiveness of this public policy, we consider the categories demand / benefit, resource management, characterization of the profile of the participants with PNAES and some elements about the quality of the stay in this IFES for students, with access to PNAES and quotaholders without access to the PNAES. The research pointed out that the UFPB received the quantitative of students as established by the Quota Law, however, 35% (thirty five percent) dropped out of courses. The results of the evaluation of the effectiveness of the PNAES show that the program reached its objectives regarding the quality of the permanence of the quota holders with access to student assistance, however, it did not fully reach the objectives in the categories of demand / benefit and resource management.

Keywords: Higher education; Evaluation of policies; Efficiency; Student Assistance; Quotas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 ó Áreas atendidas pelo PNAES na UFPB no ano de 2016	35
Quadro 2 ó Serviços oferecidos para assistência estudantil em 2016	36
Quadro 3 ó Metas do PDI (2014-2018) e valores alcançados entre 2015-2016 para assistência estudantil	36
Quadro 4 ó Perfil de acesso através das cotas na UFPB (2012-2016)	51
Quadro 5 ó População da pesquisa	59
Quadro 6 ó Amostra da pesquisa	60
Quadro 7 ó Dimensões para avaliação da eficácia do PNAES quanto à permanência de cotistas na UFPB (2012-2016)	64
Quadro 8 ó Relação entre demanda e benefícios	64
Quadro 9 ó Cobertura das áreas estratégicas do PNAES ó 2012 a 2016	69
Quadro 10 ó Áreas de conhecimento dos cursos de cotistas atendidos pelo PNAES	75
Quadro 11 - Cotistas atendidos pelo PNAES por Centros e Campus	75
Quadro 12 - Perfil dos estudantes cotistas com PNAES	77
Quadro 13 ó Intervalo entre inserção acadêmica e acesso ao PNAES	79
Quadro 14 - Eficácia do PNAES para permanência de cotistas na UFPB de 2012 a 2016.....	96
Quadro 15 ó Sistematização da avaliação da eficácia do PNAES na UFPB	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 ó Situação acadêmica de cotistas nos cursos de Graduação. UFPB/2016	51
Gráfico 2 ó Recursos financeiros do PNAES para a UFPB	67
Gráfico 3 ó Solicitações e concessões de benefícios do PNAES no ano de 2016	71
Gráfico 4 ó Atendimento à demanda no ano de 2016	72
Gráfico 5 ó Situação acadêmica de cotistas assistidos pelo PNAES	81
Gráfico 6 ó Coeficiente de rendimento acadêmico de cotistas atendidos pelo PNAES	82
Gráfico 7 ó Aprovação em disciplinas no período 2016.2 para cotistas com PNAES	82
Gráfico 8 ó Períodos cursados pelos cotistas com PNAES	83
Gráfico 9 - Carga horária pendente para integralização ó cotistas com PNAES	84
Gráfico 10 ó Previsão de conclusão do curso para cotistas com PNAES	85
Gráfico 11 ó Disciplinas com trancamentos ou reprovações ó cotistas com PNAES	87
Gráfico 12 ó Áreas do conhecimento com reprovações em mais de 10 disciplinas	88
Gráfico 13 ó Áreas do conhecimento dos cursos dos cotistas sem acesso ao PNAES	89
Gráfico 14 ó Situação de matrícula de cotistas sem acesso ao PNAES	90
Gráfico 15 ó Coeficiente de rendimento acadêmico de cotistas sem PNAES	94
Gráfico 16 ó Aprovação em disciplinas no período 2016.2 de cotistas sem PNAES	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 ó Desenho da pesquisa sobre avaliação do PNAES	55
Figura 2 ó Perfil para cotas nas IFES	56
Figura 3 ó Perfil para acesso ao PNAES	56
Figura 4 ó Objetivos da Lei de cotas	57
Figura 5 ó Objetivos do PNAES	57

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AE ó Assistência estudantil

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CIA ó Comitê de inclusão e acessibilidade

COAPE - Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante

CONSUNI ó Conselho Universitário da UFPB

CRAS - Centro de Referência e Assistência à Saúde

ENEM ó Exame Nacional do Ensino Médio

FHC ó Fernando Henrique Cardoso

GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

IES ó Instituições de ensino superior

IFES ó Instituições Federais de Educação Superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MIRV ó Modalidade de Ingresso por reserva de vagas

MPPGAV - Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAS ó Política Nacional de Assistência Social

PRAPE ó Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante

PRG - Pró-Reitoria de Graduação

PROUNI - Programa Universidade para Todos

SIGAA ó Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SISU ó Sistema de Seleção Unificada

SRU - Superintendência dos Restaurantes Universitários

STI ó Superintendência de Tecnologia da Informação

UERJ ó Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFCG ó Universidade Federal de Campina Grande

UFGD ó Universidade Federal de Grandes Dourados

UFPB ó Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
2.	A POLÍTICA SOCIAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	20
2.1	Considerações sobre políticas sociais	20
2.2	Permanência com sucesso e as especificidades do PNAES.....	24
2.3	Caracterização da Política de Assistência Estudantil da UFPB	34
3.	AS POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE ÉTNICA, SOCIAL E RACIAL.....	39
3.1	Desigualdades e a diversidade étnica, social e racial na realidade brasileira.....	39
3.2	Ações afirmativas na educação superior pública brasileira	43
3.3	O sistema de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior	45
3.3.1	Caracterização do perfil dos cotistas na UFPB.....	50
4.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
4.1	Considerações iniciais sobre o objeto da pesquisa	53
4.2	Avaliação da eficácia do PNAES para permanência de cotistas	55
4.3	Formatação da pesquisa	57
4.4	População e amostra da pesquisa	59
5.	REPERCUSSÕES DA EFICÁCIA DO PNAES PARA PERMANÊNCIA DE COTISTAS NA UFPB 62	
5.1	Considerações iniciais sobre a avaliação da eficácia do PNAES.....	62
5.2	Relação entre demanda e benefício	65
5.3	Gestão dos recursos	67
5.4	Perfil dos estudantes cotistas assistidos pelo PNAES	74
5.5	Avaliação da qualidade da permanência.....	80
5.5.1	Qualidade da permanência de cotistas assistidos pelo PNAES.....	80
5.5.2	Qualidade da permanência de cotistas não assistidos pelo PNAES.....	89
5.6	Sistematização da eficácia do PNAES no contexto da UFPB	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICE A.....	112

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Paraíba é uma instituição federal autárquica de educação superior situada no Estado da Paraíba que tem como missão institucional (PDI 2014-2018), a geração e difusão do conhecimento, que possa propiciar o desenvolvimento científico-tecnológico, socioambiental, econômico e cultural por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em estreita interação com os poderes públicos, setor produtivo e movimentos sociais, de modo a construir uma sociedade mais justa.

A Assistência Estudantil é uma Política Pública que objetiva oferecer condições para a permanência de discentes no ensino superior presencial. O Decreto nº 7.234/10 é o arcabouço legal que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para as Instituições Federais de Educação Superior (IFES). Consonante a perspectiva do PNAES de ampliar o acesso à educação superior, também foi publicada a Lei de Cotas para o acesso ao Ensino Superior (Lei nº 12.711/12), que prevê a reserva de vagas aos estudantes oriundos de ensino médio em escolas públicas, aos que tem suas famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio), e ainda, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

A motivação para realizar essa pesquisa se deu a partir da nossa prática profissional como Assistente Social integrante da equipe responsável por atender as demandas de Assistência Estudantil na UFPB. A partir do nosso exercício profissional, verificamos que o ingresso de cotistas nas IFES contribui para o crescimento gradativo de discentes com particularidades que requerem a intervenção da Política de Assistência Estudantil. Além disso, anteriormente, também realizamos estudos teóricos sobre as políticas para promoção do acesso, permanência e conclusão na educação superior, como a assistência estudantil e as cotas (MACEDO, 2014), (MACEDO; NASCIMENTO, 2017).

Verifica-se que, a partir da reserva de vagas nos cursos de graduação das IFES com a lei de cotas, houve uma ampliação no acesso à Educação Superior de classes e grupos sociais historicamente excluídos, o que se expressa em número crescente de inscritos para os programas e benefícios de Assistência Estudantil. Entretanto, as cotas ó enquanto política de acesso, e a assistência estudantil - como política de permanência, devem ser executadas, avaliadas e monitoradas em parceria, devido as suas mútuas complementaridades, para atingirem seus objetivos que, em comum, buscam democratizar a educação superior pública brasileira.

Compreendemos que essa investigação é relevante para conhecer os aspectos das demandas e lutas de diferentes classes subalternas da sociedade no contexto do acesso e permanência na educação superior ó incluindo pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, os quais têm poucas oportunidades de formação no Ensino Superior.

O conceito de vulnerabilidade de cidadãos e grupos aqui adotado, pode ser definido a partir do público usuário referenciado na Política Nacional de Assistência Social vigente:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p.33).

As políticas de assistência estudantil e as cotas para o acesso ao Ensino Superior foram construídas para o enfrentamento das desigualdades no acesso à Educação, sobretudo dos estudantes cotistas, os quais certamente vivenciam realidades de vulnerabilidades, devido às suas trajetórias históricas, condições socioeconômicas, culturais e de trabalho, ÀS DIFICULDADES DE acesso às políticas públicas de qualidade, inclusive da educação básica (MACEDO, 2014, p. 04). Assim, ao ingressarem no ensino superior, geralmente enfrentam desafios para permanência no âmbito acadêmico que perpassam, desde as lacunas da sua formação escolar, até a garantia da sua própria subsistência.

Estudiosos sobre a categoria *permanência* na educação superior como Castelo Branco; Nakamura; e Jezine (2017), destacam a importância de pesquisas sobre essa temática:

Compreender esse processo constitui-se em fonte de pesquisa fundamental para abortar a perda de alunos do sistema educacional, que abandonam ou simplesmente passam a não mais figurarem nos bancos escolares, partindo para outras opções de vida, deixando um vazio e um sentimento de dever não cumprido em si mesmos e nos gestores responsáveis, por não terem cumprido com a função social da educação: formar com sucesso! (Ibid., p. 211)

Esse estudo também contribuiu para a produção científica do MPPGAV/UFPB e a sua respectiva Linha de pesquisa de Políticas Públicas de Gestão e Avaliação, pois as cotas e a assistência estudantil são políticas públicas voltadas para o acesso e a permanência na Educação Superior Pública brasileira.

Outrossim, a execução desse trabalho tem a avaliação como a temática de base, inclusive a avaliação de políticas públicas, propondo critérios avaliativos que poderão ser utilizados por outras instituições, possibilitando a criação de um instrumento de avaliação nas políticas de educação superior. Portanto, é relevante que haja a avaliação da eficácia da Política de Assistência Estudantil da UFPB para permanência dos ingressantes do sistema de cotas.

A eficácia é uma dimensão da qualidade utilizada nos processos de avaliação que busca verificar se os objetivos das políticas públicas estão sendo alcançados nos seus processos de execução. Conforme Rua (2012, p.116), a eficácia relaciona atividades com seus produtos iniciais, intermediários e finais (metas e objetivos). Para Arretche (1999), a avaliação de eficácia também se verifica a partir da relação entre o que se propõe e quais os resultados atingidos pelas políticas públicas:

esta avaliação pode ser feita entre, por exemplo, as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa [...] na verdade, o avaliador estabelece uma equação entre metas anunciadas por um programa e, com base nas informações disponíveis, as relaciona às metas alcançadas e, deste modo, conclui pelo sucesso ou fracasso da política. Neste tipo de avaliação, a maior dificuldade consiste na obtenção e confiabilidade das informações obtidas. (ARRETCHÉ, 1999, p. 34)

Nesse caso, a avaliação da eficácia do PNAES foi feita a partir do estudo da relação entre os objetivos pretendidos e os resultados alcançados em determinadas áreas estratégicas do programa, na realidade da UFPB, tendo como questão norteadora: qual a eficácia do Programa de Assistência Estudantil para permanência dos ingressantes cotistas em Cursos de Graduação presencial da UFPB no período de 2012 a 2016?

Para tentar responder a essa questão, esse estudo tem o seguinte objetivo geral: Avaliar a eficácia do PNAES para permanência dos estudantes ingressantes pelo Sistema de Cotas nos Cursos de Graduação da UFPB no período de 2012 a 2016.

Visando alcançar esse objetivo, recorreremos aos seguintes objetivos específicos:

1. Compreender a estrutura/desenho do PNAES e do Sistema de Cotas para acesso ao Ensino Superior Público no Brasil;
2. Caracterizar o PNAES e a Política de Cotas no âmbito da UFPB;
3. Verificar as contribuições do PNAES para a Permanência com sucesso de Cotistas na UFPB.

Quanto à estrutura desse trabalho, no primeiro capítulo apresentamos a constituição da Política de Assistência Estudantil no Brasil enquanto política social, e a caracterização do

Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em seguida, situamos sua configuração no âmbito da UFPB.

O segundo capítulo versa sobre o sistema de cotas no ensino superior brasileiro enquanto uma das ações afirmativas para democratização do acesso à educação superior, considerando o contexto de diversidade étnica, social e racial da realidade brasileira.

O terceiro capítulo trata sobre a estrutura metodológica utilizada no desenho da pesquisa. O quarto capítulo apresenta os resultados sobre a eficácia do PNAES para a permanência de cotistas na UFPB, no recorte temporal de 2013-2016.

À guisa de considerações finais, apresentamos nossas reflexões sobre os resultados alcançados, e ainda sobre as limitações desse estudo e as futuras pesquisas que poderão ser realizadas sobre o tema.

2. A POLÍTICA SOCIAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A assistência estudantil foi criada em 2007, entretanto, sua materialização ocorre com a sanção do Decreto nº 7234/10, que dispõe sobre o programa PNAES no âmbito das IFES. Nesse estudo, adotamos a compreensão do PNAES enquanto política social, devido à sua função social e os objetivos que desempenha no contexto da educação superior, considerando as para atender às contradições e desigualdades do modo de produção capitalista.

Para Faleiros (2000, p. 59), uma análise de determinada política social não pode se resumir a um desquematismo rígido, de leis imutáveis, como se a realidade se desenvolvesse segundo um modelo teórico ideal. [...] se torna necessário considerar o movimento real e concreto das forças sociais e da conjuntura [...]ö. A partir da perspectiva de ir além da compreensão do Decreto enquanto ato administrativo e jurídico, buscamos aqui analisar a assistência estudantil enquanto política social materializada no PNAES. Para isso, apresentamos algumas considerações sobre as contradições e movimentos das políticas sociais e as especificidades da assistência estudantil para a permanência na educação superior. Em seguida, caracterizamos a assistência estudantil no contexto da UFPB.

2.1 Considerações sobre políticas sociais

As políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado visando atingir determinados objetivos que atendam aos interesses e necessidades de segmentos da sociedade. E, dentre as políticas públicas, as políticas sociais se diferenciam por atuarem nas demandas para o enfrentamento às expressões da questão social. öUma explicação das políticas sociais considera que estas devem ser vistas como respostas às -necessidadesø do trabalho e às -necessidadesø do capital, compatibilizando-se entre siö (AUGUSTO, 1989, p.110). Sendo assim, as políticas públicas podem abranger, por exemplo, as políticas universais de acesso como a Segurança Pública ou o Sistema Único de Saúde brasileiro, entretanto, as políticas sociais executadas dentro do modelo capitalista geralmente são focalizadas e seletivas e atendem à determinados grupos ou indivíduos em situação de desvantagem ou vulnerabilidade social, econômica ou cultural. Para Faleiros (2000, p.60), õas medidas de política social só podem ser entendidas no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturasö.

A definição de Política Social tem sua origem na abordagem do materialismo histórico-dialético a partir do contexto do modo de produção capitalista, considerando suas

contradições a partir da relação entre Capital e Trabalho. A análise das políticas sociais através do método crítico-dialético busca uma perspectiva relacional que se constrói a partir da relação sujeito-objeto (BEHRING, 2008, p.36), e, possibilita a compreensão das contradições, movimentos e processos que circundam a complexidade da vida social e que refletem diretamente na existência dessas políticas:

A análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência, funções ou implicações (Ibid., p.36).

Para tanto, o estudo sobre as políticas sociais requer considerar a complexidade de suas múltiplas dimensões e contextos que refletem diretamente na implementação dessas políticas. As políticas sociais, portanto, são estratégias de atendimento às expressões da questão social, ou seja, das contradições resultantes da vida em sociedade do modo de produção capitalista, por isso elas têm natureza contraditória. "Por trás da política social existe a questão social, definida desde sempre como a busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilegiados que controlam a ordem vigente, e a maioria marginalizada que a sustenta" (DEMO, 2000, p. 14). Nessa perspectiva:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento ó em geral setorializadas e até fragmentadas ó às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING, 2008, p. 51).

Quanto ao percurso histórico de desenvolvimento das políticas sociais, têm seu marco inicial com as primeiras legislações de iniciativas para enfrentamento das problemáticas de caráter social na Inglaterra antes da Revolução Industrial, as quais, explicitavam intervenções com um caráter repressor, punitivo e distante da função protetiva. Às pessoas sem renda não cabia alternativa senão a submissão a condições de trabalhos subumanas, e, as ações assistenciais que existiam à época, instrumentalizavam essa ordem (BEHRING, 2008).

Aos que não foram incorporados ao mercado de trabalho, temporária ou permanentemente, se fez toda uma legislação repressiva. Assim, os considerados vagabundos e mendigos eram açoitados ou, em caso de reincidência, se lhes marcava com ferro e os condenava à morte (coação indireta ou direta ao trabalho) [...] por outro lado, os que não podiam se incorporar ao trabalho, eram socorridos pelas paróquias, por intermédio das caixas de socorro, mas de acordo com os interesses das classes dominantes,

apresentando-se estas caixas como remédios contra o vício, a vagabundagem e a imoralidade. O objetivo real da ajuda era forçar ao trabalho (FALEIROS, 2000, p.12).

Apenas no início do século XX, após a ampliação da participação política dos trabalhadores e o acirramento de conflitos entre as classes fundamentais, é que se tem a generalização das políticas através da formação do estado de bem-estar social, resultado das lutas da classe trabalhadora. Este pressupunha a responsabilização do Estado para a manutenção das condições de vida dos trabalhadores, através da oferta de serviços sociais universais. Contudo, em cada país, esse modelo se consolidou de modo distinto, inclusive no Brasil essa experiência não foi concretizada.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado pelos países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições da força de trabalho no âmbito do Estado (BEHRING, 2008, p.64).

Acerca do contexto econômico desses países, Oliveira (2003, p. 33) explica que, no caso da maioria dos países latino-americanos, inclusive do Brasil - considerados subdesenvolvidos, na verdade, suas economias apresentaram uma função de reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o subdesenvolvimento é uma forma capitalista e não simplesmente histórica. Para Oliveira (2003), no caso da economia brasileira, a mudança da situação agrária-exportadora para urbano-industrial ocorre após a Revolução de 1930, e o Estado intervém diretamente nas relações entre Capital e trabalho ó exemplo da regulamentação das leis trabalhistas através da CLT e do salário-mínimo, e nas relações econômicas: ãaqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzirö (Ibid., p. 40).

No cenário brasileiro, assistimos às incessantes lutas e mobilizações da classe trabalhadora em prol de reformas do Estado para o redirecionamento das políticas sociais, a fim de garantir sua efetividade. A constituição dessas políticas, no Brasil, também sofreu reflexos da realidade externa e criou o que Pereira (2006) definiu como ãsistema de bem-estar periféricoö, com modelo de proteção social que não alcançou ã[...] pleno emprego, serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda e da reprodução de estratos sociais majoritários da população na pobreza extremaö (Ibid., 2006, p. 125). A autora aponta, inclusive, que a política social brasileira se expandiu em formatos de proteção sociais contraditórios e limitados exatamente nos períodos antidemocráticos.

O neoliberalismo¹ em países periféricos não compactua com a plena implementação dos direitos sociais, pois reduz à gestão de políticas sociais às ações pontuais, focalizadas e seletivas na distribuição de benefícios e serviços e ainda, coloca a lógica da privatização da coisa pública como alternativa sob a falácia do gerenciamento dessas políticas.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais ó a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classes e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países ó em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise (BEHRING, 2008, p. 156).

As políticas sociais, portanto, foram estruturadas para prover condições mínimas de assistência aos trabalhadores, pois esses são explorados com a venda da sua força de trabalho e, para a manutenção da sua subsistência, possuem demandas que legitimam a intervenção do Estado para atender às suas necessidades. ãÉ na dinâmica desse confronto entre o capital e o trabalho que avançam ou refluem os diferentes modelos de proteção socialö (SILVA, 2013, p.87).

Apesar das políticas sociais não transformarem a realidade imposta na contemporaneidade de contradições resultantes da relação capital e trabalho, elas são direitos sociais conquistados através de lutas e mobilizações da classe trabalhadora, que minimizam os sofrimentos das classes subalternas dominadas pela sociabilidade capitalista. E, mesmo com esse papel fundamental de atender minimamente às necessidades da classe trabalhadora, verifica-se, na contemporaneidade, o sucateamento das políticas sociais e regressão dos direitos sociais através do ã[...] trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralizaçãoo (BEHRING, 2008, p. 156). Portanto, a constituição das políticas sociais é imbricada de limitações e contradições que reproduzem a lógica do sistema capitalista, ainda que contraditoriamente elas tenham o papel de atender aos interesses da sociedade.

Para Lima (2013), a educação superior também sofreu reflexos do Capital externo, devido a condição do Brasil, como um país capitalista dependente, especialmente nos anos de 1990 e década seguinte através da õsubordinação da ciência à lógica mercantil [...] a constituição de novos campos de lucratividade e [...] estratégias de obtenção de consenso em

¹ O neoliberalismo é o modelo econômico que retoma os ideais do liberalismo clássico de intervenção mínima do Estado nas relações econômicas bem como a redução do seu papel de provedor de políticas públicas. E, conforme Netto (2008) inova ao desenvolver estratégias, em escala mundial, de expansão do seu modo de vida e de trabalho ao ultrapassar as fronteiras nacionais, e promover ideias reformistas que corroboram para a desregulamentação dos direitos dos trabalhadores.

torno do projeto burguês de sociabilidade em tempos de neoliberalismo reformado (LIMA, 2013, p.12).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) preconizam a educação como direito social a ser garantido legalmente pelo Estado, entretanto, há desafios na implementação dessas políticas devido aos reflexos das correlações de forças que fazem parte da natureza dessas políticas. Paura (2013, p.115) ressalta que a LDB aponta o princípio da igualdade de condições para acesso e permanência na educação, contudo, este não se efetiva, pois, fatores como a desigualdade social dificultam e/ou inviabilizam o acesso das pessoas de baixa renda à educação, em especial à educação superior.

No terreno da educação superior pública brasileira, a materialização de políticas sociais como o PNAES e as ações afirmativas através das Cotas objetivam contribuir para democratizar o acesso e a permanência, sem distinção de classes, grupos ou pessoas. Entretanto, no contexto de inserção no modelo de sociedade capitalista contraditória e excludente, as relações sociais e culturais permeiam essas divisões de classes, causando desafios, dilemas e rebatimentos inclusive para a própria realidade da permanência na educação superior.

O campo da assistência estudantil, por exemplo, se configura como política social de atendimento às desigualdades sociais na educação, entretanto, no decurso da sua constituição, apresentou diferentes concepções conforme o contexto histórico que esteve inserida (DUTRA; SANTOS, 2017). A condição da assistência estudantil, enquanto política social, faz, portanto, que a mesma sofra rebatimentos diretos do cenário socioeconômico e político em que esteja imersa.

O percurso histórico da assistência estudantil tem origem em práticas pontuais assistencialistas e caritativas, uma trajetória de lutas e mobilizações dos movimentos estudantis para que se configurasse como uma política social, e na contemporaneidade ainda enfrenta desafios para sua continuidade.

2.2 Permanência com sucesso e as especificidades do PNAES

A categoria *permanência* pode ser considerada como multidimensional, pois, a sua existência envolve uma série de fatores de origem pedagógica, social, econômica, cultural ou individual. Estudos apontam que, a identificação com o curso, as perspectivas futuras de inserção no mundo do trabalho e o envolvimento com as atividades acadêmicas e

extracurriculares são elementos motivadores e decisivos para a *permanência com sucesso*, entretanto, não seriam suficientes, caso os discentes não dispusessem de meios que contribuíssem para subsidiá-la, por exemplo, através de políticas de assistência estudantil. Appio et al. (2016), publicaram os resultados de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, que verificou que, os atributos para a *permanência com sucesso* em uma dada instituição pública de ensino superior brasileira foram a confiança do aluno na instituição, o atendimento às expectativas sobre o curso e a situação financeira do aluno. Nesse sentido, acrescentamos também o papel do Estado de fomentar a viabilidade dessas condições individuais do estudante.

Conforme Castelo Branco, Nakamura e Jezine (2017), no contexto da discussão sobre políticas de educação superior, existe a necessidade de contemplar, em nível de debate ou reflexão, um tripé de categorias de análise extremamente importante: o acesso, a permanência e a conclusão ou sucesso dos estudos (p.210), pois, apesar do acesso democrático ter sido relativamente alcançado com a política de cotas e demais ações afirmativas, os estudantes ainda enfrentam dificuldades para cursarem a graduação com êxito, daí a relevância da articulação estreita entre o acesso e a permanência. Sendo assim, diante da necessidade de ferramentas para avaliação da *permanência*, os autores desenvolveram um instrumento relevante para mensurar os fatores que influenciam na permanência dos estudantes, devidamente subsidiado pelo referencial teórico de estudiosos dessa categoria de análise. Na Escala para Avaliação da Permanência Discente (Nakamura; Castelo Branco; Jezine, p. 213), são considerados os elementos desde a trajetória de vida dos estudantes até a sua inserção na Graduação. Quanto ao perfil do estudante:

As variáveis escolhidas para o perfil do estudante são: idade, sexo, cor/raça, estado civil, tipo de escola em que cursou o ensino fundamental, tipo de escola em que cursou o ensino médio, turno em que cursou o ensino médio, ano em que concluiu o ensino médio, renda familiar, trabalho remunerado, ocupação do pai, ocupação da mãe, profissão do pai, profissão da mãe, nível de instrução do pai, nível de instrução da mãe, desempenho escolar, frequência a cursinho pré-vestibular e dificuldade de acesso ao ensino superior (p. 213).

Quanto à aferição das proposições no âmbito acadêmico, a Escala para Avaliação da Permanência Discente envolve as seguintes dimensões: 1. Dimensão externa ou convicção prévia: “[...] se referem às motivações e convicções anteriores ao ingresso no curso”; 2. Permanência: “[...] se referem às situações atuais no curso que apontam para a sua permanência e continuidade do curso”; 3. Estrutura: “[...] proposições que se referem à

estrutura da instituição que afeta diretamente o dia a dia do estudante; 4. Programas acadêmicos, [...] se referem a bolsas de pesquisas no sentido da permanência; 5. Programas de assistência [...] se referem aos programas assistenciais oferecidos pela instituição, tais como, alimentação, moradia, transporte, etc.; 6. Conclusão de curso, [...] é composta de proposições que visam identificar as condições principais que permitiram chegar ao final do curso [...]. (Ibid., p. 213-214).

Para tanto, a Escala para Avaliação da Permanência Discente envolve uma série de dimensões que estão inter-relacionadas e também são interdependentes no subsídio à essa *permanência*, inclusive, os programas de assistência estudantil. Estudos e pesquisas sobre a assistência estudantil são fundamentais para o estudo sobre a *permanência*, daí a necessidade de compreendermos também sua gênese de desenvolvimento no cenário das políticas de educação superior brasileira.

No cenário das políticas públicas de assistência estudantil, o PNAES caracteriza-se como uma política social pública de assistência aos estudantes, visando a permanência na Educação superior pública através do acesso a alguns direitos sociais. Além do PNAES, o Ministério da Educação também concede bolsas aos estudantes de cursos integrais ou remanescentes de comunidades indígenas ou quilombolas com renda até 1,5 salários mínimos.

Considerando que a assistência estudantil é uma política inserida na educação superior, uma breve contextualização histórica do desenvolvimento desse nível de ensino permite compreender como o modelo de gerência dos governos, e os interesses do mercado capitalista podem determinar a condução da execução e funcionamento das políticas públicas, inclusive do PNAES.

Historicamente, a educação superior pública brasileira se constituiu e se desenvolveu através de um modelo dependente e subordinado ao capital externo, passando a ser exigência do próprio capital, seja de capacitação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguês sob a imagem de uma política inclusiva (LIMA, 2013, p.15). Consonante a esse cenário de correlações de força de atender aos interesses mercadológicos e a demanda social em torno da democratização do acesso à Educação Superior, a Assistência Estudantil (sob a lógica da seletividade), tem o objetivo de auxiliar os discentes economicamente vulneráveis durante a formação acadêmica a fim de alcançar uma permanência com sucesso que alcance a diplomação desses discentes.

Verifica-se, portanto, que o modelo de educação é conduzido sumariamente conforme o modelo econômico prevalecente no país e as correlações de forças decorrentes das suas contradições. A educação, na perspectiva capitalista, é uma das formas de assegurar a

sociabilidade necessária à reprodução do próprio capital. Uma educação que conforma sentidos, valores e comportamentos em uma dimensão também desumanizadora (ALMEIDA; RODRIGUES, 2013, p. 95). Entretanto, apesar da hegemonia desse modelo de educação mercantilizada e voltada para o capital, os movimentos e segmentos da sociedade que defendem a educação crítica, transformadora e cidadã se posicionam em favor da educação pública, gratuita e de qualidade.

A assistência estudantil esteve na pauta de reivindicações dos movimentos estudantis em defesa da democratização do acesso e permanência na educação superior. Conforme Marques (2014, p. 82), desde meados de 1920, já aconteciam as primeiras mobilizações de estudantes em prol de ações de assistência estudantil no Brasil, as quais contribuíram efetivamente para a consolidação desse direito.

Kowalski (2012, p.82) apresenta o percurso histórico da construção da política de assistência estudantil e permite conhecer de forma detalhada todo esse desenvolvimento. A autora apresenta essa historicidade a partir de três fases definidas em decorrência das situações políticas, sociais e econômicas do Brasil.

A primeira fase (1928-1970) se estende desde a criação da primeira universidade e se encerra no período de democratização política, inclusive com aprovação das primeiras legislações sobre assistência estudantil. Nesse período, destaca a criação da União Nacional dos Estudantes no ano de 1937 e a aprovação da LDB em 1961 que preconizava a assistência estudantil como direito a todos os estudantes.

Assim, a marca de nascença da assistência estudantil no Brasil advém do nascimento da universidade e será conservada em toda a história da educação superior brasileira, persistindo na estrutura universitária que incorpora as transformações impingidas por um contexto social em constante processo de transformação (Ibid., p.88).

Nesse período, a educação superior no Brasil era restrita à elite brasileira, inclusive as pessoas com condição financeira encaminhavam os filhos para estudarem fora do país. Assim, o primeiro registro de assistência estudantil ocorre durante o primeiro governo de Washington Luís, em 1928, com a construção e manutenção da Casa do Estudante em Paris.

No Governo de Vargas, há uma atenção para a educação, inclusive com possibilidade de bolsas para assistência estudantil, quando é aprovado o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 e a Lei do ensino superior do Brasil, que privilegia o modelo universitário como preferencial para educação superior. Nesse Decreto também consta iniciativas de assistência estudantil, para conceder bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recomendem, pela sua aplicação e inteligência, ao auxílio

instituído (BRASIL, 1931, art. 100, § 4º). Essa lei entende que estudantes poderão acessar a assistência estudantil através de bolsas de estudos, entretanto, a partir do viés meritocrático. Outro marco para a história da assistência estudantil brasileira é a abertura da Casa do Estudante no Rio de Janeiro no início dos anos 1930, sendo mantida a partir de doações do governo Vargas. Com a Constituição Federal de 1934, no artigo 157, previa-se a doação de fundos aos estudantes necessitados, através do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (KOWALSKI, 2012, p. 87).

Assim, se temos as primeiras iniciativas assistenciais da década de 1930, os anos de 1940 já garantem a assistência estudantil em legislação com um caráter de obrigatoriedade para todos os níveis de ensino (Ibid., p. 88). A autora também evidencia que o período de Ditadura Militar e efervescência dos movimentos sociais, tem a luta do movimento estudantil em prol da reforma universitária e dos direitos para os estudantes, inclusive em 1961 a LDB já colocava a assistência estudantil como um direito igualitário. Durante o regime militar, o movimento estudantil também vivencia uma forte repressão e perseguição dos governos militares.

Já na década de 1970, a crise do capital rebate diretamente no ensino superior, inclusive com a extinção do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) do Ministério da Educação, o qual se pretendia a manter uma política de assistência estudantil para graduandos em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico (Ibid., p. 93). Entretanto, Kowalski (2012, p. 101) problematiza que nessa primeira fase, a assistência estudantil se restringia a atender à classe média e não apresentava a expressividade de uma política nacional para permanência de jovens nas universidades. Portanto, realizava-se através de ações pontuais e focalizadas e distantes de uma perspectiva de democratização da educação superior.

A segunda fase de expansão da assistência estudantil (1987-2004) está vinculada com o processo de redemocratização política brasileira, quando no campo da educação superior, aprofundam-se as discussões sobre acesso e permanência nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES (KOWALSKI, 2012). E, em outubro de 1987, é criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que agrega gestores das instituições de ensino superior públicas do Brasil, tendo como alguns dos seguintes objetivos:

É Formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e

estudantis, em nível regional e nacional;
É Assessorar permanentemente a Andifes;
É Participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém;
É Promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados. (FONAPRACE, 2017).

Sendo assim, essa segunda fase foi fundamental para o desenvolvimento de políticas sociais no país, devido a abertura política e a redemocratização, e mesmo não existindo um programa nacional para a permanência dos jovens nas Instituições Federais de Educação Superior - IFES, foram criadas ações significativas que auxiliaram, de alguma forma, os segmentos estudantis mais vulneráveis social e economicamente a usufruírem de condições mais equânimes (KOWALSKI, 2012, p. 101).

Contudo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, ocorre a implementação da reforma do Estado brasileiro, com abertura expansiva de atuação da iniciativa privada nos interesses da Educação Superior.

O resultado da atuação desse modelo de política neoliberal foi o sucateamento das universidades públicas e o aumento do número da expansão do ensino público privado e das matrículas nessas instituições, que recebiam verba pública através da multiplicação das fundações privadas nas IFES, além da ausência, ou pode-se dizer, a inexistência, de uma política efetiva de Assistência Estudantil (VASCONCELOS, 2010, p. 606-607).

Assim, nesse período do governo FHC, [o...] o Brasil vivenciou mais uma etapa da reforma universitária consentida e conduzida pelo capital, nos marcos da expansão operacionalizada pelo projeto neoliberal de educação superior (KOWALSKI, 2012, p. 20). Nesse sentido, prevaleceu a lógica de maximizar a lucratividade sob todos os espaços, inclusive, dentro do próprio Estado bem como na política de educação vigente no nosso país: [Em tempos de neoliberalismo, este processo de expansão da educação superior ganha uma nova racionalidade estabelecida através de dois mecanismos básicos: a ampliação do setor privado e a privatização interna das IES públicas (LIMA, 2013, p. 17).

Dutra e Santos (2007) apontam que a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/96, isenta a responsabilização do Estado na prestação de programas vinculados à assistência estudantil. Conforme o art. 71: [Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: [...] IV os programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social]; (BRASIL, 1996).

Apesar da LDB não garantir a assistência estudantil como direito social, os movimentos estudantis reivindicaram a instituição dessa política, e, o Fonaprace apresentou dados sobre a necessidade de construção de uma política de assistência estudantil, dentro os quais, os Perfis Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação dessas Instituições, publicados nos anos de 1997, 2004 e 2011 e que confirmam a importância de uma política de assistência estudantil:

Os dados levantados apontaram a classificação econômica dos discentes e os principais indicadores sociais relacionados às necessidades estudantis: moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho, indicando parâmetros para melhor definir as diretrizes para o desenvolvimento de programas e ações de AE a serem implementados pelas Instituições de Ensino Superior públicas (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 155).

Os perfis socioeconômicos e culturais dos estudantes reiteram a importância de políticas de assistência estudantil para a permanência com sucesso na educação superior brasileira. E os perfis mostram que essas pessoas dependem da venda da sua força de trabalho no modo de produção capitalista, interferindo na continuidade dos estudos (FELIPPE, 2017).

A terceira fase de desenvolvimento da assistência estudantil apontada por Kowalski (2012) se inicia a partir da publicação da Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que cria o PNAES. Entretanto, no ano de 2010 essa Portaria é endossada através de um Decreto-Lei pelo Ex-Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Além do PNAES, o Governo Lula também instituiu o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no ano de 2007, quando foram implementados os programas para reforma e expansão da educação superior brasileira, com o objetivo de ampliar o acesso à educação superior mesmo com perfil direcionado prioritariamente para as necessidades do mercado.

O processo de reformulação e expansão da educação superior brasileira se instaura no governo Lula da Silva (2003-2010) com uma perspectiva de democratização e massificação da educação superior pública, inclusive com a valorização do Ensino à Distância, mantendo as características de submissão dos interesses do capital, com o estímulo à expansão do ensino superior privado. Nesse período, também houve a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), principalmente com a formação do ensino técnico e novos cursos de Graduação inclusive com a criação de unidades acadêmicas localizadas nos municípios dos interiores dos Estados. Para Felipe (2016, p.119), essa expansão do ensino superior público na última década, ã(...) inclusive com a expansão das universidades e

institutos federais para o interior dos estados brasileiros, tem possibilitado oportunidades para segmentos da população que até então estavam excluídos do acesso ao ensino terciário.

Portanto, a reforma na educação superior expressou uma dimensão quantitativa de acesso ao ensino, o que não significa necessariamente a adesão a um modelo que objetive uma educação para construção do conhecimento de forma crítica, transformadora e com qualidade, mas um modelo privatista de educação, no qual o Estado e do fundo público tendem a atuar de maneira coadjuvante (FELIPPE, 2017, p. 05). Apesar dessa tendência a atender aos interesses econômicos dominantes, essa duplicação na oferta de cursos públicos e gratuitos durante a última década [...] tem possibilitado oportunidades para segmentos da população que até então estavam excluídos do acesso ao ensino terciário (Ibid., 06).

Contudo, a partir do Governo Dilma Rousseff (2011-2016), a educação superior pública tem sido afetada diretamente pela crise e instabilidade política e econômica no país, com frequentes cortes orçamentários e atrasos nos repasses dos recursos, enxugamento dos programas de permanência e formação acadêmica, impactando diretamente na manutenção do funcionamento das IFES e dos seus programas e ações para promoção do acesso e permanência nos seus espaços institucionais.

Com a destituição da Presidenta Dilma após o *impeachment* no dia 31 de agosto de 2016, Michel Temer assume a Presidência da República e inicia uma série de reformas e medidas impopulares contra os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários conquistados através de lutas e mobilizações dos trabalhadores e seus movimentos sociais. A exemplo, temos a Proposta de Emenda Constitucional nº55/2016 ó PEC do Teto dos Gastos Públicos, que foi devidamente aprovada pelo Congresso Nacional e tornou-se a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a qual instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e que vigorará por vinte exercícios financeiros. Essa emenda constitucional congela os investimentos sociais do Governo Federal nas áreas da Educação e Saúde por vinte anos e estabelece ainda que as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão no ano de 2017, às aplicações mínimas pagas no exercício de 2016 corrigida em 7,2%, e, a partir do ano de 2018 aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (BRASIL, 1988, art. 110). Portanto, os recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive dos programas em desenvolvimento na política de educação superior brasileira ó inclusive o PNAES, e até a própria manutenção das IFES têm

sido ameaçados com cortes financeiros, devido à vulnerabilidade dessa especulação econômica, fato que vem sendo explicitado por diversas IFES, inclusive pela própria UFPB:

Nota da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) alerta a sociedade sobre problemas orçamentários enfrentados por Universidades e Institutos Federais como: Perdas orçamentárias e Limite Orçamentário em 2017, orçamento de custeio com redução do Reuni em 11% (UFPB, 2017d).

Para Macedo e Nascimento (2017), o cenário de desestabilidade econômica e política, além das reformas em curso, que vem reduzindo o papel do Estado frente aos direitos e políticas sociais, bem como os possíveis cortes orçamentários na educação superior, ameaçam a continuidade das políticas de expansão desse nível de ensino, que, mesmo atendendo às requisições do capital especulativo através de resultados quantitativos, possibilitaram a formação para muitos segmentos sociais. Além disso, a classe que vende a força de trabalho para sobreviver está sofrendo com o cenário econômico de altos índices de desemprego, e por isso, depende dessas políticas públicas para minimizarem as condições de vida nesse modelo econômico. Sendo assim, essa é a realidade de instabilidade política e econômica tanto para as políticas públicas e, principalmente, as políticas sociais, como também para a classe trabalhadora.

Sobre a assistência estudantil, ainda não se caracteriza como política de Estado, pois o marco legal atual de regulamentação é através do Decreto nº 7.234/2010. O PNAES apresenta, os seguintes objetivos:

Art. 2º. São objetivos do PNAES: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010a).

Para tanto, o desenvolvimento das atividades e ações nesse âmbito deve ser constituído, inteiramente, oferecendo assistência material, financeira e pedagógica, possibilitando o acesso e permanência no ensino superior, com vistas a superar evasão, baixo rendimento acadêmico e desistência. Portanto, deve subsidiar os discentes nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com necessidades especiais, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A Assistência Estudantil pode ser traduzida como um mecanismo de direito social que transita por diversas áreas, compreendendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos (moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros) para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior (MENEZES, 2012, p.73).

A Assistência Estudantil deve atender a demanda por igualdade no acesso à Educação, e, de acordo com o art. 5º do referido Decreto, deve atender prioritariamente os discentes oriundos de escolas públicas ou com renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos (BRASIL, 2010a).

Portanto, o PNAES se propõe a ser uma política de garantia de direitos, sob o prisma da proteção social e garantia do atendimento das necessidades básicas que venham a contribuir para viabilizar o pleno desenvolvimento e acesso ao ensino superior (MACEDO, 2014). Quanto ao seu financiamento, ocorre com repasse do Ministério da Educação para as IFES, conforme quantitativo de beneficiários e o orçamento existente. Destarte, em respeito à autonomia universitária, as ações do PNAES são oferecidas por cada instituição de ensino superior que as refletem, constroem e desenvolvem de acordo com suas prioridades e necessidades.

O Decreto nº 7.234/10 também trata que as IFES devem fixar os critérios de acesso ao programa, obedecendo ao que está disposto no texto legal, e ainda, implantar mecanismos de acompanhamento e avaliação. Tais mecanismos, na lógica de avaliação de políticas públicas, devem ser mensurados através de indicadores que permitam verificar o grau de atingimento da eficiência e eficácia dessas políticas.

Para tanto, essa política social pública tem a finalidade de contribuir para enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, e compete às gestões das instituições de educação desenvolver ações articuladas, buscando, de fato, viabilizar a permanência dos estudantes (sendo que esta não se restringe somente à concessão de bolsa/auxílio-material), mas também garantir uma formação profissional qualificada, assim como o acesso aos direitos sociais. (PAURA, 2013, p. 118). Sobre as políticas de permanência, além do PNAES, o Ministério da Educação também concede bolsas aos estudantes de cursos integrais ou remanescentes de comunidades indígenas ou quilombolas com renda até 1,5 salários mínimos.

No âmbito da UFPB, o PNAES é administrado pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), a qual é subordinada à Administração Superior da Reitoria.

2.3 Caracterização da Política de Assistência Estudantil da UFPB

A PRAPE foi criada no ano de 2010, por meio da Resolução nº 29/2010 do CONSUNI (UFPB, 2016, p. 20), e tem os seguintes órgãos vinculados: Secretaria Executiva e Gabinete, Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante ó COAPE e a Superintendência dos Restaurantes Universitários ó SRU. A PRAPE/UFPB tem como função:

Gerenciando os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil ó PNAES, a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante ó Prape tem a principal função de planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando sobretudo à sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2017c, p.01).

Assim, os seus objetivos estão voltados a contribuir com a Permanência na Educação Superior do (a) estudante com seguinte perfil de acesso: ão estudante ingresso classificado em condição de vulnerabilidade socioeconômica, sendo o levantamento de tal condição feito semestralmente através dos processos seletivos para concessão de acesso aos benefícios de permanênciaö (Ibid, p.01.).

Segundo a PRAPE/UFPB, os recursos orçamentários:

[...] fomentam benefícios que são destinados aos alunos da graduação presencial e em condição de vulnerabilidade socioeconômica, através da concessão de auxílios em nível da alimentação, de creche, de transporte, de moradia, de apoio acadêmico, de apoio pedagógico, de apoio material, bem como, acesso gratuito ao sistema de restaurantes universitários, manutenção das residências universitárias, apoio acadêmico aos estudantes com deficiências e atendimento psicológico (UFPB, 2017a, p. 88).

No ano de 2016, as ações e benefícios da PRAPE/UFPB foram disponibilizadas aos estudantes de cursos de graduação, conforme à abrangência das seguintes áreas estratégicas do PNAES:

QUADRO 1- Áreas atendidas pelo PNAES na UFPB no ano de 2016

Áreas estratégicas de atuação do PNAES	Benefícios na UFPB
Moradia estudantil	Residências Universitárias Auxílio-Moradia
Alimentação	Restaurantes Universitários Auxílio-alimentação
Transporte	Auxílio-Transporte
Atenção à saúde	Atendimento psicológico
Creche	Auxílio-creche
Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.	Programa Bolsa Apoiador
Apoio pedagógico	Passagens para participação em eventos acadêmicos onde o estudante irá apresentar trabalhos acadêmicos; Inscrição para participação em eventos acadêmicos;
Inclusão digital	-----
Cultura	-----
Esporte	-----

UFPB, 2017b. Elaborado pela autora.

Verificamos que, no ano de 2016, essa Pró-Reitoria aplicou os recursos do PNAES para o atendimento às necessidades básicas de subsistência dos discentes, entretanto, ainda não conseguiu abranger as áreas de inclusão digital, cultura e esporte. Também destacamos que o apoio pedagógico, enquanto uma das áreas estratégicas fundamentais na atuação do objetivo do PNAES, deve ser ampliado para atuar também na dimensão preventiva e no acompanhamento contínuo, pois tem o papel fundamental de contribuir para reduzir as taxas de retenção e evasão, por isso, precisa estender também para ações contínuas de acompanhamento, orientação pedagógica, monitoramento e articulação com as coordenações dos cursos e o corpo docente. Sendo assim, a assistência estudantil está para além da concessão de bolsas e auxílios estudantis.

Quanto à distribuição dos benefícios ofertados, existem as Residências e Restaurantes Universitários, além dos benefícios pecuniários de auxílio-alimentação, auxílio-moradia, auxílio-creche e auxílio-transporte. Acerca das Residências e Restaurantes Universitários, a PRAPE/UFPB disponibilizou os seguintes quantitativos de atendimentos no ano de 2016:

QUADRO 2 ó Serviços oferecidos pela PRAPE para Assistência Estudantil, em 2016.

Restaurantes Universitários	Número de estudantes atendidos	73.548 refeições
	Restaurantes Universitários em pleno funcionamento, por <i>campi</i> :	<i>Campus I</i> – João Pessoa: 01 <i>Campus II</i> – Areia: 01 <i>Campus III</i> – Bananeiras: 01 <i>Campus IV</i> – Rio Tinto: 01 Total: 04
	Restaurantes Universitários em fase de finalização	<i>Campus IV</i> – Mamanguape: 01
Residência Universitária	Quantidade de estudantes assistidos em 2016	1.119 residentes
	Residência Universitária em funcionamento, por <i>campi</i> :	<i>Campus I</i> – João Pessoa: 02* <i>Campus II</i> – Areia: 19** <i>Campus III</i> – Bananeiras: 10*** Total: 31
	Residência Universitária em estruturação, por <i>campi</i> :	<i>Campus IV</i> – Mamanguape: 01 <i>Campus IV</i> – Rio Tinto: 01 Total: 02

(*) 1 (uma) MISTA e 1 (uma) FEMININA.

(**) Bloco A, B, C, (Bloco "S" – 6 blocos) - MASCULINA / Bloco D, E, G, + 7 casas – FEMININA.

(***) 4 (quatro) MASCULINAS, 5 (cinco) FEMININAS, e 1 (uma) MISTA.

Fonte: UFPB, 2017a, p.119.

Outras ações pontuais também estão sendo executadas na PRAPE: contato com as coordenações de curso, ampliação das políticas de assistência aos discentes com deficiência através do Programa Bolsa Apoiador ó em parceria com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, o qual disponibiliza estudantes bolsistas para acompanhá-los nas atividades acadêmicas e curriculares (UFPB, 2017a, p. 120/121).

Ainda sobre a Assistência Estudantil na UFPB, as equipes de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia da Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante - COAPE/PRAPE também realizam atendimentos profissionais, orientações sociais, atividades socioeducativas, visitas às residências universitárias, e encaminha estudantes para atendimentos especializados de saúde no Centro de Referência e Assistência à Saúde ó CRAS/UFPB.

Sobre o quantitativo de benefícios concedidos, o Relatório de Gestão da UFPB de 2016 apresenta quadro com estatísticas de atendimentos da PRAPE.

QUADRO 3 ó Metas do PDI (2014-2018) e valores alcançados entre 2015-2016 para Assistência Estudantil

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018	2015	2016
Número de alunos atendidos/dia – Restaurantes Universitários	6.630	7.956	8.061	6.918
Número de alunos atendidos – Residências Universitárias	1.125	1.238	1.079	1.119
Número de alunos assistidos com auxílio-moradia/mês	726	944	1.201	2.390
Número de alunos assistidos com auxílio-alimentação/mês	1.186	1.423	1.582	2.431
Número de alunos com deficiência assistidos – Programa Bolsa Apoiador/mês	324	454	411	458

Fonte: UFPB, 2017a, p. 120.

Verifica-se um crescimento gradativo no quantitativo de benefícios e auxílios da Assistência Estudantil na UFPB, resultante do aumento do número de estudantes com perfil a ser assistido, o que é corroborado pela Gestão da UFPB que, ressalta a relevância da progressão orçamentária do PNAES: a progressão dos recursos financeiros é um quesito importante a ser destacado, em virtude do crescente número de estudantes de graduação presencial com perfil para ser assistido, bem como a demanda reprimida que se apresenta (UFPB, 2016, p. 86). Conforme dados do Relatório de Gestão 2016 da UFPB, em 2016, a UFPB tinha um total de 24.779 (vinte e quatro mil e setecentos e setenta e nove) estudantes regularmente matriculados nos Cursos de Graduação, e com a realidade de ingresso de cotistas na instituição, certamente o número de estudantes com perfil a ser atendido pelo PNAES ultrapassa esse quantitativo de usuários.

Entretanto, é preciso verificar se esse número de atendimentos, diante do quantitativo de estudantes com perfil para acesso ao PNAES, atende principalmente aqueles que advêm do sistema de cotas. Lima (2014, p. 99), em sua Dissertação de Mestrado sobre as ações afirmativas na UFPB também aponta que a PRAPE não apresenta nenhuma política específica para os estudantes cotistas.

Outra questão importante sobre as ações do PNAES nessa IFES é verificar que as ações nesse âmbito devem contemplar outros aspectos das necessidades sociais desses estudantes, superando o mero repasse de benefícios pecuniários, como as ações que promovam cultura e lazer, e o fortalecimento da garantia dos seus direitos, buscando a sua emancipação e plena expansão dos seus direitos sociais.

O acesso aos benefícios do PNAES na UFPB é condicionado ao preenchimento dos requisitos socioeconômicos estabelecidos pela PRAPE através de Editais de Seleção, e, desde o período 2015.2, os benefícios são solicitados através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), no módulo virtual da Assistência Estudantil (UFPB, 2016, p. 58). Para Machado e Magaldi (2016), mesmo quando a assistência estudantil adota critérios de seleção socioeconômicos, o critério racial, por exemplo, é atendido, pois as pessoas pretas têm menor renda que as pessoas brancas.

O PNAES na UFPB, portanto, é uma das políticas basilares para a Permanência de estudantes com vulnerabilidade na Educação Superior, sendo oportuno que haja o Monitoramento e Avaliação para verificar se os seus objetivos estão sendo alcançados. Essas são etapas imprescindíveis no campo das políticas públicas, inclusive, no contexto das políticas sociais, pois elas possuem uma finalidade social de atender aos interesses de determinados segmentos da sociedade, mesmo com suas limitações de focalização e

seletividade. Para tanto, considerando o PNAES enquanto política social para democratização da educação superior, apresentamos algumas considerações teóricas sobre as políticas de acesso à educação superior no contexto da diversidade étnica, social e racial da realidade brasileira.

3. AS POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE ÉTNICA, SOCIAL E RACIAL

As políticas de acesso ao ensino superior, a exemplo das reservas de vagas para os cursos de Graduação das instituições públicas educacionais foram medidas criadas para o enfrentamento das contradições e desigualdades entre classes, etnias e raças que caracterizam o povo brasileiro. Nesse sentido, para discorrermos sobre essas questões, tratamos sobre as desigualdades e a diversidade étnica, social e racial na realidade brasileira, pontuamos sobre as ações afirmativas e o sistema de cotas nas IFES, e, em seguida, caracterizamos o perfil dos estudantes cotistas no âmbito da UFPB.

3.1 Desigualdades e a diversidade étnica, social e racial na realidade brasileira

A diversidade étnica, social e racial do povo brasileiro carrega a historicidade da sua formação. Para Ribeiro (2015), em regra, a constituição do *povo-nação* brasileira não é marcada pela liberdade, justiça e fraternidade, mas por episódios de luta e contradições. Assim, o povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e peleja (p.25-26). E essa História do Brasil, marcada por episódios conflituos, explorações e segregações ainda tem reflexos nas relações de uma sociedade desigual que vivencia contradições entre classes sociais, determinados grupos e etnias.

A constituição das desigualdades entre as classes nas sociedades remete à história do desenvolvimento dessas que se caracterizou como a história de luta entre as classes dominantes - detentoras de poder e riqueza acumulada, contra as classes dominadas, e, desprovidas de bens socialmente produzidos:

Até hoje, o desenvolvimento do ser social jamais se expressou como o igual desenvolvimento da humanização *de todos os homens*; ao contrário: até nossos dias, o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma *humanização extremamente desigual* (NETTO, 2008, p.46, grifo do autor).

Entretanto, apesar de as sociedades se caracterizarem como tecido de relações e contradições entre as classes sociais, individualmente, os homens são integralmente singulares: ãa verdade, os homens são *iguais*: todos têm iguais possibilidades humanas de se sociabilizar; a *igualdade* opõe-se à *desigualdade* ó e o que a originalidade introduz entre os homens não é a desigualdade, é a *diferença* (Ibid., p. 47, grifo do autor). Assim,

desigualdades sociais não são processos naturais, e sim, construção e reprodução de um contexto que determina nossas relações e alimenta exclusões, segregações, desvantagens, discriminações ou injustiças contra alguns grupos, segmentos ou comunidades em uma sociedade.

A formação e desenvolvimento do Estado-Nação-Povo brasileiro assolou uma maioria desprovida de condições dignas de vida e de poucas oportunidades efetivas para transformação e superação da sua condição. É nesse terreno de criar estratégias que atendam às necessidades da sociedade brasileira que se colocam as políticas sociais para oferecer oportunidades para determinados grupos e classes, entretanto, essa perspectiva também requer alguns cuidados.

Taylor (1998) apresenta discussão que provoca as políticas ditas como inclusivas comumente defendidas para determinados grupos sociais. A sua perspectiva considera observar as diferenças e singularidades, por isso, apresenta a ideia de reconhecimento:

A tese consiste no facto de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento *incorrecto* dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam reflectirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorrecto podem afetar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe (TAYLOR, 1998, p. 45).

Para o teórico, quando não há o reconhecimento dessas diferenças nas variadas singularidades, há uma tendência à opressão ou auto-depreciação, a exemplo da condição das mulheres nas sociedades patriarcais. Nesse sentido, para Taylor, a forma como enxergamos o outro através do reconhecimento condiciona, inclusive, a existência de respeito entre as pessoas e grupos sociais: “[...] O reconhecimento incorrecto não implica só uma falta de respeito devido. Pode também marcar as suas vítimas de forma cruel, subjugando-as através de um sentimento incapacitante de ódio contra elas mesmas” (Ibid., p. 46).

As línguas humanas de expressão também são outro aspecto apontado pelo teórico nessa relação entre identidade e reconhecimento: “As pessoas não aprendem sozinhas as línguas necessárias à autodefinição. [...] A formação da mente humana é, neste sentido, não monológica, não algo que se consiga sozinho, mas dialógica” (Ibid., p. 52). Taylor também chama a atenção sobre o cuidado necessário que se deve existir para que essa relação dialógica possa ser contributiva, e não definidora das nossas decisões e ações. “Precisamos das relações para nos realizarmos, mas não para nos definirmos” (Ibid., p. 53).

Para tanto, Taylor frisa que a ausência de reconhecimento igualitário pode prejudicar as pessoas visadas [...] A projecção de uma imagem do outro como ser inferior e desprezível pode realmente ter um efeito de distorção e de opressão, ao ponto de essa imagem ser inferiorizada (Ibid., p. 57). Na seara da esfera pública, as políticas de diferença também precisam ser consideradas, reconhecendo a identidade única deste ou daquele indivíduo ou grupo, do carácter singular de cada um (Ibid. p. 58). Para Taylor, as políticas de universalidade podem ignorar as diferenças, por isso, sugere atenção para o potencial humano universal. Uma capacidade comum a todos os seres humanos. Este potencial [...] é que garante a cada pessoa o facto de merecer respeito (Ibid. p. 62).

Costa e Soares (2015) discorrem sobre a Política de Reconhecimento de Taylor e Honneth, no trabalho intitulado "Educação e pobreza: teoria da justiça como equidade e a política do reconhecimento". Para os autores, Taylor traz a preocupação que o Estado deve ter perante essas diferenças, sendo relevante inclusive para a discussão entre identidade e política pública no contexto da realidade brasileira:

A pista que nos daria Charles Taylor é de que a política precisa reconhecer a diferença; caso contrário, estaria elidindo elementos essenciais do respeito aos grupos ou comunidades, que têm o pleno direito de construir seus valores a partir de uma concepção própria de bem. Em uma sociedade de forte tradição etnocêntrica, o Estado deveria optar por criar políticas públicas de inclusão desses segmentos, sem o pretensioso discurso neutro baseado na justiça ou no direito (Ibid., p. 07).

Na medida em que as culturas agem e pensam de forma etnocêntrica (julgando sua cultura como a correta e aceitável), assumem uma postura de desrespeito e anulação para com outros grupos e comunidades. Para além da importância que as políticas precisam ter perante essas diferenças, é preciso que haja o respeito entre as Culturas, e essa é a ideia de Multiculturalismo adotada por Taylor.

Outro elemento importante quanto à diversidade pode ser problematizado a partir das ideias de John Rawls sobre a "Teoria da Justiça", a qual acrescenta subsídios para Políticas públicas voltadas para aos diferentes grupos e classes sociais. Para Rawls (2000), o papel da Justiça está voltado para o bem-comum, e as vontades individuais precisam se voltar para os interesses coletivos:

Assim, **os planos dos indivíduos precisam se encaixar uns nos outros** para que as várias atividades sejam compatíveis entre si e possam ser todas executadas sem que as expectativas legítimas de cada um sofram frustrações graves. Mais ainda, a **execução desses planos** deveria levar à **consecução de fins sociais de formas eficientes e coerentes com a justiça**. E por fim, o esquema de cooperação social deve ser estável: deve ser observado de modo mais ou menos regular e suas regras básicas devem espontaneamente nortear

a ação; e quando ocorrem infrações, devem existir forças estabilizadoras que impeçam maiores violações e que tendam a restaurar a organização social (RAWLS, 2000, p. 06-07, grifo nosso).

Sendo assim, parece razoável um certo consenso para a definição sobre o que é justo ou injusto para os interesses da coletividade, e isso se define também no bojo das instituições sociais. A justiça de um esquema social depende essencialmente de como se atribuem direitos e deveres fundamentais e das oportunidades econômicas e condições sociais que existem nos vários setores da sociedade (Ibid., p. 08).

Caballero Garcia (2006) apresenta os dois princípios da Justiça defendidos por Rawls: o Princípio da liberdade ou igual distribuição de liberdades para todos e o Princípio da diferença que corresponde à ideia de fraternidade e que todos devem ter direito às liberdades individuais.

Sobre esses princípios, Rawls traz algumas considerações, afirmando que as partes de uma teoria da justiça devem representar características morais básicas da estrutura social: [...] A coerência da teoria da justiça é demonstrada tanto por suas consequências quanto pela aceitabilidade *prima facie* de suas premissas. Na verdade, esses dois aspectos não podem ser separados [...] (RAWLS, 2000, p. 101).

Para Caballero Garcia (2006), essa ideia de Justiça defendida por Rawls está baseada na distribuição de recursos, compreendendo não somente como a distribuição efetiva dos impostos ou subsídios, mas a distribuição dos bens socialmente produzidos ou o consumo de bens pessoais: bens materiais, serviços, respeito próprio, bem-estar, conhecimento, saúde, atitudes mentais ou físicas etc) (Ibid., 2006, p.01). Essa relação entre justiça e equidade enquanto uma redistribuição equivalente é apresentada por Costa e Soares (2015): na verdade, se uma sociedade possui uma sólida estrutura básica de garantia de direitos, a dinâmica de distribuição de bens dessa sociedade seria considerada justa (Ibid., p. 05).

Para tanto, no contexto das políticas sociais na realidade brasileira, a teoria da Justiça traz sua contribuição para a defesa do acesso igualitário aos bens e direitos: se há algum sentido para políticas públicas em sociedades democráticas, este consistiria justamente em garantir o fortalecimento da estrutura básica de direitos, inclusive a partir das ações de redistribuição (Ibid., p. 05). Os autores também colocam que no modelo de Rawls, ações de redistribuição deveriam ser aceitas democraticamente pelos participantes da sociedade [...], teríamos certo *altruísmo* dos cidadãos, tendo como referência o espaço público (Ibid., p. 06).

Assim, as teorias aqui apresentadas são pertinentes para reflexão acerca das políticas homogeneizadas e verticalizadas para todas as pessoas e grupos, pois algumas especificidades

e diferenças precisam ser observadas. Acerca da Política de Reconhecimento de Charles Taylor, destacamos a relevância de se reconhecer as diferenças e identidades de indivíduos e grupos, sendo requisito importante para que haja o devido respeito às múltiplas e variadas culturas, inclusive quando se referem às políticas públicas direcionadas a determinados segmentos sociais. Quanto à Teoria da Justiça de John Rawls, verifica-se que sua ideia de Justiça está na igualdade de acesso aos direitos, mas também permanece alicerçada na fraternidade dos indivíduos sobre os interesses coletivos. É esse limiar entre individualidade e coletividade que a teoria de Rawls contribui com inquietações interessantes para as políticas públicas.

Outrossim, apesar da necessidade de que se verifiquem essas minúcias, a elaboração e execução de políticas públicas para a Diversidade também não desconsidera a macroestrutura dos processos e relações sociais ou étnico-culturais. Dentre as políticas públicas para a diversidade, são implementadas as ações afirmativas as quais propõem atender a essas questões.

3.2 Ações afirmativas na educação superior pública brasileira

Na sociedade brasileira contemporânea, devido a necessidade de promover condições de igualdade e oportunidade a grupos e indivíduos historicamente excluídos, são propostas as Ações Afirmativas, especialmente a partir da década de 1980, onde percebemos as ações mais sistemáticas de grupos sociais que pressionam o Estado em termos de políticas públicas. O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), define o conceito de ações afirmativas:

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural (GEMAA, 2011, p.01).

Ainda de acordo com o GEMAA, as ações afirmativas se diferenciam de políticas estritamente anti-discriminatórias pois atuam õpreventivamente em favor de indivíduos que potencialmente são discriminados, o que pode ser entendido tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitosõ (Ibid., p. 01).

As ações afirmativas estão direcionadas à promoção da igualdade de direitos entre as pessoas - sem discriminação, exploração ou instituição de qualquer desvantagem que esteja vinculada a uma condição de pertencimento a determinado grupo, violação de direitos individuais ou coletivos, ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A partir dos princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 de cidadania e dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, incs. II e II do art. 1º), a Carta Magna também apresenta os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil em seu artigo 2º:

- I- Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II- Garantir o desenvolvimento nacional;
- III- Erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, art. 2º).

A adoção de ações afirmativas na Educação Superior é uma das estratégias utilizadas nas políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais e regionais as quais foram construídas e reproduzidas historicamente. Destarte, esses modelos de políticas somente foram implementados em governos intitulados de centro-esquerda com uma perspectiva de gestão governamental que atendesse às particularidades e a essa diversidade da população brasileira.

Algumas políticas afirmativas e de inclusão foram instituídas na Educação Superior através de programas criados com o objetivo de democratizar o acesso às diferentes populações: a) A Lei nº 11.096 de 2005, que Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI em instituições privadas com bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento); b) Lei nº 12.202 de 2010, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos. c) Decreto nº 7234/2010, que cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); d) O Decreto nº 7.416 de 2010, que trata da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino (Bolsa-permanência do MEC e extensão universitária). e) e finalmente a Lei nº 12.711/2012 ó Lei de Cotas, com a finalidade de superar a situação de desvantagem no acesso aos direitos sociais e aos bens socialmente produzidos. A bolsa-permanência do MEC é instituída também assiste estudantes através do Programa Bolsa-Permanência, que concede auxílio financeiro visando o [...] minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e conclusão de curso dos estudantes de graduação em situação de

vulnerabilidade socioeconômica e estudantes indígenas e quilombolasö (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 159).

Essas políticas e programas considerados para a inclusão para grupos e populações na Educação Superior, são apontadas pelo Estado como mecanismos diretos de divisão de poder:

Inclusão é o processo de transferência pacífica e consensual de poder, oportunidades, riqueza e demais recursos equivalentes (materiais ou imateriais) de um segmento da sociedade em posição de domínio e de controle para outro segmento, vinculado histórica e nacionalmente ao primeiro e que se encontra em situação crônica de carência, fragilidade, vulnerabilidade, incapacidade involuntária ou pobreza e que sofre opressão, desvantagem por violência, racismo ou discriminação (CARVALHO, 2016, p. 15)

Para o autor, as políticas sociais são consideradas como possibilidades de partição de poder e riqueza, material ou imaterial. Por exemplo, na Política de reserva de vagas através das cotas, o autor considera como um recurso para legitimar que uma parte da sociedade tenha garantia de igualdade de oportunidades, dada a perspectiva õinclusivaö da iniciativa: õcomo fatias que fossem reservadas para diferentes pessoas, as cotas representam um percentual mínimo de vagas para que se alcance um grau moralmente aceitável de igualdade étnica e racial na sociedade brasileiraö (Ibid., p. 15).

Outrossim, compreendemos que colocar somente essas políticas como suficientes para garantia plena de acesso aos direitos, dificilmente contribuirá para o devido reparo ao que, historicamente, foi negado para essas pessoas e grupos. As políticas de democratização da educação superior, sem as devidas possibilidades de oferecer condições objetivas de vida para aqueles que dela demandam, e sem garantir a efetivação dos direitos sociais nelas previstos, talvez não superem as desigualdades sociais que marcam a divisão de classes na realidade brasileira.

Nesse rol de políticas para inserção de estudantes na educação superior pública brasileira, o sistema de cotas se coloca como uma das políticas afirmativas para a diversidade étnica, social e racial da realidade brasileira.

3.3 O sistema de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior

Na perspectiva da equidade social, a Lei nº 12.711/12, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais (e nas instituições federais de ensino técnico e médio) através do Sistema de Cotas:

Art. 1º-As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso

nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

Seguidamente, a Lei garante que desse quantitativo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita (BRASIL, 2012, § Único).

A Lei de Cotas também ampliou as oportunidades para garantia da Igualdade Racial no acesso ao ensino superior:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após estabelecer sobre as cotas, segundo a Lei, no prazo de 10 (dez) anos haverá revisão do programa para acesso aos estudantes por origens étnico-raciais e de ensino médio em escolas públicas. Finaliza com a obrigatoriedade de as instituições de ensino implantarem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista, a cada ano, e o prazo máximo de 4 (quatro) anos a partir da publicação.

Para o aprimoramento de políticas de cotas, as etapas de Monitoramento e Avaliação das políticas de ações afirmativas também precisam ocorrer a fim de que se verifique se atendem ao que se propõe.

Sendo assim, as ações afirmativas e o cumprimento da reserva de vagas, através das Cotas, também precisam ser monitoradas e avaliadas para analisar qual o impacto social gerado para promover a democratização do acesso à Educação Superior, superando a limitação de permanermos na defesa ou à crítica sem pesquisas fundamentadas na busca por resultados dessas políticas sociais. As ações afirmativas e a adoção das Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior são estratégias construídas para a inclusão social que podem construir novos caminhos para um país mais justo e socialmente igualitário, e os primeiros passos começam com a verificação de seus limites, avanços e possibilidades para sua melhoria e aperfeiçoamento.

A implementação de políticas para acesso e permanência na Educação Superior, a exemplo das Cotas, têm a perspectiva de minimizar a história de segregação de determinados grupos e populações na sociedade e nas instituições acadêmicas. Entretanto, essas políticas também precisam reafirmar as diferenças e não diluir as particularidades e especificidades que caracterizam a diversidade social, étnica e racial da sociedade brasileira.

Provin (2013), inicialmente, traz alguns questionamentos e provocações pertinentes sobre essa ideia de inclusão, que, para ela não se limita ao contraditório de inclusão/exclusão. Nessa perspectiva de inserção social, a autora ilustra que existem algumas limitações quanto ao pertencimento, autonomia e protagonismo desses indivíduos e população inseridos na universidade.

O processo de in/exclusão não se dá apenas pelo fato de os sujeitos não estarem no mesmo espaço que outros, mas por estarem no mesmo espaço e, por vezes, não serem considerados como alguém que faz parte dele. Na universidade, esse processo por ser visibilizado de forma bastante intensa se pensamos que há inúmeras possibilidades de acesso ao ensino superior e que, não com a mesma intensidade, se proporciona a permanência (Ibid., p. 100).

Ou seja, no contexto da educação superior, as políticas de acesso colocam uma inclusão que pode limitar indivíduos e grupos a se adaptarem a uma realidade pronta e acabada. Além disso, essas políticas também correm o risco de se tornarem frágeis e ineficientes por não terem políticas que deem continuidade à essa democratização do acesso, como no caso das políticas de permanência, que, como foi colocada pela autora, não tem a mesma intensidade.

Aqui trazemos as provocações de Foucault (1987), que problematiza algumas questões que, em certos momentos, são invisibilizadas nesse processo de adaptação à ordem hierárquica e disciplinar nas relações de poder ó inclusive institucionais. Para ele, existem alguns recursos imprescindíveis para ão bom adestramentoõ de pessoas e grupos ó a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora (castigos e recompensas) e o exame, os quais são necessários para a padronização de comportamentos e pensamentos:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ãdestrarç ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. ãAdestraç as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais ó pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios (Ibid., p. 143).

No caso dos programas de inclusão na educação superior, o imperativo de universalidade do acesso a esse direito também pode ser enviesado e limitado a determinados interesses e relações de poder reproduzidas pelas instituições e demais espaços sociais, seja através do controle do Estado sobre a sociedade ou do interesse do aumento da produtividade

da população. ãNesse sentido, é sobre a população que o Estado age quando pretende criar a cultura da universidade para todosø pois o objetivo é atingir os sujeitos que ainda estão fora de algum espaço e que não podem ser controladosö (PROVIN, 2013, p. 101).

Assim, a depender de como as políticas de acesso e permanência na Educação Superior são implementadas, elas também podem engessar as possibilidades de liberdade de indivíduos e grupos:

Desse modo, as instituições de ensino superior são chamadas a serem parceiras do Estado e tornam-se fundamentais por serem um meio de o Estado viabilizar os programas de acesso criados pelo MEC e manter um número cada vez maior de sujeitos na universidade. Tais programas possibilitam que um maior número de estudantes esteja incluído em algum espaço e que, dessa forma, seja mais facilmente controlado por meio da inserção na universidade. [í] esses programas possibilitam o controle de uma parcela da população que hoje, fora das universidades, pode vir a tornar-se um risco social (Ibid., p. 102).

Entretanto, a relação dialética que se estabelece entre as pessoas e as instituições também imprime novas relações sociais. E, apesar de as instituições em certos momentos se caracterizarem como espaços de regulação e controle, e as pessoas inseridas nos seus contextos terem que se adequar às suas regras, essa interação também traz uma nova configuração institucional, além de outros significados e demandas a serem atendidas.

Dessa forma, o sistema de cotas gerou uma alteração no público discente das instituições de ensino superior no Brasil, desencadeando, assim, um processo de criação de novas políticas e sistemas de gestão para que todos os alunos que hoje frequentam as universidades possam angariar os conhecimentos e a experiência necessários para alterarem a realidade brasileira (MACHADO; MAGALDI, 2016, p. 283/284).

No contexto das instituições de educação superior, as regras de disciplinamento e normatização para a formação profissional também são ditadas pelo mercado especulativo, quando os sujeitos devem atender, de modo especial, aos interesses de produção e reprodução econômica.

Além disso, as políticas na Educação Superior devem compreender e lidar com as singularidades, realidades de vida e as diversidades de populações e sujeitos. A inclusão anunciada perpassa por outras estratégias de empoderamento dos espaços como a crítica aos modelos educacionais produzidos e reproduzidos nas instituições de educação superior, a criação de novas formas de dominação e protagonismo e a reflexão sobre a responsabilidade social dessas instituições, frente às singularidades e diversidades de valores e interesses de indivíduos, etnias e culturas.

Frias (2012), em seu ensaio teórico que discorre sobre a questão moral circunscrita em õas cotas raciais e sociais em universidades são injustas?õ, evidencia as opiniões e argumentos comumente polemizados em posicionamentos contrários ou favoráveis às Cotas para acesso ao Ensino Superior. O autor traz elementos importantes que superam essa limitação em uma dicotomia, e defende a existência do princípio da equidade -, ou seja, é preciso considerar e tratar as diferenças para que se alcance a igualdade.

Também apresenta um aprofundamento teórico sobre os posicionamentos arguidos pelas críticas às cotas raciais e sociais, por exemplo: sobre as cotas raciais, o autor apresenta a hipótese do estudo de que õ[...] cotas raciais não se justificam como compensação da escravidão (uma justificativa que olha para trás), mas apenas como instrumento para estabelecer a igualdade de oportunidades (uma justificativa que olha para frente)õ (Ibid., p. 131).

Para Frias (2012), o racismo existe e está expresso em indicadores sociais desfavoráveis como renda e escolaridade das pessoas negras em detrimento às pessoas brancas, por isso õas cotas raciais são justificadas na medida em que sejam cotas sociaisõ (Ibid., p. 146). Além disso, o argumento da Meritocracia não é suficiente para legitimar o desempenho acadêmico ao longo da formação acadêmica e profissional, pois õos estudos brasileiros têm apontado que o desempenho dos alunos cotistas é semelhante ou até mesmo superior ao dos não cotistasõ (Ibid., p. 148). Para o autor, existem vários critérios de ingresso no ensino superior em todos os paísesõ não somente a meritocracia, entretanto, o estabelecimento das cotas não exclui o mérito no processo de admissão à educação superior.

Além disso, também é necessário que haja repetidos estudos empíricos para analisar se as costas são as políticas mais adequadas para atingir esse objetivo (FRIAS, 2012, p. 152), pois as cotas sociais serão justas apenas se garantirem a igualdade equitativa de oportunidades.

Para compreensão sobre o desempenho acadêmico no âmbito das instituições de educação superior e a sua relação com a forma de ingresso através da reserva de vagas para cotistas, Queiroz e Santos (2006) realizaram uma pesquisa com estudantes cotistas e não-cotistas para verificar o impacto de ações afirmativas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2005 e 2006. Analisando o perfil socioeconômico dos estudantes, a maioria das pessoas que possuíam automóvel (22,8% e 10,1%), internet (79,7% e 53,2%), telefone celular (80,7% e 67,7%, e computador pessoal/familiar (82,2% e 45,9%) eram autodeclaradas brancas, em detrimento ao menor percentual de pessoas negras com acesso a esses bens (Ibid. 2006, p. 729-730). Apesar dessa contradição, não há discrepância no desempenho acadêmico

dos estudantes cotistas e não-cotistas, inclusive, estudantes cotistas de cursos de graduação como Medicina e Direito apresentavam diferença de média de desempenho inferior a um ponto (Ibid, 2006, p. 731). Os pesquisadores concluíram sobre a relevância na implementação dessas políticas:

Um olhar mais atento indica que o sistema de cotas e/ou ações afirmativas aprovados em universidades públicas refletem as demandas internas e externas que se reproduzem, em vários setores da sociedade brasileira, como as políticas de inclusão social. A lógica é menos de importação de modelos e mais de respostas às crescentes desigualdades sócio-raciais do país. (QUEIROZ; SANTOS, 2006, p. 735).

Além disso, essas políticas de acesso à educação superior como a reserva de vagas através de cotas não devem apenas incluir pessoas e grupos em uma realidade determinada, mas trazer à tona as particularidades, o protagonismo e as diferenças que elas carregam, considerando a diversidade étnica, social e racial da sociedade brasileira. (MACEDO; NASCIMENTO, 2017).

3.3.1 Caracterização do perfil dos cotistas na UFPB

A UFPB adota a reserva de vagas desde o programa de Modalidade de Ingresso por reserva de Vagas para oriundos de escola pública (MIRV), o qual foi criado em 2010 e instituído em 2011, conforme escreve Castelo Branco; Nakamura (2013). Com a vigência da Lei de cotas, a UFPB acolheu 14.580 estudantes no período de 2012-2016, conforme os diferentes perfis e particularidades:

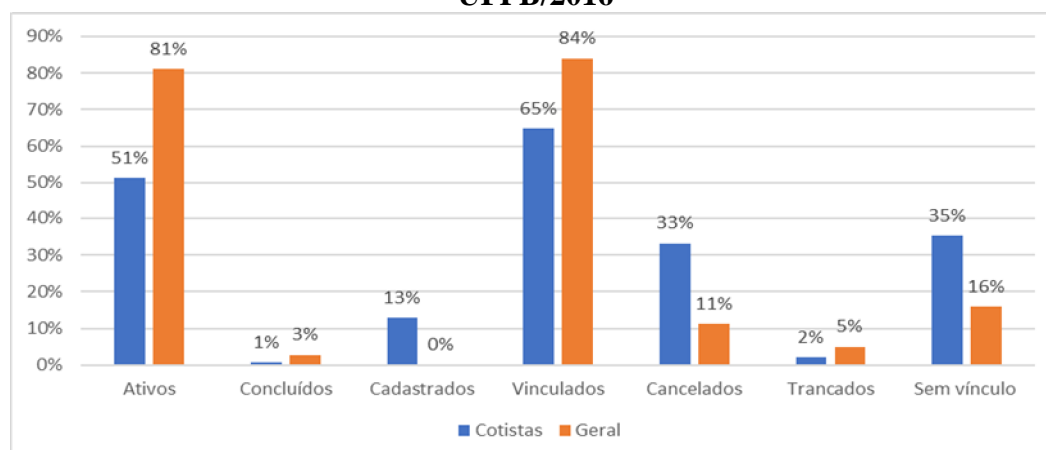
QUADRO 4 ó Perfil de acesso através das cotas na UFPB (2012-2016)

PERFIS DOS INGRESSANTES COTISTAS NA UFPB	2012	2013	2014	2015	2016
Candidato autodeclarado preto ou pardo egresso do ensino público que cursou pelo menos três anos do ensino fundamental e todo o ensino médio em escolas públicas	284	8			
Candidato preto ou pardo, egresso do ensino público	955	11			
Candidatos autodeclarados pretos ou pardos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).			19		
Candidatos autodeclarados pretos ou pardos, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).			25		
Candidato indígena, egresso do ensino público	60		7		
Candidatos autodeclarados indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).			5		
Ingressante de escola pública que se autodeclara pardo, preto ou indígena		657	908	941	1182
Candidato egresso do ensino público	768	396	472	490	664
Candidato egresso do ensino público que cursou pelo menos três anos do ensino fundamental e todo o ensino médio em escolas públicas.	230	1			
Ingressante de escola pública com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo		505	491	474	660
Ingressante de escola pública com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que se autodeclara pardo, preto ou indígena		975	909	874	1093
Candidato portador de deficiência, egresso do ensino público	24	22	2	1	
Candidatos com deficiência			171	155	141
TOTAL DE INGRESSANTES ATRAVÉS DO SISTEMA DE COTAS	2321	2575	3009	2935	3740

Fonte: UFPB, 2016b. Adaptado.

A partir desses dados, verificamos que a UFPB vem recebendo diversos segmentos da sociedade que apresentam particularidades importantes para o atendimento de políticas sociais. Assim, existiu um quantitativo considerável de ingressantes nos cursos de Graduação dessa IFES no período 2012-2016, entretanto, os dados sobre a situação acadêmica desses estudantes, em 2016, relevam um percentual significativo de evasão desses discentes, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1 ó Situação acadêmica de cotistas nos cursos de Graduação. UFPB/2016



Fonte: UFPB (2016b). Elaborado pela autora

A problemática da evasão é uma realidade na educação superior, entretanto, essa discrepância entre os cotistas e não cotistas no âmbito da UFPB, em que 35% (trinta e cinco por cento) dos cotistas não estavam mais vinculados à UFPB no ano de 2016, contrastando com o percentual de 16% de desvinculação da média geral de alunos nos cursos de Graduação dessa instituição.

Em termos gerais, no contexto de uma sociedade com divisão de classes em um país com profundas desigualdades sociais, mesmo que esses estudantes ingressem pelo sistema de reserva de vagas, certamente enfrentaram dificuldades que os colocaram em desvantagem e impossibilidade de se manterem na educação superior. Nesse sentido, a pesquisa realizada por Lima (2010) já demonstrava que somente a política de cotas também não é suficiente para atender a sua realidade desses estudantes na UFPB.

Um olhar sobre os acontecimentos em torno da implantação do sistema de cotas na UFPB nos permite inferir que o debate oficial cessou com a entrada dos cotistas. Há uma ausência de discussão por parte da gestão da UFPB sobre a chegada desses estudantes e os possíveis problemas que eles irão enfrentar. Também não há uma organização efetiva desse grupo, o que favorece a não participação nos espaços onde seria possível reivindicar ações relacionadas às suas demandas (p.135).

Sendo assim, existem inúmeros desafios na realidade desses estudantes cotistas, tais como, trabalhar para garantir a sobrevivência, por isso, abdicam da busca por uma formação profissional para melhoria da sua condição de vida; ou talvez aqueles advindos da rede pública de ensino ó que, em termos gerais, já enfrentaram desafios de uma formação educacional de qualidade na educação básica devido aos recursos financeiros e investimentos insuficientes, e por conseguinte, tiveram dificuldades para acompanhar a educação no nível superior; além das dificuldades enfrentadas por aqueles que, devido a sua condição étnica e racial como os pretos, pardos e indígenas que, historicamente, estiveram em condição social e econômica de desvantagem; além das pessoas com deficiência que lidam com as barreiras arquitetônicas dos espaços públicos e comunitários, e o preconceito e indiferença da sociedade. Essa constatação de evasão dos cotistas na UFPB suscita futuros estudos capazes de conhecer a realidade local desses estudantes e os aspectos internos e externos da instituição que aprofundam essa problemática.

Sendo assim, em se tratando da pesquisa sobre avaliação da eficácia do PNAES para a permanência dos cotistas, a seguir, apresentamos a estrutura de desenho utilizada para esse estudo.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O capítulo a seguir, traz as considerações sobre o objeto dessa pesquisa. Inicialmente, discorremos sobre as possibilidades e tendências que podem ser utilizadas na avaliação de políticas públicas, e a perspectiva de avaliação da qualidade sob a ótica da eficácia, a qual foi adotada nessa pesquisa. Seguidamente, apresentamos o modelo de avaliação aplicado ao objeto de estudo, a formatação e desenho que norteou a pesquisa, e a população da pesquisa e a amostra extraída.

4.1 Considerações iniciais sobre o objeto da pesquisa

O objetivo geral desse estudo está relacionado à avaliação de políticas públicas. Conforme Garcia (2001), avaliação, etimologicamente, significa atribuir valor:

Mas, para tanto, há que se associar ao *valor* uma capacidade de satisfazer alguma necessidade humana. E à avaliação compete analisar o valor de algo em relação a algum anseio ou a um objetivo, não sendo possível avaliar, conseqüentemente, sem se dispor de uma referência, de um quadro referencial razoavelmente preciso (Ibid., p. 25).

Ainda conforme o autor, a avaliação deve se basear em uma visão macro, e para o contexto das organizações governamentais possibilitam ampliar os caminhos que devem ser percorridos para que se verifique a eficácia das políticas públicas. A avaliação pretende alinhar a execução conforme os objetivos propostos durante a formulação dessas políticas, e, pressupõe a adoção de parâmetros considerados ótimos para o funcionamento adequado dessa Política Pública:

É certo que qualquer forma de avaliação envolve necessariamente um julgamento, vale dizer, trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular, de analisá-la a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita). Nesse sentido, não existe a possibilidade de que qualquer modalidade de avaliação ou análise de políticas públicas possa ser apenas instrumental, técnica ou neutra (ARRETCHE, 1999, p. 29).

Para tanto, a avaliação é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p. 1272). Junto ao monitoramento, a avaliação se destina a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos (RUA, 2015, p.36). A autora também elenca as características da Avaliação de políticas públicas: julgamento; sistemática (porque se baseia

em procedimentos e indicadores reconhecidos e previamente estabelecidos); conteúdo, estratégias, processos, produtos, efeitos e impactos; referenciada por critérios explícitos; visa contribuir para seu aperfeiçoamento, a melhoria do processo decisório, o aprendizado institucional e/ou aumento da *accountability*² (Ibid., p. 107).

Para a análise de determinada Política Pública, deve se compreender que avaliação é um fenômeno complexo e multidimensional e que pode ser construído a partir de múltiplos aspectos, dimensões ou contextos. Burlamaqui (2008) apresenta algumas das diferentes tendências teóricas sobre avaliação e qualidade na Educação superior brasileira e classifica quatro tendências de abordagens: avaliação de sistemas; avaliação institucional; avaliação de indicadores e avaliação da qualidade.

A perspectiva de avaliação de sistemas, em termos gerais, é mais ampla e visa qualidade e eficiência. Entretanto, dada a escassez de processos avaliativos testados e desenvolvidos nas Instituições de Ensino Superior da América Latina, Kells (1996, *apud* Burlamaqui, 2008) propõe um modelo de avaliação generalizado, já que essas instituições ainda estão em uma fase embrionária de desenvolvimento.

A avaliação institucional volta-se tanto para os processos internos da instituição - através da autoavaliação ou das avaliações internas, quanto para as avaliações externas, a exemplo do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras o Paiub (Sesu/MEC) (BURLAMAQUI, 2008).

Na avaliação a partir da perspectiva de uso de indicadores do ensino superior, o autor apresenta:

Remontando para a questão da avaliação da qualidade do ensino superior, uma variável ou estatística para ser útil deve influenciar um valor final relativo a esse nível de ensino. [í]. Portanto, nessa visão para a construção de indicadores, inicialmente, é preciso que se tenha variáveis relativas à instituição ou curso que possam ser analisadas no que diz respeito à dependência com outras variáveis (Ibid., p. 144).

Assim, o autor propõe o uso de vários indicadores, pois a avaliação da qualidade da Educação Superior, pode envolver vários elementos. Além disso, esses indicadores são relevantes para subsidiar as tomadas de decisões e estabelecer parâmetros aplicáveis a essas avaliações. A perspectiva de uso de indicadores também requer atenção das instituições para que não se acomodem em focalizar em determinados objetivos, e se distanciem de alcançar resultados, por isso, sugere a adoção de um sistema de indicadores interrelacionados para o diálogo e articulação nos processos de avaliação.

² *Accountability* é o controle público sobre a ação do Estado (RUA, 2012, p. 49).

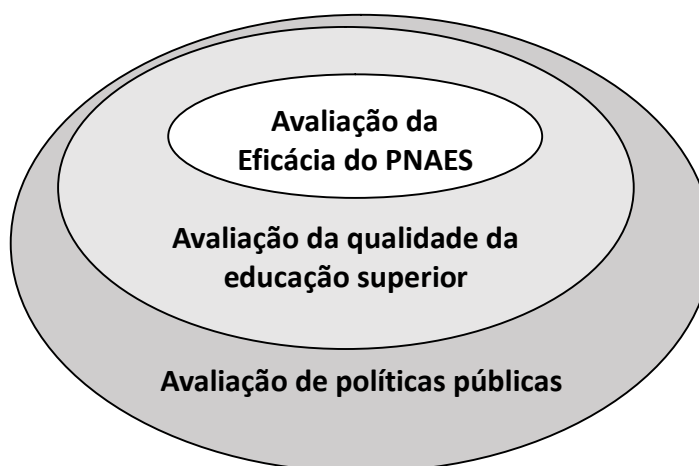
Finalmente, quanto à perspectiva conceitual que será utilizada nesse estudo - avaliação da qualidade, Burlamaqui (2008) destaca que o conceito é complexo, por isso, demanda uma visão ampliada e multidimensional, podendo integrar enfoques mistos - quantitativos e qualitativos, observando as informações estatísticas sem desconsiderar a análise subjetiva e aprofundada dos fenômenos. A abordagem sobre qualidade também pode contemplar o foco na verificação dos meios (processos) ou os resultados (produtos) nessa avaliação de qualidade. E, considerando que pretendemos avaliar a eficácia do PNAES para permanência de cotistas na UFPB, e esse fenômeno é um dos elementos para avaliação da qualidade da educação superior, apresentamos breves considerações teóricas sobre os processos avaliativos.

4.2 Avaliação da eficácia do PNAES para permanência de cotistas

Dada a variedade de conceitos e abordagens para a Avaliação de políticas públicas, com diferentes paradigmas e metodologias de aplicação, optamos pela avaliação da qualidade a partir da medida da Eficácia.

Seguindo essa lógica conceitual, a nossa pesquisa se desenvolveu na seara da avaliação da qualidade da educação superior a partir do seguinte delineamento: 1. Avaliação de políticas públicas; 2. Avaliação da qualidade; 3. Avaliação da eficácia dessa política pública.

FIGURA 1 ó Desenho da pesquisa sobre avaliação do PNAES



Fonte: Arretche (1999). Elaborado pela autora.

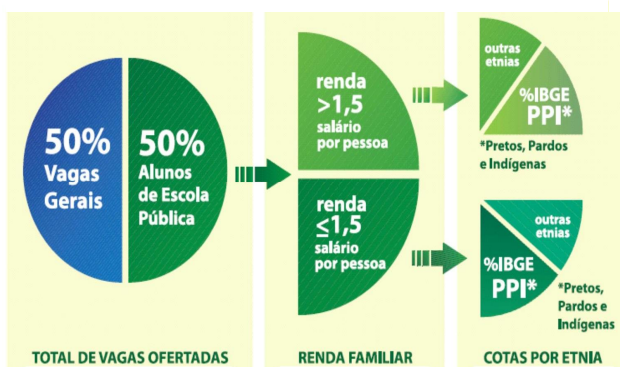
A figura mostra que a avaliação da eficácia do PNAES está inserida na temática de avaliação de políticas públicas e, a partir do uso da eficácia como indicador de qualidade, possibilita compreender se a proposta dessa política está atingindo seus objetivos e metas.

Além disso, é importante considerar que o Decreto nº 7.234/10 também versa que as IFES devem fixar os critérios de acesso ao programa obedecendo ao que está disposto no texto legal, e ainda, implementando mecanismos de acompanhamento e avaliação. Sendo assim, é pertinente que se adote o modelo de avaliação mais adequado à realidade de cada IFES - dada a complexidade do programa, a diversidade social e institucional desses espaços e sua gama de objetivos para atender a uma finalidade social, a fim de verificar se o PNAES está contribuindo para permanência exitosa na Educação Superior.

Os recursos públicos direcionados às políticas públicas inclusive o PNAES, requerem o seu Monitoramento e Avaliação para que se verifique se está atingindo seus objetivos e atendendo aos interesses e necessidades da sociedade civil. Outrossim, a avaliação da eficácia é multidimensional e possibilita o uso de tendências de abordagens variadas, inclusive o uso de outras dimensões de avaliação que estejam alinhadas aos objetivos institucionais e dos referidos programas. Por isso, na avaliação da eficácia do PNAES aqui realizada consideramos as dimensões: demanda e benefício, gestão dos recursos, perfil dos estudantes cotistas atendidos pelo PNAES e a avaliação da qualidade da permanência.

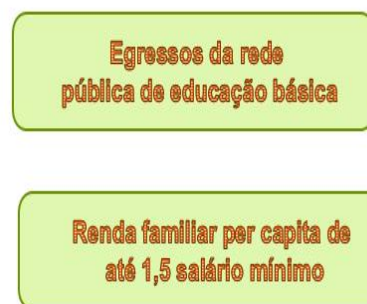
A seguir, apresentamos o perfil de acesso às Políticas do PNAES e da Lei de Cotas, e os objetivos das políticas públicas de Cotas e do PNAES, respectivamente:

FIGURA 2 – Perfil para cotas nas IFES



Fonte: BRASIL (2012). Elaboração própria.

FIGURA 3 - Perfil para acesso ao PNAES

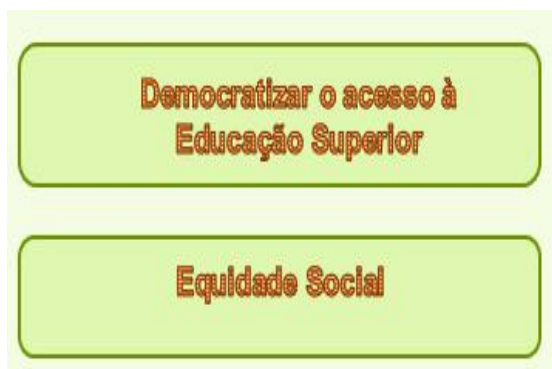


Fonte: BRASIL (2010). Elaboração própria.

Verificamos que ambos os programas têm o público-alvo semelhante e se destinam a democratizar a educação superior pública brasileira.

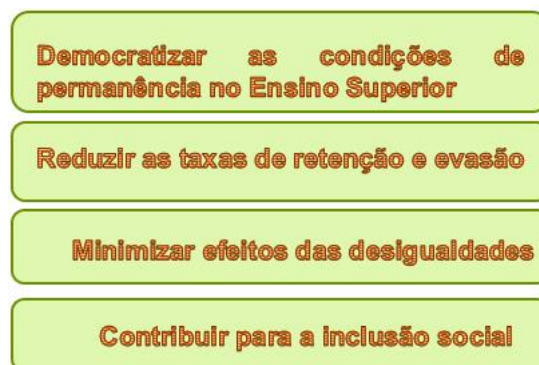
Logo a seguir, sistematizamos os objetivos dessas políticas, por se constituírem como elemento central desse estudo, pois a avaliação da eficácia busca exatamente verificar se os objetivos estão sendo alcançados, e no caso desse estudo nos detemos aos objetivos do PNAES.

Figura 4 – Objetivos da Lei de cotas



Fonte: BRASIL (2012). Elaboração própria

Figura 5 – Objetivos do PNAES



Fonte: BRASIL (2010). Elaboração própria

Os objetivos do PNAES e das cotas no âmbito das IFES estão alicerçados na busca para consolidar a democratização do acesso ao ensino superior e contribuir para a equidade e justiça social.

Para verificar a eficácia do PNAES na permanência de cotistas, consideramos as categorias de demanda/benefício, gestão dos recursos, caracterização do perfil de cotistas com PNAES e alguns elementos sobre qualidade da permanência na Educação Superior. Essas categorias permitiram avaliar se os objetivos da lei de cotas e do PNAES, que buscam democratizar o acesso e possibilitar a diplomação na educação superior, estão sendo atingidos no contexto da UFPB.

4.3 Formatação da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa a nível exploratório, por ter a principal finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fenômeno (GIL, 2008, p. 28).

A abordagem adotada foi do tipo qualitativa, por trabalhar com universo de significados, possibilitando a apreensão das contradições presentes para compreender e explicar a dinâmica das relações sociais.

Utilizamos o método dialético, por versar sobre as contradições, processos, avanços e retrocessos de fenômenos sócio históricos nos diversos contextos sociais, econômico, político, cultural etc. A perspectiva dialética exige sempre ponderar esses movimentos que refletem

diretamente nas políticas sociais, considerando o seu papel de viabilizar direitos sociais em um contexto de contradições devido a sua inserção no modo de produção e vida capitalista. A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (Ibid., 2008, p. 14). Para Lakatos e Marconi (2003), a dialética compreende o mundo como conjunto de processos em que tudo se relaciona e tudo se transforma.

No processo de avaliação aqui realizado, a qualidade foi estudada a partir dos conceitos de eficácia e alcance de objetivos e metas, ou, sob o ângulo da eficiência - verificando os resultados obtidos e otimização dos recursos utilizados. Para tanto, adotamos o método dialético porque nossa proposta de pesquisa não se limita a uma avaliação de políticas públicas de forma unilateral, que as julgue ou condene para sua continuidade ou extinção, mas que aponte as contradições, movimentos, limites e possibilidades para alcance dos objetivos propostos.

Sobre o desenho desse estudo, fizemos uma pesquisa bibliográfica dos fenômenos PNAES, permanência na educação superior e cotas nas IFES. Em seguida, nos debruçamos sobre a pesquisa documental, considerando as dimensões para avaliação da eficácia do PNAES citadas anteriormente, a partir da realidade da UFPB. A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo-se o que se denomina de fontes primárias (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 174).

Para a análise das Políticas de Cotas e Assistência estudantil na UFPB, definimos o recorte temporal do período de 2012 a 2016, com a pesquisa empírica através dos dados de estudantes que ingressaram na instituição, através do sistema de cotas nesse período, e que receberam benefícios do PNAES, em 2016.

A pesquisa documental baseou-se nas fontes documentais disponibilizadas pelo Ministério da Educação (MEC), além dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Relatórios de Gestão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), focalizando nos dados referentes à assistência estudantil através da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil (PRAPE), da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e da Pró-Reitoria de Graduação (PRG). Ainda para a pesquisa documental também coletamos dados sobre o desempenho acadêmico dos cotistas que ingressaram na instituição no período 2013-2016 (Status de matrícula ativo, inativo, cancelado ou concluinte), através do acesso no SIGAA/UFPB no módulo restrito de assistência ao estudante, pois essas informações

representam um indicador de Permanência na Educação Superior. Cabe evidenciar que nossa pesquisa teve a devida autorização institucional para coleta dos dados emitidas pela PRAPE (Processo nº 23074.063830/2017-36) e a PRG (Processo nº 23074.063829/2017-10) da UFPB nesses respectivos processos administrativos cadastrados no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos ó SIPAC/UFPB.

Os dados quantitativos foram submetidos a tratamento estatístico e os dados qualitativos submetidos à análise de conteúdo que, para Minayo (1998), parte primariamente de uma literatura sumária para atingir um nível mais aprofundado, contribuindo com uma análise crítica da realidade.

4.4 População e amostra da pesquisa

Para definição da população da pesquisa, extraímos as listas dos estudantes que receberam os benefícios do PNAES (auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio-transporte, auxílio-moradia, residência universitária e restaurante universitário) durante o ano de 2016 através do site da PRAPE/UFPB (UFPB, 2017b). Em seguida, inserimos esses nomes em Planilha de Excel e selecionamos somente os beneficiários que ingressam pelo sistema de cotas no período de 2012 a 2016.

A partir da lista de benefícios pagos no ano de 2016, verificamos os seguintes quantitativo de estudantes assistidos pelo PNAES:

Quadro 5 ó População da pesquisa - cotistas assistidos pelo PNAES. UFPB/2016

POPULAÇÃO DA PESQUISA: ↓

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA PRAPE EM 2015.2 E 2016.1	COTISTA	NÃO COTISTA
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	333	513
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	366	365
AUXÍLIO-MORADIA	1221	1164
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA	89	64
AUXÍLIO-CRECHE	16	17
AUXÍLIO-TRANSPORTE	83	101
TOTAL	2108 = 49%	2224 = 51%

Fonte: UFPB (2017b). Elaboração própria.

A partir disso, definimos a população da pesquisa, ou seja, obtivemos a lista com os nomes dos estudantes cotistas e contemplados com 2.108 (dois mil e cento e oito) benefícios do PNAES durante o ano de 2016 (períodos acadêmicos de 2015.2 e 2016.1). Ressaltamos

que, devido a replicações de um mesmo beneficiário ter sido sorteado para mais de um benefício, dado à possibilidade de acúmulos de benefícios do PNAES conforme perfis e necessidades individuais, extraímos novos sorteados para, finalmente, definirmos a amostra da pesquisa.

A amostra dessa população foi definida em 10% (dez por cento) da população da pesquisa, classificados por tipo de benefício ó conforme quadro abaixo, onde extraímos uma amostragem aleatória simples através de Planilha de Arquivo Excel, totalizando 211 estudantes cotistas que receberam benefícios do PNAES. Esses discentes foram classificados por tipo de benefício através de uma amostragem aleatória simples. Devido à possibilidade dos benefícios do PNAES serem cumulativos, foi feito novo sorteio aleatoriamente com nomes de outros estudantes, no caso de aparecer o nome de um aluno já sorteado.

**Quadro 6 ó Amostra da pesquisa: cotistas com PNAES.
UFPB/2016
AMOSTRA:
10% DO TOTAL DE CADA BENEFÍCIO**

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA PRAPE EM 2015.2 E 2016.1	COTISTA	AMOSTRA
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	333	33
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	366	37
AUXÍLIO-MORADIA	1221	122
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA	89	9
AUXÍLIO-CRECHE	16	2
AUXÍLIO-TRANSPORTE	83	8
TOTAL	2108	211

Fonte: UFPB (2017b). Elaboração da autora.

Para subsidiar a avaliação da qualidade da permanência, também pesquisamos alguns dados dessa categoria com o mesmo quantitativo de 211 ingressantes do sistema de cotas, mas que não foram assistidos pelo PNAES na UFPB. De acordo com o quadro 4, essa universidade recebeu 14.580 cotistas no período 2012-2016, entretanto, o PNAES tem disponibilizado apenas 2.108 benefícios (vide quadro 6) para esse público no ano de 2016, portanto, é preciso que se conheça como se encontra a situação acadêmica desses estudantes não estão inseridos no PNAES, a fim de construirmos um breve panorama de impacto desse programa na realidade destes, trazendo a hipótese da necessidade de ampliação do programa.

No capítulo seguinte, apresentamos os resultados da pesquisa que contemplam o último objetivo específico desse estudo de verificar quais as contribuições do PNAES para a permanência com sucesso de cotistas no âmbito da UFPB.

5. REPERCUSSÕES DA EFICÁCIA DO PNAES PARA PERMANÊNCIA DE COTISTAS NA UFPB

Conforme discutimos anteriormente, podemos avaliar uma determinada política ou programa a partir de várias dimensões ou categorias, e, nessa pesquisa, consideramos as categorias que trazem elementos para verificar a qualidade da eficácia do PNAES quanto à permanência de cotistas na UFPB. Sendo assim, a seguir, trazemos os resultados dessa avaliação para verificar a relação entre os objetivos traçados e os resultados alcançados na realidade local dessa IFES.

5.1 Considerações iniciais sobre a avaliação da eficácia do PNAES

Para a avaliação da eficácia do PNAES para a permanência de cotistas na UFPB, verificamos as seguintes categorias: Gestão dos recursos, relação entre demanda e benefícios, perfil dos estudantes cotistas com PNAES e avaliação da qualidade da permanência.

Ao analisarmos a relação entre a demanda e o acesso ao benefício, avaliamos as dimensões sobre o tempo transcorrido entre o início do semestre acadêmico, a divulgação dos editais de seleção pela PRAPE e a expectativa de acesso aos benefícios, pois esse interstício impacta diretamente na permanência ou evasão dos estudantes desde o início dos seus cursos de Graduação.

A categoria de gestão de recursos permite conhecer os valores dos recursos orçamentários transferidos do PNAES para a UFPB, quais as áreas estratégicas do PNAES que foram atendidas entre os anos de 2012 a 2016, o quantitativo de benefícios solicitados e concedidos, e ainda a prática da transparência e participação estudantil. Para Dutra e Santos (2017, p. 158), o programa precisa estar em sintonia com o projeto de expansão da educação superior brasileira: ôdiante desse contexto de expansão e democratização do Ensino Superior público, o principal desafio da política de AE na atualidade é a ampliação dos recursos orçamentários em correspondência com essas políticas expansionistas do Governo Federalö.

A terceira dimensão de avaliação da eficácia do programa se propôs a identificar o perfil pessoal dos estudantes, verificando a sua faixa etária, sexo e a Unidade Federativa de origem, as respectivas áreas do conhecimento dos seus cursos de Graduação, e o tempo transcorrido entre o início do período acadêmico e o recebimento de benefícios da assistência estudantil a fim de verificar qual o intervalo de tempo entre as políticas de acesso e permanência.

A quarta dimensão buscou avaliar a qualidade da permanência de 211 (duzentos e onze) discentes cotistas e assistidos pelo PNAES no ano de 2016, observando os seguintes elementos: situação de matrícula no curso, coeficiente de rendimento acadêmico, percentual de aprovação no período 2016.2, períodos cursados, previsão de conclusão, evasão, retenção, trancamentos e reprovações. Nessa dimensão, também pesquisamos os aspectos de situação de matrícula, coeficiente de rendimento acadêmico e percentual de aprovação no período 2016.2 de estudantes cotistas que não foram assistidos pelo PNAES, a fim de ilustrar se o PNAES contribui para permanência com sucesso na educação superior.

O quadro abaixo sistematiza as categorias e suas respectivas dimensões analisadas na avaliação da eficácia do PNAES para a permanência de cotistas na UFPB do período de 2012 a 2016.

QUADRO 7: Dimensões para avaliação da eficácia do PNAES quanto à permanência de cotistas na UFPB (2012-2016)

CATEGORIAS		DIMENSÕES ANALISADAS
DEMANDA/BENEFÍCIO		Periodicidade de publicação dos Editais da PRAPE
		Intervalo entre início do semestre acadêmico e publicação dos editais
		Expectativa de acesso aos benefícios
GESTÃO DOS RECURSOS		Recursos orçamentários no período 2012-2016
		Cobertura das áreas estratégicas do PNAES
		Atendimento à demanda em 2016
		Transparência e participação estudantil
PERFIL DOS ESTUDANTES COTISTAS COM PNAES		Áreas do conhecimento dos cursos de Graduação
		Idade
		Sexo
		Unidade Federativa (UF) de origem
		Intervalo entre acesso e permanência
QUALIDADE DA PERMANÊNCIA	Cotistas assistidos pelo PNAES	Situação de matrícula
		Coeficiente de Rendimento acadêmico (CRA)
		Créditos aprovados no último período (2016.2)
		Períodos cursados
		Previsão de conclusão
		Quantitativo de Evasão ³ (Matrículas canceladas)
		Quantitativo de Retenção ⁴ (Número de períodos acadêmicos superiores ao máximo do prazo regular do curso)
		Trancamentos totais durante o curso
		Número de disciplinas com trancamento, reprovação por falta e por média.
	Carga horária pendente para integralização	
	Cotistas sem PNAES	Áreas do conhecimento dos cursos de Graduação
		Situação de matrícula
		Quantitativo de evasão
		Coeficiente de Rendimento acadêmico (CRA)
		Créditos aprovados no último período (2016.2)

Fonte: Elaborado pela autora.

As dimensões e categorias descritas anteriormente pretendem responder aos objetivos propostos no PNAES para a permanência e democratização na educação superior. Além disso, essas dimensões também estão alinhadas à compreensão de Cruz e Hourí (2017) acerca do conceito de democratização da educação superior enquanto um conjunto de práticas constituídas a partir das relações entre quatro dimensões: o acesso/ingresso, a da

³ Nesse estudo, a evasão consiste na “interrupção do aluno no ciclo do curso” (BRASIL, 2014, p. 20).

⁴ Nessa pesquisa, consideramos que retenção é “a não conclusão do curso no período previsto” (Ibid., p. 20).

permanência/conclusão, a da formação com qualidade e a da inclusão das camadas marginalizadas socialmente na Educação Superior.

A seguir, apresentamos os resultados da avaliação dessas categorias, considerando sobretudo, o nosso objetivo de compreender as suas repercussões da eficácia do PNAES para a permanência de cotistas na UFPB.

5.2 Relação entre demanda e benefício

Os dados coletados sobre a relação entre *demanda e benefício* foram obtidos a partir dos calendários acadêmicos da PRG/UFPB, dos editais de seleção e resultados finais publicados no *site* da PRAPE/UFPB, além das informações sobre pagamentos de benefícios aos estudantes contemplados extraídas do *site* do Portal da transparência do Governo Federal. Nesse sentido, alimentamos uma planilha eletrônica em Excel com as respectivas datas de início dos períodos acadêmicos, as datas de publicação dos processos seletivos da PRAPE e as datas de divulgação dos resultados final, e, obtivemos os seguintes resultados:

**QUADRO 8 ó Relação entre demanda e benefícios da assistência estudantil.
UFPB/Período 2012-2016**

Periodicidade de publicação dos editais de seleção		Intervalo entre início do semestre e publicação dos editais	Intervalo entre início do semestre e divulgação de resultados (Expectativa do acesso)
2012.2	Residência (Campus I)	0 dias	1 mês
2013.1	Residência (Campus III)	60 dias	03 meses
2014.1	Restaurante (Campus I)	60 dias	03 meses
2014.2	Auxílio-Moradia (Campus I)	30 dias	07 meses
	Residência (Campus I)	90 dias	07 meses
2015.1	RU e Residência (Campus I)	14 dias	08 meses
	Auxílio-Moradia (Campus I)	21 dias	1 ano e 1 mês
	Auxílio-Moradia (Campus II)	15 dias	1 ano e 6 meses
	Auxílio-Moradia (Campus III)	15 dias	07 meses
2015.2	Todos os benefícios (Campus I e III)	1 semana antes do início das aulas	03 meses
	Auxílio-Moradia (Campus II)	2 semanas antes do início das aulas	09 meses
2016.1	Todos os benefícios (Campus I)	30 dias	03 meses
	Residência e Restaurante (Campus II)	30 dias	09 meses

Fonte: UFPB, 2017b; UFPB, 2017e. Elaborado pela autora.

A partir do quadro acima, verificamos que os editais de seleção são publicados semestralmente, o que corrobora para que os discentes que ingressaram em todos os períodos acadêmicos possam solicitar os benefícios do PNAES na instituição. Todavia, esses editais foram divulgados após cerca de 1 mês do início dos semestres letivos, e a expectativa de acesso aos benefícios para contemplados com os auxílios transcorreu em um tempo médio de 7 meses. Portanto, a divulgação dos editais acontece em tempo hábil para os estudantes que ingressam nos cursos de Graduação da UFPB, entretanto, a contemplação dos benefícios do PNAES acontece em um tempo extenso, se consideramos as demandas imediatas dos discentes.

De acordo com o Relatório de Gestão da UFPB de 2015, o quantitativo reduzido de pessoal da Equipe Técnica para avaliação nas seleções foi apontado como um dos desafios da Assistência Estudantil que impacta na extensão dos prazos dos Editais de seleção:

Entre as dificuldades, destacamos o corpo reduzido de recursos humanos para atividades fins assistência estudantis, o que dificulta o processo de agilidade, progressão, e fiscalização, bem como, abertura e criação de novos editais que reproduziriam novos benefícios (UFPB, 2016, p. 86).

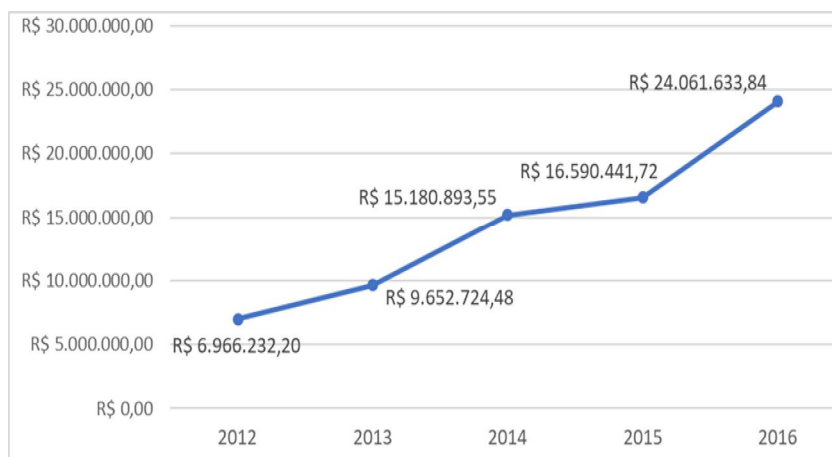
As avaliações socioeconômicas utilizadas para selecionar estudantes que apresentam alto grau de vulnerabilidade revelam os traços de focalização e seletividade das políticas sociais, conforme aponta Behring (2008). Por isso, o PNAES não contempla a universalidade do direito, pois igualmente às demais políticas sociais, apresenta contradições por lidar com as expressões da Questão Social, resultante dos antagonismos de classes no modo de produção capitalista.

Entendemos que a morosidade na definição e seleção dos estudantes a serem contemplados com o PNAES em decorrência da obediência a critérios seletivos é um fator complicador para garantir a permanência de ingressantes do sistema de cotas. O lapso temporal entre o início do semestre letivo e a expectativa do acesso aos benefícios do PNAES fragiliza a permanência de estudantes que dependem sumariamente da assistência estudantil para o auxílio das suas condições objetivas de subsistência, bem como o acesso aos demais direitos sociais durante a sua Graduação. Tal problemática acontece principalmente no caso de estudantes que vêm de cidades ou Estados distantes da universidade, com aqueles que tem perda ou fragilidade dos vínculos familiares ou comunitários, ou com pouca condição econômica, desemprego ou trabalho precarizado/informal ou que a renda familiar é insuficiente para subsidiá-los na chegada à universidade.

5.3 Gestão dos recursos

Quanto à segunda categoria analisada, verificamos um aumento progressivo nos recursos financeiros do Governo Federal para auxílios financeiros para estudantes na UFPB no período de 2012-2016:

**Gráfico 2 ó Recursos financeiros do PNAES para a UFPB.
Período 2012-2016**



Fonte: BRASIL, 2017. Elaborado pela autora.

Os repasses de recursos financeiros do PNAES para a UFPB vinham crescendo progressivamente desde o processo de expansão da educação superior pública brasileira. Isso decorreu do processo de expansão da Educação Superior pública brasileira. Entretanto, os investimentos ainda foram insuficientes para atender à crescente demanda decorrente dos programas voltados para expansão e democratização do Ensino Superior Federal, como o Reuni, o ENEM/SISU e a Lei de cotas (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 158). Os investimentos de recursos do PNAES foram resultados da política de expansão do ensino superior que vinha se desenvolvendo no Brasil, contudo, ainda não alcançaram o acesso universalizado a todos os segmentos da população brasileira.

Destarte, o cenário contemporâneo de crise política do país e os cortes de recursos do Governo Federal, que já estavam sendo implementados no Governo Dilma, foram consolidados e ampliados desde 2016 com o Governo interino de Michel Temer. Inclusive, com a vigência da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a qual instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por vinte exercícios financeiros, conforme discorremos anteriormente.

O projeto de expansão do ensino superior público tem sofrido reflexos dessa emenda constitucional nº 95/16 e essa medida não atingirá apenas a educação superior, mas trará um

retrocesso sem precedentes para o desenvolvimento socioeconômico desse país. Essa EC Nº 95/16 limita os investimentos para a Educação e Saúde frente as demandas do Capital especulativo, aprofundando os problemas vivenciados pela classe trabalhadora e o acesso a direitos sociais, como os altos índices de desemprego e as sucessivas reformas que retiram direitos e garantias da classe trabalhadora.

Conforme editorial publicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Revista Ciência e Cultura, as universidades enfrentam uma profunda crise que impacta desde à manutenção das despesas básicas até o fomento à pesquisa científica.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, por exemplo, perdeu cerca de R\$ 1 bilhão no caixa de 2015 para 2016. [...]. Para quem está na universidade, esses cortes são percebidos em redução de bolsas de pesquisa na graduação e na pós-graduação. O CNPq, por exemplo, diminuiu em 20% a quantidade de bolsas de iniciação científica, destinadas a alunos de graduação. Sem recursos, alguns cientistas buscam alternativas ao dinheiro público para o financiamento de suas pesquisas por meio, por exemplo, de vaquinhas coletivas (RIGHETTI, 2017, p. 07).

A justificativa de cortes na educação superior pública, apontada pelo Governo atual de Michel Temer é pautada numa crise financeira na economia do país, entretanto, suscita questionamentos, pois verifica-se que a União repassa recursos financeiros volumosos para o segmento lucrativo do ensino superior privado, inclusive através de Financiamento estudantil, o que pode ser constatado nas consultas ao Portal da Transparência do Governo Federal. Sendo assim, a priorização de recursos públicos para a educação privatista e o sucateamento e corte de recursos para a educação superior pública brasileira e suas respectivas políticas de democratização da educação superior pública, a exemplo do próprio PNAES, certamente comprometerá esses repasses de recursos que estava em desenvolvimento nos últimos anos.

Para tanto, a questão que se coloca é a necessidade de garantir a continuidade e ampliação da assistência estudantil, tendo em vista que, atualmente, é regulamentada apenas por um Decreto, podendo ser revogada a contento do Governo Federal, o que fragiliza a concepção da AE enquanto direito.

Conforme Dourado (2002, p. 246), a intervenção do Estado e as políticas de expansão da educação superior implementadas dessa forma, tem objetivos claramente definidos:

[...] massificação e privatização da educação superior no Brasil, caracterizado pela precarização e privatização da agenda científica, negligenciando o papel social da educação superior como espaço de investigação, discussão e difusão de projetos e modelos de organização da vida social, tendo por norte a garantia dos direitos sociais.

Nesse sentido, o conceito da educação superior muda de configuração e passa aos interesses da iniciativa privada. Como exemplo dos ataques e crises orçamentárias que as IFES têm enfrentando, nesse ano de 2017, a UFPB vem recebendo recursos orçamentários com corte de 30% em relação ao ano de 2016, trazendo um cenário ameaçador para a assistência estudantil.

Ressalta-se, contudo, que a história da AE ainda está em curso, podendo ainda assumir outras conformações ao longo desse trajeto, sobretudo diante do atual cenário de crise político-econômica do Brasil que, sob o comando do Governo interino, vem se configurando como um momento de grandes incertezas e ameaças a direitos já conquistados (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 161).

Sendo assim, devemos adotar o posicionamento político na luta em defesa dos recursos orçamentários para o custeio das políticas de democratização da educação superior, inclusive da assistência estudantil.

Ainda na dimensão da gestão dos recursos do PNAES, avaliamos a cobertura das áreas estratégicas do PNAES no âmbito da UFPB, com base nos dados dos relatórios de Gestão da instituição que se referiam aos anos de 2012 a 2016. Nesses documentos, verificarmos se as ações e benefícios desenvolvidos pela PRAPE/UFPB atendem às áreas estratégica de atuação do PNAES:

QUADRO 9 ó Cobertura das áreas estratégias do PNAES. UFPB/2012 a 2016

Áreas estratégicas de atuação do PNAES	2012	2013	2014	2015	2016
Moradia estudantil	Residências Universitárias	Residências Universitárias	Residências Universitárias	Residências Universitárias	Residências Universitárias
		Auxílio-Moradia	Auxílio-Moradia	Auxílio-Moradia	Auxílio-Moradia
Alimentação	Restaurantes universitários	Restaurantes Universitários	Restaurantes Universitários	Restaurantes Universitários	Restaurantes Universitários
		Auxílio-alimentação	Auxílio-alimentação	Auxílio-alimentação	Auxílio-alimentação
Transporte	-----	-----	-----	Auxílio-transporte	Auxílio-transporte
Atenção à saúde	-----	Atendimento psicológico e odontológico	Atendimento psicológico e odontológico	Atendimento psicológico e odontológico	Atendimento psicológico
Creche	-----	-----	-----	Auxílio-Creche	Auxílio-Creche
Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com	-----	Apoio ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade	Apoio ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade	Apoio ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade	Apoio ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.		Programa Bolsa Apoiador com estagiários apoiadores para os estudantes com deficiências	Programa Bolsa Apoiador com estagiários apoiadores para os estudantes com deficiências.	Programa Bolsa Apoiador	Programa Bolsa Apoiador
Apoio pedagógico	-----	Suporte acadêmico aos alunos do PEC-G	Suporte acadêmico aos alunos do PEC-G	Suporte acadêmico aos alunos do PEC-G	Contato com as coordenações dos cursos
		Apoio acadêmicos para participação em eventos;	Apoio pedagógico	Apoio pedagógico	Apoio pedagógico
		Concessão de bolsas estágio.	Apoio acadêmico	Apoio acadêmico	Apoio acadêmico
			Apoio material	Apoio material	
Inclusão digital	-----	-----	-----	-----	-----
Cultura	-----	-----	-----	-----	-----
Esporte	-----	-----	-----	-----	-----
Áreas atendidas pelo PNAES (10)	2 áreas atendidas	5 áreas atendidas	5 áreas atendidas	5 áreas atendidas	7 áreas atendidas

Fonte: Relatórios de Gestão da UFPB e editais da PRAPE. Elaborado pela autora.

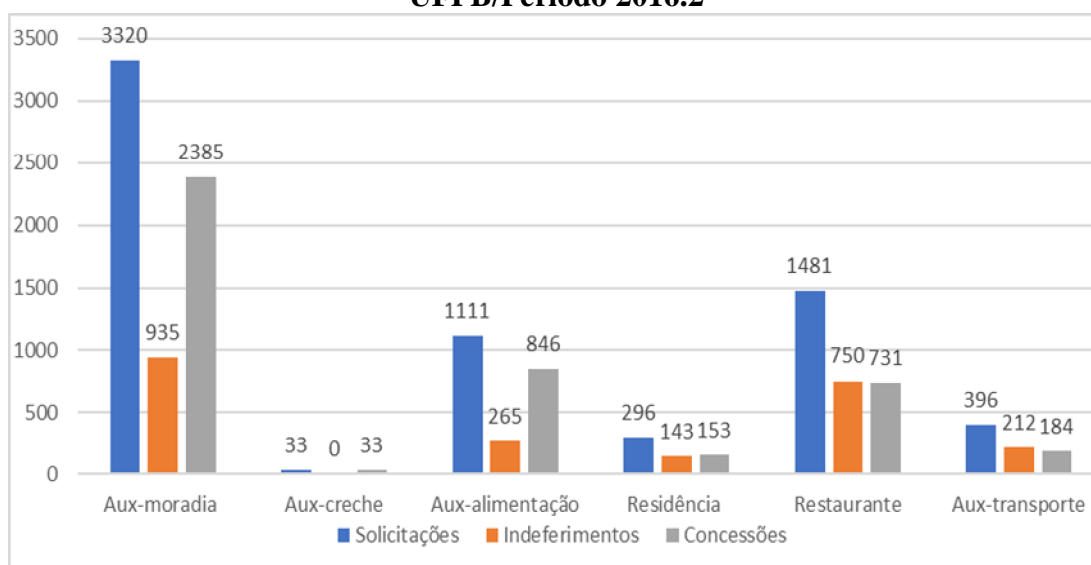
Os dados indicaram que a UFPB tem aumentado progressivamente o quantitativo das áreas estratégias de atuação do PNAES, entretanto, a IFES não contemplou todas elas nesse período 2012-2016. Vale destacar que não localizamos nenhuma atuação da assistência estudantil nas áreas de inclusão digital, cultura e esporte no contexto da UFPB. A cultura e esporte, principalmente, são indispensáveis para o fomento à qualidade de vida e promoção da saúde mental dos estudantes, tendo em vista os diversos problemas que fazem parte do cotidiano desses sujeitos: a sobrecarga de dedicação aos estudos, o cumprimento das atividades exigidas durante a formação acadêmica, a distância da família de origem, os desafios de suprirem as necessidades de manutenção financeira nesse período, etc.

Nossa hipótese da cobertura insuficiente para todas as áreas estratégicas do programa é que o orçamento disponível é limitado para custear apenas os benefícios de necessidades mínimas dos estudantes tais como alimentação e moradia, e seria insuficiente para garantia de todos os direitos sociais previstos no PNAES. Evidenciamos que essa implementação do programa resulta do perfil das políticas sociais implementadas no Brasil, as quais têm orçamento limitado e insuficiente para a plena efetivação dos direitos sociais a que se propõem (BEHRING, 2008).

Uma questão que merece destaque sobre as áreas estratégicas de atuação do PNAES é a importância da participação estudantil no planejamento das ações e serviços para a assistência estudantil. Conforme Dutra e Santos (2017, p. 170), é necessário, portanto, conhecer a realidade de vida e as demandas estudantis, visando, sobretudo, a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida no contexto da Educação Superior.

Ainda na categoria de Gestão dos recursos do PNAES, pesquisamos sobre a dimensão do atendimento à demanda no ano de 2016. Para esses dados, consultamos o SIGAA/UFPB na Plataforma de assistência estudantil e verificamos entre o quantitativo de solicitações e as respectivas bolsas e benefícios com resultado de deferimento ou indeferimento.

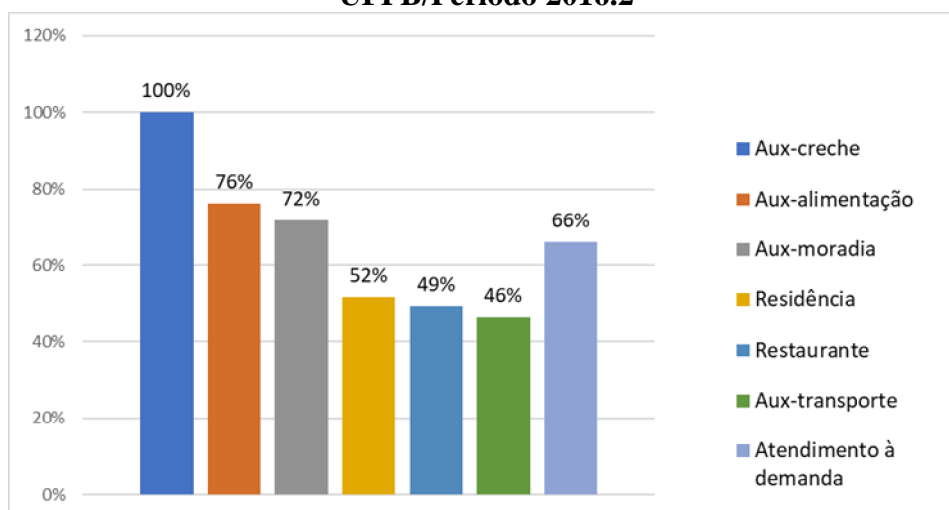
**Gráfico 3 ó Solicitações e concessões de benefícios do PNAES.
UFPB/Período 2016.2**



Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 3 demonstram que os benefícios mais solicitados estão relacionados às garantias mínimas de subsistência através dos benefícios de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e restaurante universitário. Analisando esse quantitativo de solicitações e deferimentos, constatamos o seguinte percentual de atendimento às solicitações no ano de 2016:

**Gráfico 4 ó Atendimento à demanda do PNAES.
UFPB/Período 2016.2**



Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico anterior, o benefício com maior cobertura de atendimento foi o auxílio-creche, seguido do auxílio-alimentação e auxílio-moradia. Do total de benefício, verifica-se que 66% (sessenta e seis por cento) das solicitações de benefícios foram atendidas, sendo importante investigar se somente esses discentes têm perfil para acesso aos benefícios, ou se esse resultado decorre do limite de benefícios oferecidos nos editais ou ainda se somente esses conseguiram atender às exigências de documentação que constam nos editais de seleção.

Se temos um quantitativo de estudantes atendidos pelo PNAES bem inferior ao número de discentes que ingressam pelas cotas e com provável perfil para acesso ao PNAES, é preciso que se aprofundem os estudos sobre os motivos que levam ao indeferimento das solicitações de benefícios do PNAES. Trazemos essa questão para o debate e reflexão, pois nossa hipótese é de que uma série de elementos têm contribuído para o não atendimento de toda a cobertura de atendimento: o perfil de seletividade e focalização do programa, a limitação financeira para atender a todos os estudantes com perfil, a formatação dos processos de seleção dos beneficiários - os quais são regulamentados através de Editais que exigem a comprovação documental da renda da família de forma cada vez mais burocratizada ó seguindo às orientações dos Órgãos de Controle do Orçamento Público e se distanciando das possibilidades de aproximação com a realidade de vida dos estudantes.

Além disso, sob a ótica do nosso exercício profissional em avaliações socioeconômicas das solicitações de benefícios assistenciais estudantis, verificamos que prevalecem os indeferimentos por documentação ou informação incompleta, sendo essa

problemática um possível fator complicador para equilibrar a relação entre oferta e demanda desses benefícios.

Conforme Dutra e Santos (2017, p. 164), isso acontece devido ao perfil de alta seletividade na execução da assistência estudantil no âmbito das instituições de educação: para ser contemplado com os benefícios, é necessário enquadrar-se em uma série de critérios e cumprir um grande número de condicionalidades. Desse modo, a configuração atual da política de AE se fundamenta na perspectiva da focalização das políticas sociais. As autoras corroboram para que essa política supere esse caráter focal e se volte para a universalidade do atendimento, devido aos seus propósitos estarem relacionados [...] à sua centralidade como estratégias de combate às desigualdades sociais e regionais no contexto da educação (Ibid, p. 165).

Sendo assim, não desconsideramos a importância de atender à legalidade e equidade dos processos e atos administrativos no âmbito da Administração Pública, entretanto, devido ao caráter de política social da AE, não se pode perder de vista a sua contribuição para viabilizar direitos e alterar as condições de vida e trabalho. Também é indispensável que as instituições de educação superior fortaleçam a dimensão educativa nas práticas e ações do PNAES, e se aproximem efetivamente com a realidade de vida desses estudantes através, por exemplo, da construção de controle social e participação estudantil na assistência estudantil da UFPB.

Sobre a transparência das ações de assistência estudantil na UFPB, verificamos que os únicos canais de publicização e repasse de informações são o atendimento ao público na PRAPE e seus setores, a disponibilidade de *site*, endereço eletrônico e telefones para contato. Entretanto, devem ser criadas outras alternativas de transparência como a divulgação das ações realizadas, a aplicação de instrumentos de avaliação, bem como de outros mecanismos que possibilitem a interação com a comunidade estudantil da UFPB, repassando informações relevantes como a publicidade dos beneficiários atendidos, a aplicação dos recursos repassados pela União para o programa, os processos e ações que devem ser aperfeiçoados, etc.

Tal problemática de fragilidade na transparência na assistência estudantil da UFPB, também é apontada em estudos anteriormente publicados:

Os acessos aos dados relativos às políticas de permanência são dificultados pela organização e gestão da informação dos setores responsáveis, não sendo possível ter um quantitativo seguro do valor do montante investido em bolsas, a natureza das bolsas e os projetos envolvidos [...] (CASTELO BRANCO; NAKAMURA; JEZINE, 2014, p. 15).

Sobre a participação estudantil nos processos de gestão da política, a partir dos documentos analisados, não identificamos espaços de inclusão ou participação dos estudantes no planejamento, monitoramento ou na avaliação da assistência estudantil na UFPB. E, na nossa análise, limita as possibilidades de protagonismo, articulação, mobilização e escuta para atender as reais demandas e necessidades postas pela classe estudantil, além de fragilizar a luta em defesa dessa política. Essa lacuna de participação estudantil esvazia a perspectiva de um direito democraticamente garantido para permanência exitosa de estudantes na educação superior. Santos *et al* (2017, p. 90) tratam sobre a importância da parceria entre a percepção de gestores e estudantes no contexto da Educação Superior:

Estudos que associem ou estabeleçam relações entre a percepção dos estudantes e dos gestores sobre o fenômeno da permanência e da evasão acadêmica representam também a oportunidade de se produzir um panorama global que direcione para ações efetivas voltadas à qualificação da Educação Superior.

As práticas de Gestão da assistência estudantil de forma centralizadora e sem potencializar a participação dos atores que vise o diálogo com o público usuário dos seus serviços pode se distanciar efetivamente do alcance dos seus objetivos e metas para contemplar as reais necessidades e demandas dos estudantes. Para tanto, a gestão da assistência estudantil deve incluir a participação dos seus usuários nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das suas ações a fim de verificar se as reais necessidades e interesses dos estudantes estão sendo contempladas.

Ainda na avaliação da eficácia do PNAES para a permanência dos cotistas no contexto da UFPB, traçamos o perfil da população da nossa pesquisa, ou seja, os estudantes cotistas atendidos pelo PNAES na referida IFES.

5.4 Perfil dos estudantes cotistas assistidos pelo PNAES

Para nossa população de pesquisa, definimos uma amostra com 211 discentes ingressantes cotistas que receberam benefícios da assistência estudantil da UFPB. Para isso, identificamos estudantes matriculados nos cursos de Graduação de todas as áreas do conhecimento:

QUADRO 10 ó Áreas de conhecimento dos cursos: Amostra de cotistas atendidos pelo PNAES
UFPB/2016

ÁREAS DE CONHECIMENTO		
Área	Quantidade	Porcentagem
Exatas e da natureza	29	14%
Ciências biológicas	12	6%
Engenharias	29	14%
Ciências da saúde	34	16%
Ciências agrárias	14	7%
Ciências sociais aplicadas	60	28%
Ciências humanas	26	12%
Linguística, letras e artes	7	3%
Total	211	100%

Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora.

Constatamos também que esses cursos estão distribuídos por todos os *Campus* da Universidade, conforme quadro a seguir:

QUADRO 11 - Cotistas atendidos pelo PNAES por Centros e Campus UFPB/Período 2016.2

CAMPUS I - JOÃO PESSOA	
CBIOTEC - CENTRO DE BIOTECNOLOGIA (CBIOTEC)	1
BIOTECNOLOGIA	1
CCS - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (CCS)	33
EDUCAÇÃO FÍSICA ó LICENCIATURA	2
ENFERMAGEM	7
FARMÁCIA	5
FISIOTERAPIA	3
FONOAUDIOLOGIA	5
NUTRIÇÃO	3
ODONTOLOGIA	5
TERAPIA OCUPACIONAL	3
CCEN - CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA (CCEN)	18
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4
ESTATÍSTICA	1
FÍSICA	3
GEOGRAFIA	1
MATEMÁTICA	3
QUÍMICA	6
CCHLA - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)	19
CIÊNCIAS SOCIAIS	3
COMUNICAÇÃO EM MÍDIAS DIGITAIS	1
FILOSOFIA	2

HISTÓRIA	1
LETRAS	3
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	2
PSICOLOGIA	2
SERVIÇO SOCIAL	5
CCJ - CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS (CCJ)	10
DIREITO	7
DIREITO (Unidade Santa Rita)	3
CCM - CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS (CCM)	1
MEDICINA	1
CCSA - CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS (CCSA)	11
ADMINISTRAÇÃO	1
BIBLIOTECONOMIA	1
CIÊNCIAS ATUARIAIS	1
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	4
RELACIONES INTERNACIONAIS	1
CCTA - CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES (CCTA)	2
CINEMA E AUDIOVISUAL	2
CE - CENTRO DE EDUCAÇÃO (CE)	7
CIÊNCIA DAS RELIGIÕES	1
PEDAGOGIA	3
PSICOPEDAGOGIA (BACH)	3
CEAR - CENTRO ENERGIAS E ALTERNATIVAS E RENOVÁVEIS	4
ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	2
ENGENHARIA ELÉTRICA	2
CI - CENTRO DE INFORMÁTICA	7
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	2
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	4
MATEMÁTICA COMPUTACIONAL (BACH)	1
CT - CENTRO DE TECNOLOGIA	28
ARQUITETURA E URBANISMO	4
ENGENHARIA AMBIENTAL	1
ENGENHARIA CIVIL	1
ENGENHARIA DE ALIMENTOS	2
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO MECÂNICA	6
ENGENHARIA MECÂNICA	7
ENGENHARIA QUÍMICA	4
QUÍMICA INDUSTRIAL	3
CTDR - CENTRO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (CTDR)	1
TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	1
CAMPUS II - AREIA	
CCA - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	7
MEDICINA VETERINÁRIA	7

CAMPUS III - BANANEIRAS	
CCHSA - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS (CCHSA)	27
ADMINISTRAÇÃO	14
AGROECOLOGIA	3
AGROINDÚSTRIA	4
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	2
PEDAGOGIA	4
CAMPUS IV - RIO TINTO/MAMANGUAPE	
CCAIE - CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO	35
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	4
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	7
DESIGN	1
ECOLOGIA	4
HOTELARIA	2
PEDAGOGIA (Licenciatura)	5
MATEMÁTICA (Licenciatura)	2
SECRETARIADO EXECUTIVO BILÍNGUE	6
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	4

Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora

Os resultados demonstram que o PNAES atendeu de forma equivalente aos discentes que ingressaram pelas cotas nos diversos cursos ofertados pela UFPB, demonstrando que o programa contempla a realidade socioeconômica dos estudantes cotistas de todos os cursos de Graduação da instituição.

Quanto ao perfil de gênero, faixa etária e os Estados e Regiões de procedência desses estudantes, obtivemos os seguintes resultados:

**Quadro 12 ó Perfil da amostra dos estudantes cotistas com PNAES.
UFPB/Período 2016.2**

Características gerais da amostra			
Gênero	Feminino	53%	
	Masculino	47%	
Faixa etária	18-25 anos	83%	
	26-33 anos	12%	
	34-41 anos	3%	
	42-49 anos	1%	
	50-54 anos	1%	
Unidade da Federação	Nordeste	PB	62%
		PE	18%
		CE	7%
		RN	7%
		BA	2%

(UF) de origem		MA	0,5%
		SE	0,5%
	Sudeste	SP	1%
		MG	1%
		RJ	1%

Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora.

Conforme o quadro 12, verificamos que, do ponto de vista biológico, prevalecem discentes do sexo feminino com 53% (cinquenta e três por cento), com faixa etária entre 18 e 25 anos em 83% (oitenta e três por cento), e oriundos do Estado da Paraíba com 62,5% (sessenta e dois e meio por cento).

A predominância de mulheres atendidas pelo PNAES corrobora para a importância do fortalecimento, apoio e desenvolvimento de políticas para as mulheres como o enfrentamento à violência e apoio às gestantes e à maternidade. Nessa pesquisa, trabalhamos com a dicotomia entre os sexos masculino e feminino, ou seja, do ponto de vista biológico, pois as fontes de dados disponíveis para a pesquisa não contemplam as diversas identidades de gênero. Entretanto, não desconsideramos a variedade de identidades que não se reconhecem nessa concepção biológica de sexo.

Além disso, o predomínio de jovens possibilita que a assistência estudantil desenvolva ações para a juventude, sobretudo, que fomentem a cultura e esporte. Nessa fase, além dos compromissos com as atividades acadêmicas, os jovens precisam administrar a distância da família, a construção de novos vínculos de sociabilidade, a dificuldade financeira, a adaptação à rotina da nova cidade, etc.

Sobre a residência de procedência dos estudantes, verifica-se que a maioria vem do próprio Estado da Paraíba, o que é um dado positivo para contribuir com a formação e o desenvolvimento social e econômico do próprio território paraibano. Destacamos que 38% (trinta e oito por cento) vem de outros Estados da Federação, e isso é resultado do Sistema de Seleção Unificada ó ENEM/SISU, que permite aos discentes concorrerem às vagas de qualquer IFES do Território Nacional que adote o SISU como forma de ingresso.

Ainda sobre essa mudança do domicílio de origem para fixar residência em local próximo à universidade ou até nas dependências das residências universitárias, a assistência estudantil também deve se voltar para os estudantes que deixam suas famílias de origem para morarem próximos à universidade. Para Dutra e Santos (2017, p. 158), ãa possibilidade de ingressar em uma universidade distante de sua cidade ou mesmo Estado gera uma demanda por apoio a esse universitário para garantir sua permanência e conclusão do curso na

Instituição escolhida, cabendo à AE cumprir esse papel. Nas experiências de atendimento profissionais aos estudantes, há recorrentes relatos de dificuldades de adaptação às cidades, além dos episódios de solidão devido à distância dos seus familiares e amigos, e as poucas redes de apoio, convivência e sociabilidade que constroem.

Quanto ao tempo transcorrido entre o início do semestre acadêmico e o início do recebimento dos benefícios dos discentes participantes da amostra, consultamos as respectivas datas de início dos períodos acadêmicos conforme os calendários acadêmicos fornecidos pela PRG/UFPB, e, a data de início do recebimento dos benefícios da assistência estudantil a partir do site do Portal da Transparência do Governo Federal. Ao inserimos essas informações em planilha eletrônica, encontramos os seguintes dados:

**QUADRO 13 ó Intervalo entre inserção acadêmica e acesso ao PNAES
UFPB/Período 2012-2016**

Intervalo para acesso aos benefícios		
Período acadêmico	Número de estudantes contemplados	Intervalo entre ingresso no curso e acesso ao PNAES
2012.1	13	24 meses
2012.2	10	25 meses
2013.1	24	19 meses
2013.2	16	16 meses
2014.1	22	13 meses
2014.2	19	18 meses
2015.1	32	12 meses
2015.2	29	6 meses
2016.1	45	4 meses
Todos os períodos	Amostra de 211 estudantes	Média de 15 meses

Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora.

De acordo com quadro acima, houve um decréscimo significativo no tempo entre o ingresso no curso e o acesso aos benefícios do PNAES, saltando de 24 para 4 meses de espera para recebimento desses auxílios. Nossa hipótese é de que a otimização no tempo ocorreu devido a implantação do módulo de Assistência ao Estudante através do SIGAA no ano de 2016, o qual foi criado ã[...] para gerenciamento de atividades relacionadas à assistência estudantil (UFPB, 2016, p.164). Além disso, também consideramos que o ganho do tempo a partir de 2015.2, ocorreu devido ao aumento de pessoal na Equipe de Assistentes Sociais responsáveis pelas avaliações socioeconômicas no ano de 2016, por ocasião de redistribuições de Servidores e realização de concurso público para Técnico-Administrativos na UFPB.

Apesar desse avanço, o tempo de inserção na assistência estudantil dos estudantes que ingressaram no período acadêmico de 2016.1 ainda é problemático, pois essa demora de 4 meses pode inviabilizar as condições de permanência logo na chegada do estudante na

universidade, pois certamente esses discentes já dependiam dessa contemplação desde o início da graduação na instituição. A fim de corroborar com a avaliação da eficácia do PNAES para a permanência dos cotistas na UFPB, estudamos algumas dimensões sobre avaliação da qualidade da permanência.

5.5 Avaliação da qualidade da permanência

Para avaliação da categoria da qualidade da permanência, verificamos a situação acadêmica dos estudantes cotistas por compreendermos que esses dados permitem verificar a eficácia do PNAES, ou seja, aferir se os seus objetivos de reduzir as taxas de retenção e evasão, democratizar as condições de permanência, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e contribuir para o acesso a direitos estão sendo alcançados.

Segundo Macedo e Nascimento (2017), quando as mudanças ocorridas através das ações da assistência estudantil possibilitam o êxito nas obrigações acadêmicas dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, isso reflete em índices de efeitos deste programa.

Sendo assim, para verificar a qualidade da permanência dos estudantes cotistas que receberam benefícios do PNAES em 2016, verificamos os dados disponíveis no SIGAA/UFPB sobre a sua situação acadêmica no curso ao qual ingressou pelo referido Sistema de reserva de vagas. Para isso, trabalhamos com uma amostra aleatória simples de 10% (dez por cento) da lista Geral de cotistas do período de 2012 a 2016, utilizando Planilha eletrônica com os dados. Para atestarmos que o total de 211 (duzentos e onze) discentes receberam tais benefícios, consultamos individualmente, o sítio eletrônico do Portal da Transparência do Governo Federal no *link* Gastos Diretos do Governo em 2016, inserindo os nomes dessas Pessoas físicas favorecidas. A partir dessa constatação da condição de estudantes assistidos pelo PNAES, pesquisamos os seguintes aspectos:

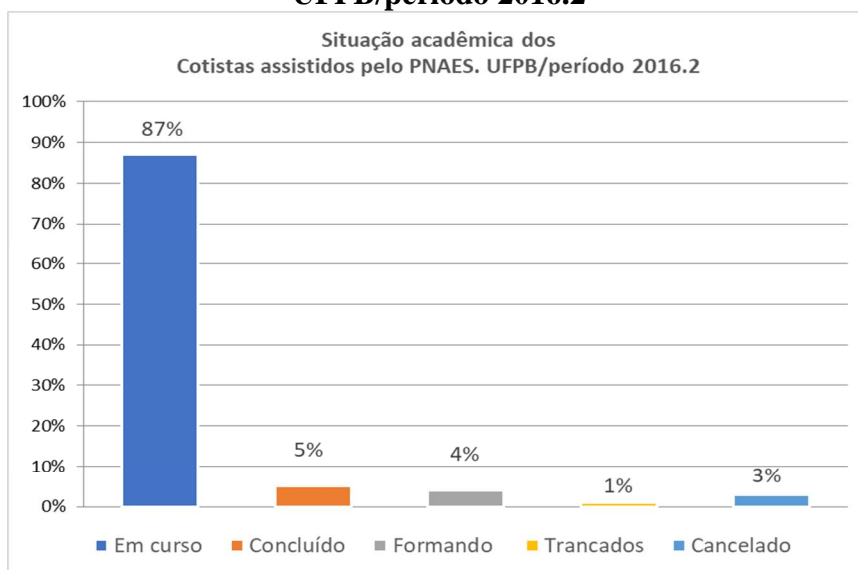
5.5.1 Qualidade da permanência de cotistas assistidos pelo PNAES

A avaliação da permanência dos estudantes que ingressaram pelas cotas e foram assistidos pelo PNAES no ano de 2016 contemplou os seguintes aspectos: Situação acadêmica, coeficiente de rendimento acadêmico, percentual de aprovação dos créditos/disciplinas no último período concluído ó 2016.2, períodos cursados, previsão de

conclusão, quantitativo de evasão, quantitativo de retenção, trancamentos totais, número de disciplinas cursadas.

Sobre a situação de matrícula dos cotistas assistidos pelo PNAES, temos o gráfico a seguir com os resultados encontrados na pesquisa:

Gráfico 5 ó Situação de matrícula dos cotistas assistidos pelo PNAES. UFPB/período 2016.2

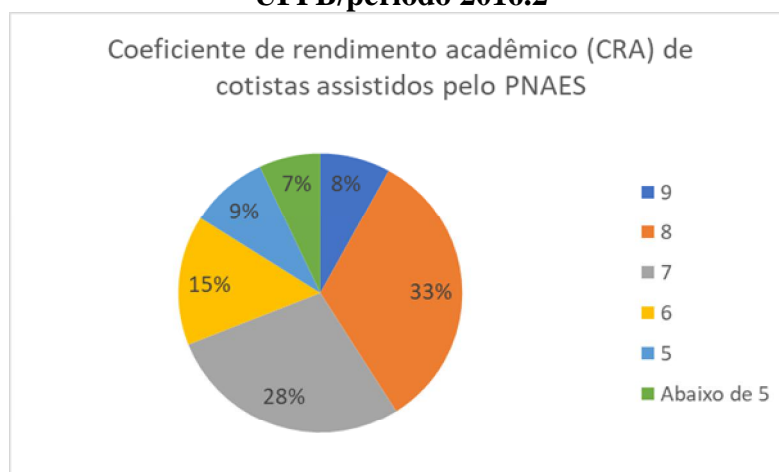


Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora.

A partir do gráfico 5, verificamos que 96% (noventa e seis por cento) dos discentes que ingressaram pelo sistema de cotas e que foram atendidos pelo PNAES permanecem nos cursos de Graduação, comprovando a relevância do PNAES quanto aos seus objetivos de reduzir os índices de evasão na educação superior. Para Felipe (2017, p12), a democratização da educação superior não será alcançada õ[...] sem se garantirem, para além do acesso, as condições necessárias para o estudante permanecer e aprenderõ. Sendo assim, a permanência dos estudantes que ingressaram pelas cotas, em grande medida, depende da existência de políticas sociais que atendam às respectivas demandas desses durante o processo de formação acadêmica. No caso da UFPB, a priori, verificamos que discentes atendidos pelo PNAES têm permanecido nos seus cursos de Graduação.

Ainda avaliando a qualidade da permanência, verificamos o coeficiente de rendimento acadêmico dos cotistas atendidos pelo PNAES na UFPB:

Gráfico 6 ó Coeficiente de rendimento acadêmico (CRA) de cotistas com PNAES. UFPB/período 2016.2

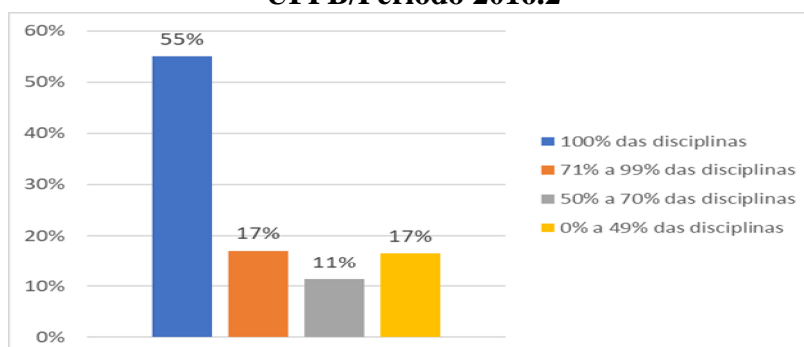


Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora.

Os resultados comprovam que o PNAES está contribuindo para a permanência com sucesso dos estudantes que ingressaram através das cotas na UFPB, pois 69% (sessenta e nove por cento) da amostra da pesquisa apresentou o CRA igual ou superior a sete. Esses dados sobre o sucesso acadêmico demonstram a eficácia do programa quanto ao desempenho acadêmico dos estudantes assistidos e trazem uma contribuição para as pesquisas que já vinham sendo desenvolvidas sobre expansão, acesso e permanência na referida instituição. Sobre essa escassez de estudos na realidade da UFPB, Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2014, p. 14) colocam que õapesar do significativo aumento do atendimento aos alunos em situação de vulnerabilidade, através de políticas de assistência estudantil, não há disponíveis estudos ou dados que apontem para acompanhamento acadêmico desses alunos assistidos (...).õ.

Ainda, avaliando a qualidade da permanência dos estudantes cotistas que foram assistidos pelo PNAES, o gráfico abaixo trata sobre as aprovações em disciplinas no último período acadêmico da UFPB.

Gráfico 7 ó Aprovação em disciplinas - cotistas atendidos pelo PNAES. UFPB/Período 2016.2



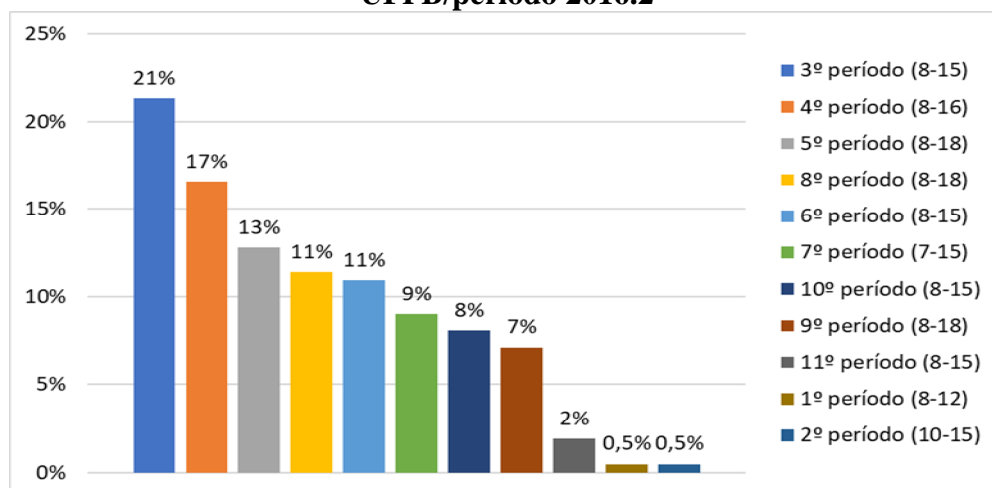
Fonte: UFPB, 2017f. Elaboração própria.

Os dados apontam que os cotistas assistidos pelo PNAES permanecem nos cursos, têm desempenho acadêmico satisfatório, e, ainda, 72% (setenta e dois por cento) deles apresentou mais de setenta por cento (70%) de aprovação nas disciplinas no último período acadêmico encerrado na IFES. Apesar disso, ainda conforme o gráfico anterior, 17% (dezessete por cento) da amostra, apresentou menos de 50% de aprovação no quantitativo de disciplinas em 2016.2, sendo fundamental que se verifique os motivos que levaram a esse desempenho acadêmico abaixo do esperado.

Nesse sentido, destacamos a importância das ações de apoio pedagógico, enquanto uma das áreas estratégicas de atuação do PNAES. Além disso, o próprio Decreto nº 7234/10 destaca que o programa deve se articular com as dimensões de ensino, pesquisa e extensão da IFES. Portanto, a intersetorialidade no contexto da instituição, possibilita desenvolver ações que atendam aos índices de desempenho acadêmico dos estudantes, a exemplo das ações das coordenações de cursos, e demais setores ligados à Pró-Reitoria de Graduação.

A seguir, o gráfico 8 mostra os períodos que os cotistas estão cursando a Graduação, considerando o mínimo e o máximo de períodos dos seus respectivos cursos. Os dados mostram que a maioria dos cotistas atendidos pelo PNAES estão cursando entre o terceiro e o oitavo período acadêmico da Graduação, ou seja, têm permanecido na Graduação, vivenciando o momento entre o meio e a reta final da sua Graduação.

**Gráfico 8 ó Períodos cursados pelos cotistas com PNAES.
UFPB/período 2016.2**



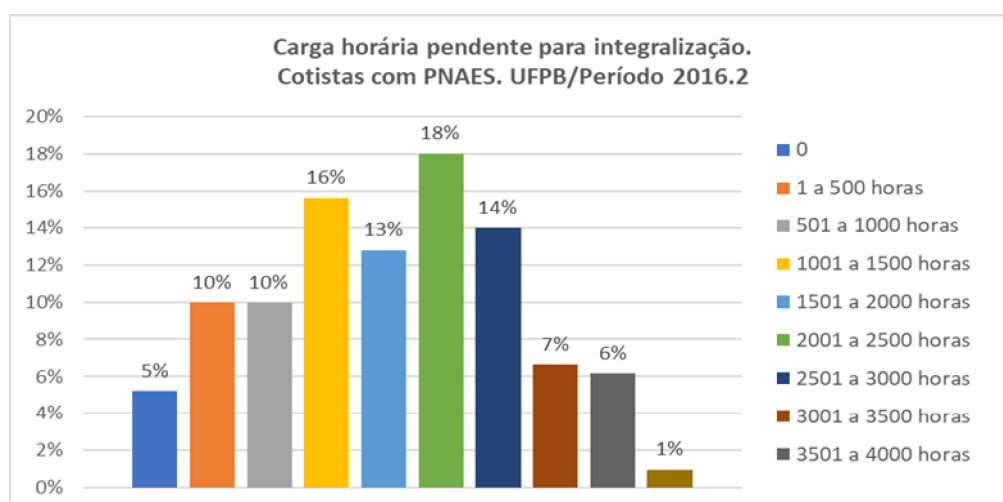
Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora.

Os dados do gráfico acima também mostram que os discentes cursam os períodos dentro do prazo máximo para integralização do seu curso. Por exemplo, 21% (vinte e um por cento) está matriculado no 3º período, dentro de um período mínimo e máximo, respectivamente de 8 e 15 períodos para conclusão do curso.

Do total da amostra, os discentes do 9º ao 11º período totalizaram dezessete por cento (17%) de estudantes que já ultrapassaram o quantitativo de períodos mínimos para a integralização, o que traz uma preocupação de prevenir uma situação de retenção ou evasão, e nesse sentido, é imprescindível o empreendimento de ações na área de apoio pedagógico para que se verifique quais os desafios encontrados por esses discentes durante a sua formação acadêmica. Para Santos *et al* (2017), nessa investidura em compreender quais os desafios dos discentes para reduzir a retenção e evasão, é importante que se considerem as particularidades de cada estudante, bem como as realidades locais das instituições e dos cursos que estejam inseridos.

Por consequência dos períodos cursados pelos discentes da amostra, estes possuem as seguintes cargas horárias pendentes para conclusão dos seus cursos:

Gráfico 9 ó Carga horária pendente para integralização ó cotistas com PNAES. UFPB/período 2016.2

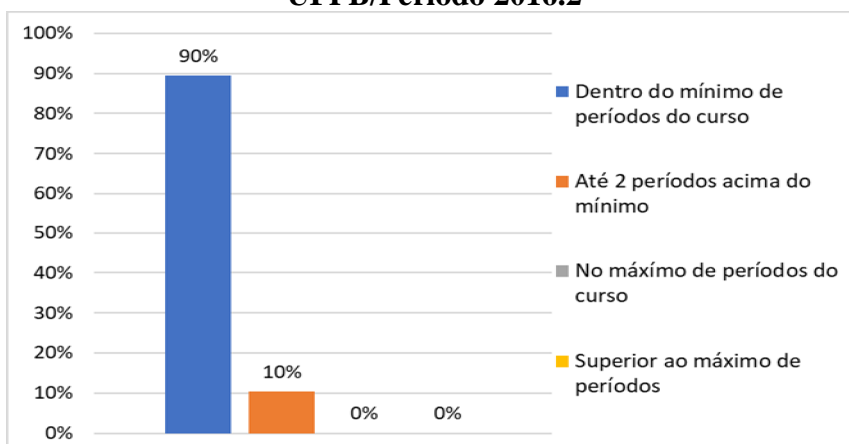


Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora.

Constata-se que prevalece estudantes com carga horária entre 1501 a 2500 horas pendentes para conclusão dos cursos, o que demonstra que, efetivamente, estão no decurso do seu prazo regular para alcançarem a diplomação na educação superior. Conclui-se, também, que ainda há um longo caminho a ser percorrido pelos discentes, demonstrando a importância do acompanhamento e atenção da assistência estudantil na vida desses estudantes.

Dando continuidade à avaliação sobre a expectativa para a diplomação desses estudantes, o gráfico abaixo reitera que, os estudantes cotistas que recebem os benefícios do PNAES têm uma previsão de conclusão dentro do prazo regular do seu curso.

**Gráfico 10 ó Previsão de conclusão do curso para cotistas com PNAES.
UFPB/Período 2016.2**



Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora

Do total da amostra, 90% (noventa por cento) dos discentes têm previsão de conclusão dentro do mínimo de períodos do curso, e 10% (dez por cento) cursarão até 2 períodos acima do mínimo exigido pela sua respectiva graduação. Nesse sentido, não identificamos históricos curriculares com previsão para o prazo máximo ou acima disso de períodos acadêmicos estabelecidos pelos seus respectivos cursos, o que demonstra que os discentes cotistas assistidos pelo PNAES apresentaram resultados positivos em relação à redução das taxas de retenção e evasão.

Compreendemos que os cotistas já enfrentaram vários desafios que vão desde a necessidade de trabalhar para manter sua sobrevivência, ou a sua condição étnica, racial ou de deficiência, que segregou as mesmas oportunidades colocadas para os demais, até as barreiras para alcançar a diplomação na educação superior. Ainda assim, na medida em que esses estudantes são assistidos por programas de permanência, apresentam dados satisfatórios de desempenho acadêmico na educação superior.

Os dados expostos nos gráficos 6 a 10 atestam para a permanência com sucesso dos cotistas assistidos pelo PNAES, quais sejam:

- 69% (sessenta e nove por cento) dos estudantes tem CRA entre 7 e 9;
- 72% (setenta e dois por cento) tiveram mais de 70% de aprovação nas disciplinas;
- Há discentes de todos os períodos acadêmicos em curso;
- Todos os discentes têm a previsão de conclusão dentro do prazo regular do seu curso.

Ressalta-se que esses resultados de sucesso acadêmico apresentado pelos discentes cotistas assistidos pelo PNAES estão alinhados com a realidade dos cursos de Graduação da UFPB. Segundo dados do Relatório de Gestão da IFES, no ano de 2016, ãa taxa de sucesso na

Graduação vem crescendo gradualmente desde 2013 [...] (UFPB, 2017a, p. 174). Além disso, esses resultados atendem à meta estabelecida no PDI 2014-2018 da UFPB para a área de Ensino da instituição de melhoria nos índices de permanência, taxa de sucesso e diplomação (UFPB, 2014).

Ainda na avaliação da categoria da qualidade da permanência, em relação ao quantitativo de evasão, conforme o gráfico 5 que trata da situação acadêmica dos estudantes cotistas assistidos pelo PNAES, apenas dois por cento (2%) tiveram matrículas canceladas e um por cento (1%) está com o curso trancado ou matrícula institucional, o que representa um percentual irrisório frente ao quantitativo de estudantes que estão vinculados à instituição. Apesar disso, destacamos a importância de a assistência estudantil atuar na área de apoio pedagógico frente a esse percentual de estudantes com matrículas canceladas ou trancadas, trabalhando na perspectiva de observar as particularidades e dificuldades apresentadas na realidade local deles mesmos.

Sobre a definição do quantitativo de retenção que pesquisamos na amostra de pesquisa, consideramos a quantidade de períodos cursados acima do prazo máximo para integralização, e, conforme os dados do gráfico 10, não há discentes que ultrapassaram esse prazo.

Acerca dos cotistas que realizaram trancamentos em todas as disciplinas durante o curso, apenas 3% (três por cento) deles já o fizeram. Portanto, esse dado mostra que o PNAES vem produzindo resultados positivos para a diplomação na educação superior àqueles que conseguem acessar seus benefícios.

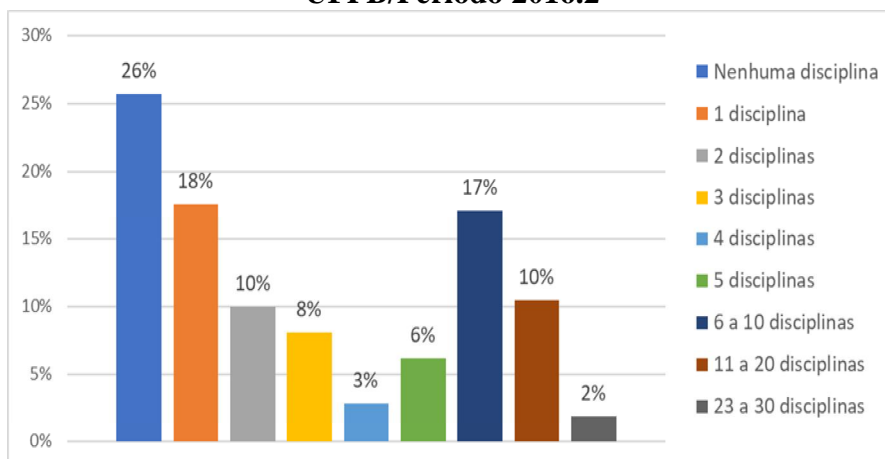
Contudo, o perfil do programa de integrar o rol das políticas sociais, as quais se caracterizam pela focalização e seletividade, não podemos perder de vista que o quantitativo de estudantes atendidos pelo PNAES é bem inferior ao total de estudantes com perfil para o programa. Marques (2014, p. 188), em sua Dissertação de Mestrado sobre o PNAES no contexto das Universidades Federais situadas no Estado da Paraíba ou UFPB e UFCG, traz a seguinte constatação:

Por outro lado, esse perfil dos estudantes contemplados pelos programas de assistência estudantil revela que segmentos pauperizados da sociedade têm conseguido acessar o ensino superior. No entanto, as políticas de permanência não têm conseguido atingir o universo desses alunos que estão no perfil para estarem vinculados a estes programas, garantindo assim, a suposta democratização do ensino superior.

Na realidade da UFPB, portanto, as políticas para a permanência são fundamentais e devem ser ampliadas para àqueles que não conseguem acessá-las. E, no contexto de crise econômica, desemprego e redução dos direitos sociais para a classe trabalhadora, o qual vem em curso no nosso país desde 2016, as políticas sociais, mesmo com seu caráter contraditório, são os meios que o trabalhador dispõe para atenuar suas condições de vida e de trabalho no modelo econômico vigente.

A outra dimensão utilizada na qualidade da permanência de cotistas com PNAES foi a mensuração do número de disciplinas com trancamentos ou reprovações por falta ou por média, conforme o gráfico a seguir:

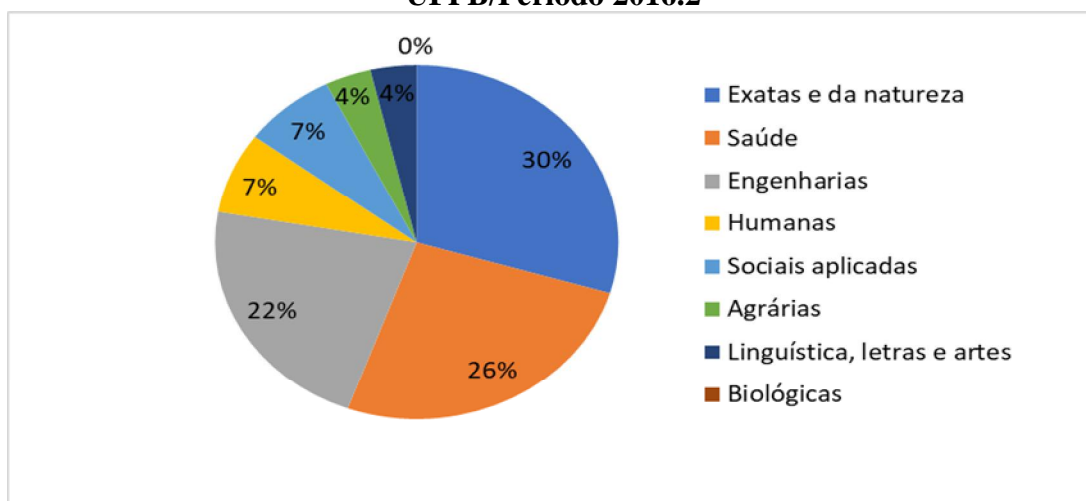
Gráfico 11 ó Disciplinas com trancamentos ou reprovações ó cotistas com PNAES UFPB/Período 2016.2



Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora

Verifica-se que quarenta e quatro por cento (44%) dos estudantes tiveram no máximo um trancamento ou reprovação em disciplinas durante a graduação, entretanto, tivemos 29% (vinte e nove por cento) dos estudantes com mais de 5 disciplinas com trancamento ou reprovação durante a sua Graduação. Diante desse dado importante sobre qualidade da permanência, a seguir, verificamos as áreas de conhecimento dos cursos com essas reprovações para compreender se determinadas áreas tem mais reprovações em detrimento das demais.

Gráfico 12 ó Áreas do conhecimento com reprovações em mais de 10 disciplinas UFPB/Período 2016.2



Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora

O gráfico 12 revela que oitenta e oito por cento (88%) dos discentes que tiveram mais de 10 disciplinas com reprovações são dos cursos nas áreas das Exatas e da Natureza, Saúde e Engenharias, evidenciando a importância de estudos sobre possíveis fatores que contribuem para esse desempenho acadêmico mais baixo, tendo aqui as hipóteses de investigar as didáticas de ensino e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes, como se desenvolvem os processos de ensino-aprendizagem, além das dificuldades dos estudantes para a formação nessas áreas.

Uma pesquisa sobre a relação da evasão e retenção de estudantes ingressantes entre 2006-2009, da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), também apontou que os cursos com [...] uma quantidade expressiva de disciplinas na área de exatas [...] pode ser um fator explicativo importante para o desempenho acadêmico e a ocorrência dos fenômenos da evasão e da retenção (SANTOS JUNIOR; REAL, 2017, p. 475). Contudo, certamente o fator - área de conhecimento do curso é um dos elementos contributivos para o desempenho acadêmico, mas não é determinante para definição do sucesso nesse quesito, pois outras questões estão relacionadas a isso, por exemplo, o grau de formação na educação básica de cada estudante pode determinar se esse discente terá dificuldades de acompanhar as disciplinas na educação superior.

À guisa de conclusões sobre a qualidade da permanência dos estudantes cotistas, os dados apresentados nos gráficos sobre a qualidade da permanência dos estudantes cotistas que foram assistidos pelo PNAES (Gráficos 5 a 11) permitem constatar que o PNAES foi eficaz

para a permanência com sucesso, corroborando para o atendimento aos objetivos propostos no programa.

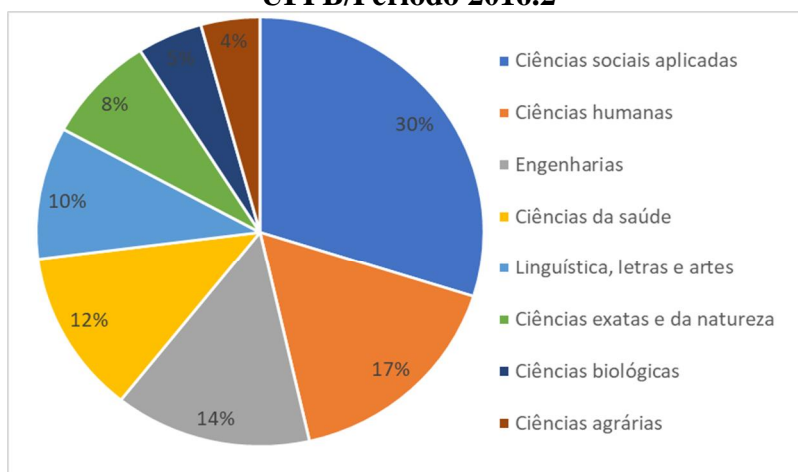
No próximo item, apresentamos os resultados da avaliação da qualidade da permanência para os cotistas que não foram assistidos pelo PNAES na UFPB.

5.5.2 Qualidade da permanência de cotistas não assistidos pelo PNAES

Trabalhamos com uma amostra de 211 (duzentos e onze) estudantes que ingressaram pelas cotas, mas que não receberam benefícios do PNAES, a fim de mensurarmos se este programa seria um elemento contributivo para a permanência exitosa desse público-alvo na UFPB. Nesse sentido, também utilizamos uma Planilha eletrônica com uma amostra aleatória simples, e também consultamos o *site* o Portal da Transparência do Governo Federal, para que seja verificado se o estudante recebeu algum auxílio financeiro no ano de 2016. Além disso, também confirmamos que esses discentes não foram beneficiários do PNAES, a partir da Lista de beneficiários divulgada e disponibilizada no site da PRAPE em agosto de 2016.

A partir da pesquisa realizada, constatamos que os duzentos e onze estudantes cotistas sem acesso ao PNAES também contemplam cursos de Graduação das diversas áreas de conhecimento dos cursos, conforme mostra o gráfico seguinte:

Gráfico 13 ó Áreas de conhecimentos dos cursos dos cotistas sem aceso ao PNAES UFPB/Período 2016.2



Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora

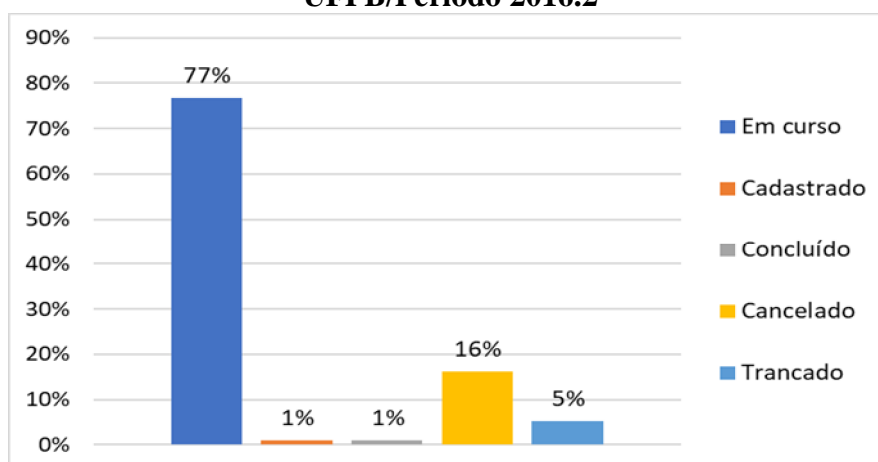
Sendo assim, percebe-se que há cotistas de todas as áreas do conhecimento, entretanto, prevalecem discentes matriculados nos cursos das áreas das ciências sociais aplicadas,

humanas e engenharias. Nossa hipótese é que isso decorre do quantitativo de cursos nessas áreas nos quatro *campus* da UFPB.

Retomando à avaliação da eficácia desses estudantes, na categoria de qualidade da permanência, partimos das dimensões que consideramos fundamentais para traçar o perfil de desempenho acadêmico: situação acadêmica, coeficiente de rendimento acadêmico e percentual de aprovação no último período acadêmico finalizado o 2016.2.

Acerca da situação de matrícula, o gráfico abaixo traz um panorama sobre a condição atual desses estudantes junto à UFPB:

Gráfico 14 ó Situação de matrícula dos cotistas não assistidos pelo PNAES UFPB/Período 2016.2



Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora

Os dados mostram que 21% (vinte e um por cento) dos estudantes cotistas não assistidos pelo PNAES não estão cursando a Graduação, devido ao cancelamento da matrícula (16% - dezesseis por cento) ou por trancamento (5% - cinco por cento). Esse é um dado preocupante e que merece atenção e a realização de estudos que aprofundem os motivos para essa evasão, pois indica que a política de cotas é ineficiente quando não é acompanhada por ações e políticas para a permanência desses estudantes na educação superior.

A política de cotas, conforme vimos anteriormente, se insere no rol das políticas para democratização do ensino superior, que, em decorrência da história de segregações e poucas oportunidades que tiveram, dependem sumariamente de políticas sociais que atendam às suas necessidades e particularidades. Para tanto, a política de cotas não consegue garantir o acesso à educação superior, sem que esses estudantes recebam assistência de políticas para a permanência.

Outra questão importante é pensarmos se essas políticas afirmativas, também consideradas como inclusivas e voltadas para a democratização da educação superior, estão reconhecendo as identidades, particularidades, singularidades e diferenças de cada sujeito ou

grupo que se insere na universidade, conforme sugerem os estudos de Taylor (1998). Assim, além do PNAES atender às demandas do ponto de vista material e objetivo, considerando seu papel de política social para a permanência, também deve ser adotada uma política do reconhecimento igualitário desses estudantes cotistas, conhecendo suas singularidades numa perspectiva de respeito à diversidade social, étnica e racial da realidade brasileira.

Os dados sobre essa interrupção do curso de Graduação devido a trancamento ou cancelamento dos cotistas trazem a importância de que não se perca de vista o projeto de sociedade que buscamos, prezando pelos interesses da coletividade e a igualdade de liberdade para todos, resgatando as contribuições da Teoria da Justiça de Rawls (2000) apresentada anteriormente. Há que considerar que a interrupção ou desistência do estudante cotista na Educação Superior não é algo natural, e carece de investimentos quanto à compreensão sobre os aspectos que contribuíram para essa problemática na realidade local dessas pessoas.

A permanência do estudante não depende unicamente da assistência material, por exemplo, mas também da efetividade de uma política do reconhecimento das diferenças dos diferentes indivíduos e grupos, conforme defende Taylor, e também da primazia pela Justiça e o respeito às liberdades individuais de Rawls. Para Cordeiro (2010, p. 113):

É sabido que a permanência desses alunos depende da combinação dos aspectos sociais, econômicos e pedagógicos. Portanto, não basta termos bolsas ou outras formas financeiras de ajuda, se no ambiente de aprendizagem as situações oferecidas forem de exclusão. Exclusão que pode estar cotidianamente presente no discurso, nos gestos e expressões do professor, dos colegas e demais envolvido no ambiente acadêmico.

Contudo, a autora lembra que o conceito de permanência na universidade extrapola as condições materiais perpassadas por questões inerentes à política social de assistência estudantil, mas também envolve as dimensões subjetivas de toda a comunidade acadêmica como os valores morais e princípios éticos no respeito à essa diversidade. É certo que as questões subjetivas fogem da capacidade executiva do PNAES, entretanto, o programa tem o papel de articular estratégias que imprimam uma nova cultura institucional que vise o bem coletivo, o respeito à diversidade e o reconhecimento às diferenças culturais e sociais.

Retomando a problemática do percentual elevado de cotistas que interromperam a graduação, cabe ao PNAES articular esforços para compreender os fatores da realidade local desses estudantes que levaram à evasão, e construir caminhos para o enfrentamento dessa realidade. Em contraposição a evasão dos cotistas sem PNAES, os dados sobre a situação de matrícula dos cotistas que recebem benefícios do PNAES mostraram uma possível importância da assistência estudantil para esses discentes, pois apenas 3% (três por cento) dos

discentes assistidos pelo PNAES estão com matrículas trancadas ou canceladas, demonstrando que os cotistas não assistidos pelo PNAES já evadiram ou podem vir a evadir. Por fim, esse dado indica que o PNAES foi eficaz em um dos seus objetivos: Reduzir as taxas de retenção e evasão (BRASIL, 2010, art. 2º, inc. III).

Consonante a importância de pesquisas sobre o fenômeno da evasão, Santos *et al* (2017, p. 75) compreendem que esse fenômeno envolve múltiplas dimensões e pode variar conforme a realidade em que ocorra:

[...] perante as características e demandas de cada contexto institucional, cultural e social, pode haver mudanças na percepção e nas atitudes que levam à evasão dos estudantes. Acreditamos na necessidade de **estudos sobre os processos de evasão localmente**, para que estes reflitam a realidade e as potencialidades de cada IES e de seus respectivos estudantes (Ibid., p. 75, grifo nosso).

Essa discrepância de evasão dos cotistas não assistidos pelo PNAES corrobora para expansão das políticas de permanência na educação superior, com destaque para a necessidade de aproximação com as políticas de acesso, a exemplo das cotas. Ou seja, é necessário o trabalho construído a partir de uma relação dialógica entre as políticas de acesso e permanência, podendo ser definitivo para reduzir as taxas de evasão.

Dentre as várias pesquisas que vem sendo desenvolvidas sobre a evasão na educação superior, a pesquisa de Santos Junior e Real (2017) sobre evasão e permanência em outra IFES, explica que essas taxas vêm se mantendo elevadas devido a:

[...] aspectos internos à IES, como: (não) didática docente, falta de políticas de integração discente, questões curriculares, falta de infraestrutura adequada ao funcionamento do curso, carência de pessoal técnico e docente, dentre outros, e ainda, de outros aspectos externos à IES, como baixa atratividade da carreira, remuneração baixa, empregabilidade, despreparo dos estudantes, baixo capital cultural decorrente de fatores econômicos, entre outros. É preciso considerar, ainda aspectos intrínsecos aos estudantes (Ibid. 487).

Sendo assim, esse alto índice de evasão identificado na UFPB exige a realização de novos estudos que apresentem um diagnóstico das reais necessidades desses estudantes. Parece essencial que as políticas voltadas à permanência na Educação Superior empreendam esforços para contemplar a realidade evidenciada em estudos empíricos que exploram a evasão acadêmica, considerando as realidades locais (SANTOS *et al*, 2017, p.89).

A pesquisa publicada por Santos *et al* (2017) tratou sobre os fatores motivacionais para a evasão, retenção e permanência na educação superior. Para os estudantes participantes do estudo, existem três categorias que determinaram a evasão e a permanência na realidade pesquisada:

1. Universidade, com as variáveis do curso (currículo, metodologia, experiências vivenciadas nas disciplinas etc.), as condições de infraestrutura, qualidade e status da instituição, e, as oportunidades de bolsas;

2. Pessoal, com os fatores situacionais (questões emergenciais ou específicas como gravidez, mudança de estado civil ou residência, ou por problemas de saúde), fatores intrapessoais (a exemplo de motivação, afinidade, interesse, dúvida), implicação temporal (em relação ao tempo transcorrido durante a formação), e os aspectos socioeconômicos (de dificuldade econômica ou investimento financeiro na formação acadêmica);

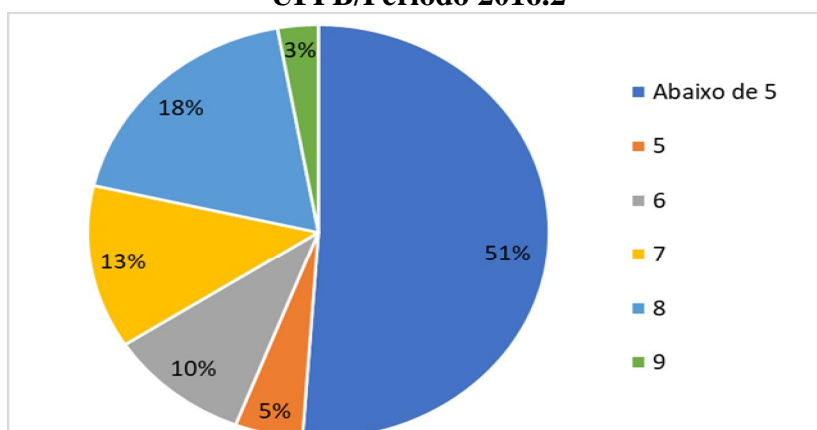
3. Profissional, com o fator de mercado diante da formação pretendida (atuação, estabilidade, titulação, saturação do mercado), as demandas de conciliação com o trabalho, além das questões sobre valorização financeira, profissional ou pessoal.

Os resultados da pesquisa apontaram que os aspectos pessoais tanto retêm o estudante na graduação como o fazem desistir dela; õdesse modo, questões subjetivas e particulares, categorizadas neste estudo como pessoais, podem tornar-se determinantes frente às decisões a serem tomadas em relação às questões acadêmicasõ (Ibid, p. 86). A pesquisa também demonstrou que os fatores ligados à universidade fazem o estudante desistir mais do que o retêm, sendo determinantes para a permanência, principalmente, o status da instituição e a qualidade do curso. Entretanto, também aponta, como relevantes, õa localização, o ambiente e a rotina da instituição, que devem estar em sintonia com a vida cotidiana do estudante para que ele possa finalizar o cursoõ (Ibid, p.87). Os resultados também mostraram que as questões profissionais retêm mais do que fazem os discentes desistirem dos cursos de graduação.

Apesar da multidimensionalidade de fatores que pode contribuir para a evasão na educação superior, somente uma aproximação com a realidade local e individual dos ingressantes do sistema de cotas da UFPB pode responder a essa questão, conforme os autores apontam: õA compreensão de fenômenos multifatoriais como a evasão estudantil não pode ser realizada sem a aproximação com a realidade e a subjetividade de cada estudante, deve-se buscar conhecer suas necessidades, expectativas e queixasõ (Ibid., p. 90).

Ainda sobre o desempenho acadêmico dos cotistas que não foram assistidos pelo PNAES, o gráfico abaixo apresenta os resultados quantitativos sobre coeficiente de rendimento acadêmico:

Gráfico 15 ó Coeficiente de rendimento acadêmico de cotistas sem acesso ao PNAES UFPB/Período 2016.2

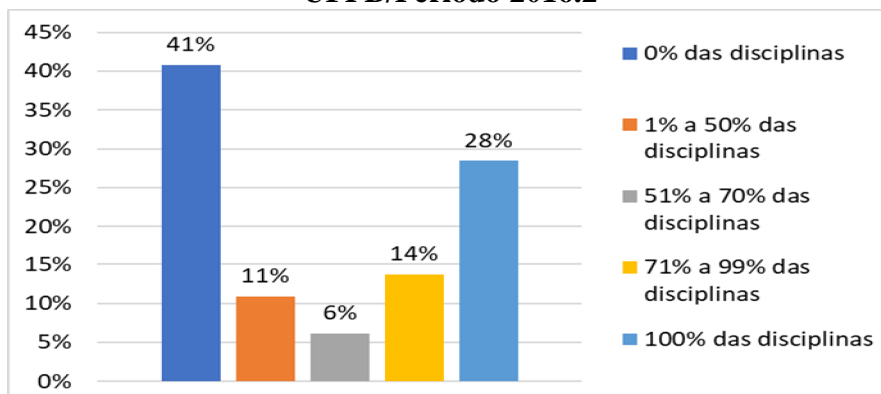


Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora

Os resultados mostram uma discrepância na média geral (CRA) dos ingressantes cotistas que não tiveram acesso ao PNAES, em detrimento àqueles que estão inseridos no programa, pois, 66% (sessenta e seis por cento) apresentam coeficiente abaixo de sete. Tal dado sugere que o PNAES, enquanto estratégia para permanência na educação superior, está sendo eficaz nessa dimensão, entretanto, são necessários estudos voltados para compreender quais os fatores que têm impactado nesse baixo rendimento acadêmico para esses estudantes cotistas, tendo como hipóteses, ão despreparo acadêmico do aluno que chega à universidade, sobretudo em disciplinas que fazem uso da matemática, pode estar responsabilizando em certa medida seu insucessoõ (SANTOS JUNIOR; REAL, 2017, p. 480).

Quanto ao percentual de aprovação em disciplinas no período 2016.2 dos cotistas sem PNAES na UFPB, o gráfico a seguir demonstra que esses estudantes também têm menos aprovações em disciplinas em relação aos que estão assistidos pelo PNAES:

Gráfico 16 ó Aprovação em disciplinas no período 2016.2 de cotistas sem PNAES UFPB/Período 2016.2



Fonte: UFPB, 2017f. Elaborado pela autora

Os dados referentes ao CRA e ao percentual de reprovação dos cotistas também reclamam para a importância da assistência estudantil no aspecto sobre o desempenho acadêmico dos estudantes. Esse resultado abaixo do esperado pode estar relacionado a fatores objetivos e subjetivos que subsidiariam a permanência desses estudantes, tais como: o auxílio financeiro para manutenção das necessidades materiais, o acesso a direitos sociais como habitação e saúde, fortalecimento da relação entre docentes e estudantes, a convivência e fortalecimento das redes de sociabilidade e apoio, adaptação à moradia em outra cidade etc.

Para Felipe (2016, p.115), esses estudantes que demandam políticas de assistência estudantil são pessoas que, pela sua própria posição na dinâmica econômica do modo de produção capitalista, dependem do resultado do seu trabalho para a reprodução da sua família, o que muitas vezes impede ou impõe limitações aos estudos. Portanto, o PNAES corrobora com o papel de contribuir como política social no contexto de sociabilidade capitalista.

5.6 Sistematização da eficácia do PNAES no contexto da UFPB

A seguir, devido a nossa pesquisa estar vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior na modalidade de Mestrado Profissional, trazemos um produto técnico-científico do nosso trabalho em formato de uma sistematização da avaliação da eficácia do PNAES para a permanência de cotistas ingressantes nos cursos de Graduação da UFPB, no período de 2012 a 2016, a qual esperamos que contribua para a Gestão da assistência estudantil dessa universidade.

**QUADRO 14 - Eficácia do PNAES para permanência de cotistas.
UFPB/Período 2012-2016**

CATEGORIAS	AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES	
	EFICAZ (Alcançou objetivos do PNAES)	NÃO EFICAZ (Não alcançou objetivos do PNAES)
Demanda/benefício	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação dos editais semestralmente 	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação dos editais após início dos períodos • Expectativa de acesso aos benefícios depois de mais de 1 período acadêmico de espera
Gestão dos Recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento anual dos recursos orçamentários 	<ul style="list-style-type: none"> • Não atende a todas as áreas estratégicas do PNAES • Atendimento a 66% das solicitações • Transparência fragilizada • Sem participação estudantil
Perfil dos cotistas com PNAES	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição equivalente de estudantes dos cursos de todas as áreas do conhecimento • Maior número de estudantes do Estado da Paraíba 	<ul style="list-style-type: none"> • 15 meses entre o ingresso pelas cotas e o acesso ao PNAES
Qualidade da permanência	<p align="center">Cotistas com PNAES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percentual de Permanência: 96% • Coeficiente de rendimento acadêmico: 7.39 69% com CRA entre 7 e 9 • 72% dos discentes com mais de 70% de aprovação nas disciplinas em 2016.2 • Previsão de conclusão dentro do número de períodos do seu curso • Apenas 4% de matrículas canceladas ou trancadas • Não há discentes com matrículas acima do prazo de integralização do curso 	<p align="center">Cotistas sem acesso ao PNAES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percentual de Permanência: 79% • Coeficiente de rendimento acadêmico: 4.59 51% com CRA abaixo de 5 • 41% dos discentes sem disciplinas aprovadas em 2016.2

Fonte: Elaborado pela autora.

A avaliação aqui realizada mostra que a assistência estudantil da UFPB carece de aperfeiçoamento em alguns dos seus processos internos, e que também deve ser ampliada, pois vem atingindo os objetivos de democratizar o acesso ao ensino superior e reduzir as taxas de retenção e evasão, entretanto, para uma pequena parcela dos estudantes cotistas que conseguem acessá-la.

Quanto ao desempenho acadêmico dos cotistas que não são assistidos pelo PNAES, o estudo sobre as ações afirmativas na UFPB já apontava que a política de cotas não esgota a necessidade de outras políticas para esse segmento.

Um olhar sobre os acontecimentos em torno da implantação do sistema de cotas na UFPB nos permite inferir que o debate oficial cessou com a entrada dos cotistas. Há uma ausência de discussão por parte da gestão da UFPB sobre a chegada desses estudantes e os possíveis problemas que eles irão enfrentar. Também não há uma organização efetiva desse grupo, o que favorece a não participação nos espaços onde seria possível reivindicar ações relacionadas às suas demandas (LIMA, 2010, p. 135).

Para Cordeiro (2010), o acesso dos estudantes cotistas nas instituições de educação superior já traz uma nova configuração para a sociedade e o mundo acadêmico, rompendo com a tradição histórica do saber acadêmico ter se concentrado nas mãos da elite brasileira. Para a autora, o ensino superior para negros e indígenas,

[...] funciona como abertura de portas ao acervo total dos conhecimentos acumulados pela sociedade dominante, neste caso, a população branca e a academia [...] ao serem excluídos do ensino superior, seja pela evasão, repetência, condições financeiras ou discriminações, o negro e o indígena se veem novamente na periferia do conhecimento e, portanto, da possibilidade de ascensão social, política e econômica (Ibid., p.99).

Sendo assim, a diplomação na educação superior para os cotistas se caracteriza não somente como uma possibilidade de mudança da sua situação econômica e social, mas também do acesso ao conhecimento, enquanto instrumento possível de transformação da realidade que está posta. Por isso, há a necessidade de articulação de uma política de educação superior que traga enfrentamentos e possibilidades frente às desigualdades sociais nos moldes da sociedade de classes. As políticas sociais, nesse sentido, podem responder a essas expressões da questão social, mesmo com suas contradições e retrocessos aqui discorridos.

Frisamos sobre a necessidade de novos estudos que aprofundem os desafios para a permanência desses estudantes que tiveram a oportunidade do acesso através das cotas, mas que apresentam resultados preocupantes com relação à evasão dos cursos e desempenho acadêmico abaixo do recomendado, isso por que existem questões que vão além da situação de vínculo junto à instituição de ensino superior:

Essa parcela da população, que durante tantos anos foi impedida de cursar o ensino terciário, traz consigo um conjunto legítimo de demandas que vão além das atividades estritamente acadêmicas, o que passa a exigir do Estado uma atenção diferenciada na garantia também da permanência e da conclusão do curso dessas pessoas (FELIPPE, 2017, p. 119).

Para encerrarmos, por se tratar da avaliação de uma política de educação superior no âmbito de determinada IFES, os resultados aqui apontados certamente apresentam elementos

sobre a realidade específica dessa instituição. Além disso, é importante destacar as nossas limitações de pesquisa como o acesso às fontes documentais para o levantamento dos dados que respondessem aos nossos objetivos. Quanto à análise dos resultados, não aprofundamos o estudo para apreender os aspectos externos que podem influenciar a condução dessa política social na realidade da UFPB. Também é válido destacar que essa avaliação da eficácia do programa não teve o contato direto com o seu público usuário, por se tratar de pesquisa exploratória, contudo, os resultados podem motivar futuros estudos do tipo descritivo ou explicativo, que aprofundem e contemplem os resultados aferidos nessa avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa proposta de pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior através do Mestrado Profissional MPPGAV/UFPB teve o objetivo de avaliar a eficácia do PNAES para a permanência dos estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas na UFPB. Realizamos a pesquisa buscando compreender como o PNAES e as cotas se configuram no Brasil, e, como se desdobram na realidade local da UFPB. Além disso, procuramos verificar quais as contribuições da assistência estudantil para a Permanência com sucesso de Cotistas nessa IFES.

A avaliação da eficácia do PNAES para a permanência de cotistas na UFPB foi avaliada com base em Arretche (1999), a partir das categorias de demanda e benefício, gestão dos recursos, perfil dos estudantes cotistas com PNAES e qualidade da permanência.

Na avaliação da relação entre demanda e benefício, verificamos se a periodicidade de publicação dos editais de seleção da PRAPE/UFPB está alinhada ao período de ingresso dos estudantes na instituição. Entretanto, os resultados apontam que esses editais são publicados após 26 dias do início do semestre letivo e se estendem a uma expectativa de acesso aos benefícios ó através da divulgação dos resultados das seleções, depois de sete meses, contudo, esse longo período pode inviabilizar a permanência do estudante cotista enquanto se insere no PNAES da instituição. Sendo assim, o PNAES não foi eficaz na dimensão de demanda e benefício no âmbito da UFPB, pois os cotistas que ingressam na universidade aguardam mais de um semestre letivo para acessarem a assistência estudantil, o que pode inviabilizar o cumprimento de um dos objetivos do PNAES de reduzir as taxas de retenção e evasão (BRASIL, 2010, art. 2º, inc. III).

Na avaliação da categoria Gestão dos recursos, houve uma progressão de repasse de recursos orçamentários, no período de 2012 a 2016, apesar de que, em 2017, vem acontecendo uma queda significativa no valor repassado para a assistência estudantil da UFPB, por consequência da conjuntura política e econômica do país atualmente e das medidas de restrições orçamentárias para as políticas públicas, especialmente, para políticas sociais.

Quanto às áreas estratégicas do PNAES, não foram contempladas as áreas de inclusão digital, cultura e esporte, e nesse estudo não identificamos os elementos que compreendessem os motivos de não terem sido atendidas todas as áreas do programa, o que suscita novos estudos para investigação da problemática. Sobre a participação estudantil, também não

identificamos práticas de gestão que contemplassem o protagonismo e participação dos estudantes, o que limita à Gestão na prestação de serviços de assistência estudantil que contemplem os reais interesses e necessidades da classe estudantil da UFPB.

Quanto à dimensão de Transparência, a Gestão utiliza seus canais internos de comunicação para repasse de informações sobre o funcionamento da assistência estudantil, todavia, não publica prestação de contas da aplicação dos recursos e também não adota instrumentos de avaliação da qualidade do atendimento aos seus usuários ou outras ferramentas de monitoramento e avaliação para o aperfeiçoamento dos processos e da prestação dos seus serviços junto aos estudantes. Por isso, entendemos que a categoria Gestão de recursos não foi eficaz para contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, art. 2º, inc. IV), pois a participação estudantil e a viabilização de acesso aos direitos garantidos nas áreas estratégicas do PNAES seriam estratégias efetivas de consolidação desse objetivo do programa.

Marques (2014), em sua Dissertação de Mestrado, fez uma análise do PNAES a partir dos/as assistentes sociais da UFCG e UFPB, e já apresentava dados sobre essa fragilidade na Transparência das ações da assistência estudantil:

Ao que concerne aos investimentos financeiros destinados para as ações da assistência estudantil, os/as assistentes sociais entrevistados/as expressaram desconhecimento dos valores que são repassados, de como são distribuídos, da ausência de prestação de contas junto as equipes que implementam as ações, e também junto aos estudantes (MARQUES, 2014, p. 179).

Na categoria que estudou o perfil dos estudantes que ingressaram pelas cotas e que recebem benefícios e serviços do PNAES, verifica-se que quarenta e nove por cento (49%) dos benefícios assistenciais são destinados a eles, entretanto, o número de benefícios ainda é insuficiente em relação ao total de estudantes que ingressaram pelas cotas na UFPB. Além disso, esses estudantes tiveram um intervalo entre o acesso através das cotas e a inserção no PNAES em um período de 15 meses, e entendemos que esse dado é problemático, tendo em vista as necessidades objetivas de manutenção das necessidades básicas e acesso ao direito a assistência estudantil, no momento em que se inserem na educação superior, portanto, o PNAES não foi eficaz nessa dimensão.

Em relação aos cursos de Graduação desses discentes, existe uma equivalência no quantitativo de estudantes em cursos de todas as áreas do conhecimento, sendo relevante para o alinhamento com a reserva de vagas em todos os cursos da UFPB. Desses estudantes, predominam mulheres, jovens entre 18 a 25 anos, oriundos/as do Estado da Paraíba, além de

outros Estados da Região Nordeste. Esses dados sugerem a importância do PNAES desenvolver, também, ações direcionadas à Juventude, Gênero e para além da dicotomia masculino e feminino, além da realidade socioeconômica do cotidiano dos estudantes que tem suas famílias domiciliadas na Região Nordeste.

Esse olhar para esses segmentos possibilita superar o mero repasse de benefícios e serviços aos discentes, e se estender na busca por uma aproximação às condições objetivas e subjetivas da vida estudantil e de seus familiares. Portanto, avaliamos que, nessa dimensão, o PNAES abrangeu discentes cotistas de todos os cursos da instituição, contemplando o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BRASIL, 2010, art. 2º, inc. I). Também verificamos que o PNAES atende, predominantemente, aos estudantes que residem no Estado da Paraíba- território de localização da UFPB, e certamente será uma política social direcionada para minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior (BRASIL, 2010, art. 2º, inc. II), contudo, devem atender às especificidades do público predominante nessa política, conforme relatamos anteriormente.

A última categoria para avaliar a eficácia do PNAES trata sobre a qualidade da permanência. Nesse sentido, avaliamos que, em relação aos discentes ingressantes pelas cotas e que são atendidos pelo PNAES, estes permanecem matriculados e cursando as Graduações na UFPB, com previsão de conclusão dentro do período máximo de integralização dos cursos. Sobre o desempenho acadêmico, apresentam coeficiente de rendimento acadêmico acima da média geral da instituição, e mais de 70% desses estudantes tiveram aprovação de mais de 70% das disciplinas no último semestre acadêmico. Sobre esse aspecto de desempenho acadêmico, destacamos que cerca de 82% dos estudantes com reprovação em mais de 10 disciplinas no Histórico acadêmico são dos cursos de Graduação dessas três áreas: Exatas e da Natureza, Ciências da Saúde e as Engenharias, o que ressalta a importância de estudos sobre o processo de ensino e aprendizagem, além da didática dos docentes desses cursos. Para tanto, avaliamos que o PNAES foi eficaz quanto a dimensão de desempenho acadêmico devido à sua contribuição para a permanência com sucesso, embora seja importante observar as particularidades dos seus cursos de Graduação, a exemplo dos que pertencem as áreas do conhecimento aqui apresentadas.

Também verificamos que o PNAES foi eficaz para o cumprimento do objetivo de reduzir as taxas de retenção e evasão (BRASIL, 2010, art. 2º, inc. III), pois não verificamos cotistas com PNAES que estejam retidos na UFPB, ou seja, que ultrapassaram o período

máximo de integralização do curso, além disso, apenas 3% dos cotistas com PNAES estão com matrículas canceladas ou trancadas.

Na avaliação da eficácia do PNAES destacamos a relevância dessa política social para a qualidade da permanência na UFPB ao verificamos que acerca dos cotistas não atendidos pela assistência estudantil na instituição, embora tivessem ingressado nos cursos de Graduação de todas as áreas do conhecimento (Gráfico 12), 21% (vinte e um por cento) desses discentes não estão cursando a Graduação. Também constatamos que apresentam coeficiente de rendimento acadêmico significativamente inferior aos estudantes assistidos pelo PNAES, além do percentual importante de reprovação em disciplinas no último período acadêmico concluído.

Esses dados corroboram para a importância do acesso à assistência estudantil a esses estudantes, sendo importante a ampliação dessa política, além do aperfeiçoamento dos seus processos e a busca para que possa subsidiar a permanência com sucesso e a posterior diplomação. Outra questão importante é a necessidade do diálogo entre a educação básica e a educação superior, para que se construam condições para a permanência no nível superior já desde a formação na educação básica. É necessário promover, na educação básica, a igualdade de acesso, oportunidades, condições de aprendizagem e realizações para todos os estudantes brasileiros (MACHADO; MAGALDI, 2016, p. 284).

Apesar da avaliação da eficácia do PNAES realizada nesse estudo, compreendemos que essa análise não desconsidera a diversidade de dimensões a serem tomadas em um processo avaliativo, pois, a avaliação já não é tarefa fácil devido à abrangência multidimensional de fatores que podem contribuir, interferir ou determinar esse processo de análise. Entretanto, é preciso compreender que a avaliação das políticas sociais é ainda mais complexa, pois abrange desde as interferências decorrentes dos processos de produção e reprodução das relações sociais, até a própria configuração das políticas sociais, as quais têm como características a focalização, a seletividade e a precarização, devido ao seu caráter contraditório de atender tanto aos interesses do Capital quanto do Trabalho.

Na conjuntura do modelo econômico neoliberal, as políticas sociais, a exemplo da assistência estudantil, vivenciam inúmeros desafios pois esses direitos não são viabilizados de forma plena, principalmente em países periféricos como o Brasil, contudo, essas políticas sociais articulam direitos sociais às classes desprivilegiadas da relação entre Capital e Trabalho, inclusive o direito à educação superior - no caso da assistência estudantil.

As políticas sociais sofrem variações conforme o contexto político, social e econômico em que se inserem e sua existência depende principalmente da capacidade organizativa da

sociedade através das lutas e mobilizações políticas da sociedade e movimentos sociais pertencentes às classes subalternas.

A educação superior pública brasileira é um direito social garantido constitucionalmente, mas historicamente não foi acessível a determinadas parcelas da população brasileira, principalmente aos grupos que atualmente são inseridos através das cotas nas instituições públicas de ensino. Por isso, contemporaneamente, as cotas e a assistência estudantil foram implementadas para democratizar o acesso a esse nível de ensino, entretanto, a história do contexto histórico de desenvolvimento dessas políticas revela fortemente como os interesses de cada governo e os reflexos do ciclo de desenvolvimento do Capitalismo determina a condução dessas políticas. De acordo com Souza (2011, p.118), no cenário atual, os cortes orçamentários na educação superior pública brasileira interrompem o ciclo de expansão inconclusa das IFES, sendo necessária a ãomobilização e militância político-acadêmica em busca de assegurar a educação com qualidade enquanto direito.

No caso da implementação do PNAES na UFPB, por exemplo, mesmo com o quantitativo de 14.580 estudantes ingressantes do sistema de cotas, no período de 2012-2016, apenas 2.108 benefícios foram pagos a discentes com esse perfil, no ano de 2016, o que comprova que, além dos desafios na execução do programa no âmbito dessa instituição pública de educação superior, o PNAES ainda atende a poucos estudantes, e, os demais certamente teriam a assistência estudantil como possibilidade de garantir a permanência na educação superior.

Destarte, cabe assumirmos a luta e o posicionamento político em favor de um modelo de educação pública, gratuita e socialmente democrática. Somente assim avançaremos na busca por equidade e justiça social. Deixamos, portanto, nosso chamamento à comunidade universitária e ao *povo brasileiro* para defesa desse projeto de educação não mercantilista, mas, *verdadeiramente transformador*.

REFERÊNCIAS

APPIO, J. et al. **Atributos de permanência de alunos em instituição pública de ensino superior.** Revista GUAL, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 216-237, maio 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2016v9n2p216>>. Acesso em: 02 set. 2017.

AUGUSTO, M. H. O. **Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde:** algumas questões para reflexão e debate. Tempo social; Rev. Sociol. USP, São Paulo 1(2): 105-119, 2. Sem. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v1n2/0103-2070-ts-01-02-0105.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

ALMEIDA, N. L. T.; RODRIGUES, M. C. P. **O campo da educação na formação profissional em Serviço Social.** In: PEREIRA, L. D.; TEIXEIRA, N. L. Serviço Social e educação. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ARRETCHE, M. T. S. **Tendências no Estudo sobre Avaliação.** In: RICO, E. M. (org). AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Uma questão em debate. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. **Dispõe sobre o sistema de ensino superior no Brasil.** Brasília: 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 jul. 2017.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 08 mai. 2017.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI,** regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil ó PNAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES**. Brasília: 2010a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 07 jul. 2015.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. **Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária**. Brasília: 2010b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm>. Acesso em: 03 fev. 2017.

_____. Presidência da República. Decreto nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. **Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências)**. Brasília: 2010c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12202.htm>. Acesso em: 03 mai. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Política Nacional de Assistência Social ó PNAS. Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e-nobsuas_08-08-2011.pdf/download>. Acesso em: 08 mai. 2017.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 07 ago. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, científica e tecnológica**. Brasília: 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>>. Acesso em: 26 out 2017.

_____. **Portal da Transparência nos Recursos Públicos Federais**. Brasília: 2017. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

BURLAMAQUI, M. G. B. **AValiação e Qualidade na Educação Superior:** tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

CABALLERO GARCIA, F. La teoria de la justicia de John Rawls. Iberóforum. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana, vol. I, núm. II, 2006, pp. 1-22, Universidad Iberoamericana, Ciudad de México: 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2110/211015573007.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

CARDOSO JUNIOR, J. C. **Monitoramento Estratégico de** políticas públicas: requisitos tecnopolíticos, proposta metodológica e implicações práticas para a alta administração pública brasileira. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3536/1/td_2040.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

CARVALHO, J. J. Ministério da Educação. **A política de cotas no ensino superior:** Ensaio descritivo e analítico do Mapa das ações afirmativas no Brasil. Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, CNPq, Universidade de Brasília, Brasília: 2016.

CASTELO BRANCO, U. V.; NAKAMURA, P. H. **Reflexões sobre a expansão de vagas na educação superior:** A UFPB e os desafios da inclusão. In: JEZINE, E.; BITTAR, M. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: Expansão, acesso e igualdade social. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

CASTELO BRANCO, U. V.; NAKAMURA, P. H.; JEZINE, E. **Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996-2012).** In: II Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior, 2014, João Pessoa. Anais do II Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior. João Pessoa: UFPB, 2014. v. 1. p. 1-18. Disponível em: <<http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/politicas-de-expansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. **Permanência na educação superior:** Constructo de uma escala de medida. Revista de la Asociación de Sociología de la Educación (RASE) 2017, vol. 10, n.º 21, p. 209-224. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7203/RASE.10.2.10060>> Acesso em: 03 set. 2017.

CORDEIRO, M. J. J. A. **Ações afirmativas:** Políticas de acesso e permanência nas instituições de ensino superior. In: Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho. n.33. outubro de 2010. p.97-115. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/9035/4750>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

COSTA, J. C. C.; SOARES, S. P. L., **Educação e pobreza:** teoria da justiça como equidade e a política do reconhecimento. Revista eletrônica Educação. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/16579>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

CRUZ, A. G.; HOURI, M. S. **Centralidade das ações de permanência para enfrentar as taxas de evasão na educação superior.** Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Unisul, Tubarão, v.11, n. 19, p. 173 - 187, Jan/Jun 2017. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/index>>. Acesso em: 22 out. 2017.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania.** 3. Ed. Campinas: Papirus, 2000.

DOURADO, L. F. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90.** Rev. Educ. Soc., vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Campinas: Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. **Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções.** Ensaio: Aval. Pol. Públ., v. 25, n.94, p.148-181. Rio de Janeiro: jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 17.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista.** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FELIPPE, J. M. S. **Crescimento da oferta e a permanência dos estudantes: o debate sobre a assistência estudantil e os desafios da educação superior pública no Brasil.** Programa de Pós-graduação Educação em Educação da UEPA. Revista COCAR, v.10, n.20, p. 113 a 130. Belém: Ago./Dez. 2016. Disponível em: <<http://páginas.uepa.br/seer/index.php/cocar>>. Acesso em: 09 nov.17.

_____. **Expansão do ensino superior e assistência estudantil: novos desafios.** Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X. Vitória: 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16467/11328>>. Acesso em: 31 ago. 17.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Fóruns.** Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/forum-nacional-de-pro-reitores-de-assuntos-comunitarios-e-estudantis-fonaprace/>>. Acesso em: 02 jul. 17.

FOUCAULT, M. **Os recursos para o bom adestramento.** In: Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRIAS, L. **As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?** Disponível em: <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7artigo41.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017. Revista Direito, Estado e Sociedade. N. 41 p.130-156, Jul-dez, 2012.

GARCIA, R. C. **Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental.** IPEA. Texto para Discussão nº 776. Brasília, janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0776.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2017.

GEMMA, Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. **Ações afirmativas.** UERJ. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

KELLS, H. R. **Sistemas de avaliação do ensino superior para a América Latina:** análise das experiências recentes e formulação de um modelo generalizado. Higher Education Policy. Grand Britain: Elsevier Science, v. 9, n. 3, p. 239-256, 1996. In: BURLAMAQUI, M. G. B. Avaliação e qualidade na educação superior: tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

KOWALSKI, A. V. **O percurso histórico da política de educação:** as marcas de nascença da assistência estudantil no Brasil. In: _____. Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre: 2012. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, K. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século.** In: PEREIRA, L. D.; TEIXEIRA, N. L. Serviço Social e educação. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LIMA, M. L. F. **Políticas públicas no ensino superior:** ações afirmativas na UFPB. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2014. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/7773>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

MACEDO, G. D. **Assistência estudantil no contexto da lei de cotas para o ensino superior.** Anais do I Congresso Nacional de Educação (CONEDU). V. 1, 2014, ISSN 2358-8829. Campina Grande: CONEDU, 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_14_08_2014_15_53_43_idinscrito_32245_5f0e90ff602841cf641f8f4d7d542cab.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017.

MACEDO, G. D.; NASCIMENTO, E. S. **Enfrentamento à questão social no contexto da Educação Superior.** Apresentação de trabalho no IV Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior- COIPESU. João Pessoa: COIPESU, 2017.

MACHADO, C. S.; MAGALDI, C. A. **Sistema de cotas, trajetórias educacionais e assistência estudantil:** por uma educação inclusiva. Revista eletrônica de educação. São Carlos: UFSCAR, 2016. Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 273-285, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14244/198271991567>>. Acesso em: 26 out 2017.

MARQUES, S. R. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil:** uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Dissertação (mestrado). João Pessoa, UFPB, 2014. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/7467>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde.** São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MENEZES, S. C. **Assistência estudantil na educação superior pública:** o programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2012.

NETTO, J. P. **Economia Política:** uma introdução crítica. 4. Ed. São Paulo, Cortez, 2008.
OLIVEIRA, F. **O desenvolvimento capitalista pós-anos 1930 e o processo de acumulação.** In: _____. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAURA, S. G. **O serviço social na educação superior.** In: PEREIRA, L. D.; TEIXEIRA, N. L. Serviço Social e educação. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PROVIN, P. **Inclusão na universidade:** estratégias para o ingresso de todos no ensino superior. In: FABRIS, E.; KLEIN, R. R. Inclusão e biopolítica. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

QUEIROZ, D. M.; SANTOS, J. T. S. **Sistema de cotas: um debate.** Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. Revista Educação e Sociedade. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a05v2796.pdf>> Acesso em: 26 out. 2017.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. **O ESTADO DA ARTE DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:** conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Rev. Adm. Pública, n. 46(5):1271-2946 Rio de Janeiro: Set./out. 2012

RIBEIRO, D. **O POVO BRASILEIRO:** A formação e o sentido do Brasil. 3. Ed. São Paulo: Global, 2015.

RIGHETTI, S. **Crise nas universidades.** Rev. Cienc. Cult. vol.69 no.2 São Paulo: Apr./Jun. 2017. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v69n2/v69n2a03.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

RUA, M. G. **Políticas Públicas.** Módulo Básico De Especialização Em Gestão Pública. 2. Ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

SANTOS, B. S.; DAVOGLIO, T. R.; LETTNIN, C. C.; SPAGOLO, C.; NASCIMENTO, L. M. **Educação superior:** processos motivacionais estudantis para a evasão e a permanência.

In: Revista brasileira de política e administração da educação. v. 33, n.1, p.73-94, jan/abr.2017.

SANTOS JUNIOR, J. S.; REAL, G. C. M. **O acesso à educação superior na Universidade Federal de Grandes Dourados:** trajetória de estudantes ingressantes entre 2006-2009. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. v.33, n.2, p. 467-492, jan/abr. 2017. Goiânia: RBPAAE, 2017.

SILVA, S. S., **Contradições da Assistência Social no governo ãeodesenvolvimentistaõ e suas funcionalidades ao Capital.** Serv. Soc. Soc., n. 113, p. 86-105. São Paulo: jan./mar. 2013.

SOUZA, A. L. **A reforma decretada:** tendências e perspectivas para a educação superior pública brasileira. p. 103-120. In: CABRAL NETO, A; NASCIMENTO, I. V.; CHAVES, V. J. (organizadores). Políticas de expansão da educação superior no Brasil: Democratização às avessas. São Paulo: Xamã, 2011.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/PDI%20UFPB%202014-2018_Final3%20-27.05.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. **Relatório de Gestão do exercício de 2015.** João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-ufpb-2015.pdf/view>>. João Pessoa: UFPB, 2016. Acesso em 11 mar. 2017.

_____. **Estudantes ingressantes pelo sistema de cotas no período de 2012 a 2016.** Dados fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação. João Pessoa: UFPB, 2016b.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Gestão do exercício de 2016.** João Pessoa: UFPB, 2017a. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2016.pdf/@@download/file/RelatorioGestao_UFPB2016_Pos_Conselhos.pdf>. Acesso em 27 de mai. 2017.

_____. **Alunos assistidos pela PRAPE em agosto de 2016.** Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/prape/colecoes/alunos-assistidos>>. João Pessoa: UFPB, 2017b. Acesso em 20 Jan/2017.

_____. **Apresentação sobre a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante ó PRAPE.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/prape>>. João Pessoa: UFPB, 2017c. Acesso em 11 mai 2017.

_____. **Nota da Andifes alerta a sociedade sobre problemas orçamentários enfrentados por Universidades e Institutos Federais.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/content/nota->

da-andifes-alerta-sociedade-sobre-problemas-or%C3%A7ament%C3%A1rios-enfrentados-por-universidades>. João Pessoa: UFPB, 2017d. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____. **Calendários acadêmicos da Pró-Reitoria de Graduação ó PRG**. Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/prg/codesc/documentos/calendario-academico/>>. João Pessoa: UFPB, 2017e. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____. **Consulta ao módulo de Assistência ao Estudante do SIGAA**. João Pessoa: UFPB, 2017f. Acesso em: 01 out. 2017.

VASCONCELOS, N. B. **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Uma Análise da Evolução da Assistência Estudantil ao longo da História da Educação Superior no Brasil**. Ensino Em-Revista, v.17, n.2, p. 599-616, Uberlândia: jul./dez.2010.

APÊNDICE A

QUADRO 15 - Sistematização da avaliação da eficácia do PNAES para permanência de cotistas na UFPB ó período de 2012 a 2016

CATEGORIAS		DIMENSÕES ANALISADAS ó 2012 a 2016	Resultados
DEMANDA/ BENEFÍCIO		Periodicidade de publicação dos Editais de Seleção	Semestralmente
		Intervalo entre início do semestre e publicação dos editais	26 dias após o início do período
		Expectativa de acesso aos benefícios	Mais de 1 período acadêmico em espera
GESTÃO DOS RECURSOS		Recursos orçamentários no período 2012-2016	R\$ 72.451.925,79 (Crescimento anual)
		Cobertura das áreas estratégicas do PNAES	Não atendeu a todas as áreas
		Atendimento à demanda - 2016	Cobertura de 66% das solicitações
		Transparência e participação estudantil	Transparência fragilizada e sem participação estudantil
PERFIL DOS ESTUDANTES COTISTAS COM PNAES		Áreas do conhecimento dos respectivos Cursos de Graduação	Distribuição em todas as áreas
		Idade	83% de 18 a 25 anos 12% de 26 a 33 anos 5% Acima de 33
		Sexo	53% feminino 47% masculino
		Unidade Federativa (UF) de origem	62 % Estado da Paraíba 35% Outros Estados do Nordeste 3% Estados do Sudeste
		Intervalo entre acesso e permanência	15 meses
QUALIDADE DA PERMANÊNCIA	COTISTAS COM PNAES	Status (situação) de matrícula	96% Cursando, concluídos ou formandos 4% Trancados ou cancelados
		Coefficiente de Rendimento acadêmico (CRA)	Média Geral: 7.39 69% de 9 a 7 24% entre 6 e 5 7% abaixo de 5
		Créditos aprovados no último período (2016.2)	100% das disciplinas ó 55% dos discentes 71% a 99% das disciplinas ó 17% dos discentes Abaixo de 70% - 28% de discentes%
		Períodos cursados	1% até 2º período 51% do 3º ao 5º período 38% entre o 6º e 9º período 10% entre o 10º e 11º
		Previsão de conclusão (entre mínimo e máximo)	90% dentro do mínimo de períodos 10% até 2 períodos acima do mínimo 0% no máximo ou superior ao máximo de períodos do curso
		Quantitativo de Evasão (Matrículas canceladas)	2% de cancelamento das matrículas 1% de trancamentos totais
		Quantitativo de Retenção (Períodos acadêmicos superiores ao máximo)	0% de matrículas acima do prazo máximo de integralização do curso
		Trancamentos totais durante o curso	3% dos discentes
		Número de disciplinas com trancamento, reprovação por falta e por média.	26% até 1 disciplina 21% de 2 a 4 disciplinas

QUALIDADE DA PERMANÊNCIA			23% de 5 a 10 disciplinas 12% Acima de 11 disciplinas (Prevalece cursos nas áreas de Saúde e Exatas)
		Carga horária pendente para integralização	61% com 1001 a 3000 horas pendentes
	COTISTAS SEM PNAES	Áreas do conhecimento dos respectivos Cursos de Graduação	Distribuição em todas as áreas
		Status (situação) de matrícula	Em curso 77% Cadastrado 1% Concluído 1% Cancelado 16% Trancado 5%
		Coefficiente de Rendimento acadêmico (CRA)	51% abaixo de 5 49% 5 a 9
		Créditos aprovados no último período (2016.2)	41% sem disciplinas aprovadas 11% com até 50% das disciplinas aprovadas 20% com 51% a 99% de aprovações 28% com 100% de aprovação nas disciplinas

Fonte: Elaborado pela autora.